

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAI S
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXI



1969

5211992

S U M A R I O

	<i>Págs.</i>
VOLTANDO AS "CARTAS CHILENAS" — Herculano Gomes Mathias	1
SIGILOGRAFIA — Jenny Dreyfus	8
APONTAMENTOS SÔBRE A HISTÓRIA DA REPÚBLICA — Gilda Marina de Almeida Lopes	24
UM PREGUIÇEIRO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — Therezinha de Moraes Sarmiento	43
A PRESENÇA DE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — Antônio Pimentel Winz	53
AS TAPEÇARIAS DAS ÍNDIAS — Joaquim de Souza Leão	106
AS CARTAS DE AMIZADE DO MARQUÊS DE LAVRADIO — Enéas Martins Filho	117
SÃO PEDRO, UMA IGREJA DO BRASIL NO EGITO — Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	132
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO — José Jansen	149
INTRODUÇÃO AO NOBILIÁRIO MARANHENSE — José Jansen	165

VOLTANDO ÀS "CARTAS CHILENAS"

Herculano Gomes Mathias

Revisando as caixas de documentos avulsos de Minas Gerais, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, encontramos alguns esclarecimentos curiosos ligados a personagens do famoso poema satírico — as "CARTAS CHILENAS" — assunto de permanente interêsse no Brasil e em Portugal.

Na 6ª. Carta o autor ridicularizou os militares recrutados de tôdas as camadas da população da capitania e que, de um dia para o outro, galgaram importantes postos do oficialato, passando a investir-se de uma autoridade para a qual nem sempre estavam devidamente qualificados. É verdade, convém esclarecer, que nem tôda a culpa dêsse fato coube ao governador D. Luís da Cunha Meneses, o "Fanfarrão Minésio", alvo principal das farpas arremessadas pelo autor dos versos. Em 1775, quando D. Antônio de Noronha tomou posse do govêrno da Capitania de Minas Gerais, foi criado o Regimento dos Dragões, com cinco novas companhias para as quais tornou-se necessário recrutar às pressas não apenas soldados mas, igualmente, os oficiais que deveriam exercer os postos de comando. Ignora-se como foi executada essa providência. Ao que parece convidaram-se homens de certo prestígio e qualificações para, à própria custa, inclusive, preencherem os claros na constituição das referidas companhias. Cumpre, mais uma vez, explicar que foi nessa ocasião que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, sentou praça, investido diretamente na graduação de Alferes da 6ª Companhia, a partir de 1 de dezembro, sem nunca ter passado pelos postos inferiores.

O poeta Critilo — o autor das "Cartas" — ridicularizou alguns dos oficiais, fazendo a seguinte apreciação:

"Aqui alguns conheço, que inda vivem
de darem o sustento, o quarto, a roupa

e capim para a besta a quem viaja.
Conheço, finalmente, a outros muitos
que foram almocreves e tendeiros,
que foram alfaiates e fizeram,
puxando a dente o couro, bem sapatos". (6ª Carta
— versos 24 a 30)

A referência aos alfaiates pode ser, agora, explicada pelo documento que localizamos na caixa nº 5 do Arquivo Histórico Ultramarino. Trata-se de uma petição do Capitão Luís Antônio de Velasco Saião, na qual, reclamando contra sua preterição no acesso ao posto de Sargento-mor do Regimento dos Dragões, o peticionário expõe alguns fatos dignos de menção:

Senhora. Diz Luís Antônio de Velasco Saião, o Capitão mais antigo do Regimento da Cavalaria Regular das Minas Gerais, que êle suplicante tem a honra de servir a V. Magestade há perto de 40 anos, principiando a servir no 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, estando destacado no Contingente do Rio Grande de S. Pedro do Sul e fazendo passagem para a Cavalaria de Minas Gerais foi para aquela Capitania em Companhia de seu Pai, o Coronel José Luís Saião que foi Secretário do Govêrno daquela Capitania perto de 30 anos, o qual era de uma família muito distinta desta Côrte e nela bem conhecida. O Suplicante tem passado por todos os postos sendo o primeiro de Cabo de Esquadra, até chegar ao de Capitão, no que se acha há vinte e um anos; agora de presente foi o Governador e Capitão General, o Exmo. Sr. Visconde de Barbacena, servido por uma portaria nomear para Sargento-mor do mesmo Regimento Antônio José Dias, sendo o Capitão mais moderno do Regimento. Em desabono da honra do Suplicante que se lamenta de se ver preterido pelo Capitão mais moderno que chegou àquele posto por motivos que o respeito que se deve ao Real Trono sufoca o Suplicante para os não relatar a V. Magde. mas com a Submissão devida sempre quer pôr na Real Presença o quanto não será pesado ao Suplicante ver-se preterido por um oficial que o foi de Alfaiate nas mesmas Minas do qual ofício passou a ser Soldado, e com astúcias e dinheiro bem ou mal adquiridos em prejuízo da Real Fazenda, como muito bem sabe o Exmo. Luís da Cunha Meneses, Governador e Capitão-General que foi daquela Capitania, e bem poderá informar a V. Magde. mas contudo tem chegado àquele posto e com êle quer calcar o Suplicante sendo êste um Vassalo de V. Magde. tão distinta e aquele dos de última classe da plebe, sem mais merecimentos que o saber adquirir dinheiros no Serviço de V. Magde. O Suplicante roga humildemente a V. Magde. o não prive do posto que justamente lhe

competete; que além das circunstâncias referidas, é casado com uma filha do Tte. General que foi da Capitania de Minas, Bernardo da Silva Ferrão e tem filhos com numerosa família. P. a V. Magestade sua inata Piedade lhe faça a Graça de o promover ao pōsto de Sargento Major do dito Regimento. E. R. Mç

a) Luís Antônio de Velasco Saião". Data — 29 de março de 1793.

Não sabemos qual a decisão final do caso mas, a título de esclarecimento, informamos que Antônio José Dias Coelho prosseguiu na sua carreira bafejado pela fortuna, tendo atingido os mais altos postos da hierarquia militar depois de importante atuação política em Minas Gerais. Marechal de Campo na época da Independência, jurou a Constituição do Império e foi promovido por D. Pedro I a Tenente-General por decreto de 12 de outubro de 1824 exercendo, nessa qualidade, o cargo de governador das armas daquela província.

Outro nome citado no poema e que, a nosso ver, pode ser objeto de tentativa de identificação é o Saônio, a que se refere o poeta no verso nº 193, da 12ª. Carta:

"Passados alguns tempos, Ludovino
encontrou, uma noite, a sua escrava
e a casa a conduziu do bom Saônio,
aonde, em hospedagem, se abrigava".

Salvo melhor juízo parece-nos que êste Saônio deve ser procurado entre o Coronel José Luís Saião ou um de seus filhos — José e o Capitão Luís Antônio Velasco de Saião. O pai viveu mais de oitenta anos e exerceu entre outros cargos as importantes funções de Secretário do Govêrno da Capitania caindo na inimizade do Governador D. Antônio de Noronha que contra êle representou, conforme esclareceu Rodrigues Lapa em seu magnífico estudo das "Cartas Chilenas".

De nossa parte conseguimos localizar uma certidão de óbito apresentada ao desembargador Tomás Antônio Gonzaga por D. Leonor Luiza de Portugal, mulher do Coronel Saião, logo após o seu falecimento, em 1794, durante a administração de Luís da Cunha Meneses. (V. "A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto" — Rio — 1966 — pág. 243).

Se os fatos narrados na 12ª Carta ocorreram até aquêle ano, o Saônio poderá ser o velho secretário; do contrário, caberá o criptônimo utilizado pelo autor da sátira a um de seus filhos: José Luís Saião que também teve longa vida e em 1815 foi constituído procurador de Marília de Dirceu (Maria Dorotéia Joaquim de

Seixas) no processo em que ela e os irmãos se habilitaram ao recebimento dos soldos devidos pela Fazenda Real, por motivo do falecimento do pai, Baltazar João Mayrink. O segundo filho, o Capitão Luís Antônio de Velasco Saião, autor da petição contra a promoção de Antônio José Dias Coelho, a que já fizemos referência, também estaria nas condições de ter sido o personagem citado pelo poeta das "Cartas Chilenas".

Um outro documento que encontramos, na caixa nº 122 — Minas Gerais — do Arquivo Histórico Ultramarino, ajuda a provável identificação de um dos "Ribérios" citados nas "Cartas". Como bem observou Rodrigues Lapa, o criptônimo Ribério, utilizado pelo poeta, refere-se a mais de um personagem. No caso focalizamos, apenas, aquêle que figura nos versos 198, 211, 223 e 228 da 12ª Carta, que, tudo faz crer, pertencia à famulagem do governador Cunha Meneses. Em 5 de março de 1790, Feliciano José de Oliveira e Antônio Ribeiro França — "criados de D. Luís da Cunha Meneses" — recebiam em Lisboa uma atestação assinada pelo amo, para que os mesmos, "pardos forros", pudessem tirar passaporte para regressarem a Minas Gerais. O criptônimo Ribério, das "Cartas" deve aplicar-se, sem dúvida, a êsse Antônio Ribeiro França, que conviveu com o governador em Minas e depois de acompanhá-lo a Portugal, em 1788, acabou pedindo para voltar ao Brasil dois anos depois.

Cartas Chilenas
em que se conta os successos
de todo o governo
do Sanferrao • Minasco
Journal de Chile.
Escritas na lingua Castilhana
p^{to} do Sr. Cristillo.
Traduzidas com Portuguez
e dedicadas
aos grandes de Portugal
Dizem. Inonymo

AS "CARTAS CHILENAS" — reprodução de um dos apó-
grafos existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Carta 7ª

Na tempo do senhor que se pôe
Dizem, q' Dono do Fandameo de lingua historica

Contribua
para Carta
de 9. Vozes
até ao q' dir.
= Resposta
que cobrir...
como no dia
de...
qual o no
refo...
refo...
Carta 7ª
3ª q' é a ultima: e q' pouco dias depois
perco; sem q' haja q' de noticia de tal man.
- scripto

Primeira fôlha da Carta 7ª Apógrafo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A forma do Governo lhe inspirava:
 O mesmo fez Sertão, que dizia;
 Que nada executava, que não fosse
 Ensinado por uma braseca ~~ferrea~~,
 Que a ~~Diosa~~ caca domo lhe mandava:
 Ma forma, o vil e ha forma, astuto segue
 Também este systema. Ao seu ouvido
 Acostuma a chegar-se a manja promba.
 A ~~vã~~ ao ignorante se consente
 De que este seu Profeta c'nhencia
 Os segredos do Céo, por este meio
 E foi tu, meu Dorotheo, nachá um Chefe;
 Bem que perverso seja, que não finja
 Pelá Religião um justo zelo,
 E quando não ofaca por virtude,
 Sempre acomenos o mostira por systema

Trecho da Carta 13^a De um dos apógrafos existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SIGILOGRAFIA

SÍNTESE DA CADEIRA DO CURSO DE MUSEUS

Jenny Dreyfus

Prof. de Sigilografia e Filatelia
Chefe do Museu da República

Palavra muito pouco conhecida cuja significação é o estudo descritivo do sêlo. Vem do latim e do grego — SIGILLUM sêlo, GRAPHIEN = descrever.

Tem por sinônimo a palavra esfragística; do grego e quer dizer *castão de anel*. Muito usada em Portugal e uso restrito nos demais povos.

A palavra sigilo quer dizer sêlo, porém como era apôsto aos documentos, passou por extensão ao próprio segredo.

Foi, o testemunho do direito e da presença individual durante longo tempo. Pode-se dizer que era a carteira de identidade da época.

A Sigilografia é muito importante para o estudo da história da Idade Média.

Está também intensamente ligada a grande número de disciplinas necessárias ao estudo museológico.

O primeiro tipo de selagem foi o anel, cujo emprêgo vem da mais alta antiguidade. O sêlo geralmente era apôsto em Chancelaria e pelo chanceler, dignitário que tinha a guarda do sêlo numa corporação ou numa ordem; cargo da mais alta importância e inamovível.

ANÉIS SIGILARES

Um dos exemplos mais antigos que se conhece pertenceu a um funcionário do rei Shufu, fundador do grande pirâmide (IV dinas-

tia 3490 A.C.) encontrado em 1843. Êste anel é repleto de hieróglifos.

Outro igualmente muito antigo foi aquêle que Thutmés II retirou de seu dedo e o colocou no de José, conferindo-lhe autoridade suprema (1400 A.C. XVII D.). Equivaleu à entrega do sêlo de Estado.

O sêlo naquela época geralmente era de dupla finalidade: *amuleto e sinete*.

Entre hebreus o mesmo hábito de selar.

Como exemplo as cartas enviadas ao povo de Neboth por Jezabel, supostamente escritas por seu marido Achab, eram seladas com anel dêste.

Os sinetes dos gregos eram geralmente em pedras preciosas entalhadas com grande perfeição; traziam quase sempre um nome escrito às avessas o que provava ser anel sigilar.

As figuras geralmente calcadas em seus deuses.

Da Grécia passam a Roma porém menos belos; motivos copiados em seus deuses e seus imperadores. O hábito de selar aos poucos foi sendo introduzido, usando dêles todos os grandes personagens e indo até mais longe, vamos encontrar o mesmo uso entre tôdas as camadas sociais. Com isto, a pedra preciosa começa a encarecer e rarear, aparecendo então o metal. Surgem anéis com discos maiores em ferro, prata e ouro.

Êstes selos eram geralmente impressos sôbre argila, ou mistura de cêra com resina, recebendo o nome de *cerographus*.
Necessário umedecer com saliva para aderir.

Já na antiguidade cristã vemos grande cópia de material com os símbolos da nova religião.

Com os gauleses encontramos a preferência pelos anéis metálicos, porém entre os príncipes dessa dinastia há exemplares em pedras preciosas.

Com Carlos Magno reaparece a gema preciosa em abundância, vendo-se no seu anel a sua efigie e a legenda cristanizada "Christe protege karolum regem francorum".

Com os Capetos chegamos à separação do castão do aro, formando o verdadeiro sêlo — o *sigillum*. Não podendo mais usar os elementos exíguos da gliptica, passaram a empregar selos bem maiores. Na efigie símbolos pagãos cristanizados.

Na Idade Média, vemos uma leve estagnação, porém não chegou a perturbar o uso constante do sêlo.

Tôdas estas jóias a que nos referimos têm sido encontradas

em sepulturas antigas mostrando o hábito de enterrar os mortos com seus adornos.

Entre os anéis interessantes com emblemas religiosos poderemos destacar o da judia Aster, trazendo no aro o candelabro de 7 braços.

O anel é formado por seis arcos com as letras de seu nome e no castão a repetição de seu nome Aster. O símbolo que traz não deixa dúvida quanto à sua origem. É um anel do V ou VI século.

DESTINO DOS ANÉIS

Quatro foram os destinos dos anéis: casamento ou noivado, consagração religiosa, anéis sigilares e anéis ornamento.

Alguns exemplares: Roccolana-Su-Waranbertus Dedi-anel de casamento ou noivado e sigilar.

Roccolana-Subscripsi-Waranbertus Dedi — Caracteres bons para a época — VI^o ou VII^o séc.

Anel de Leubacius e Anel de Maura — Abade de um mosteiro do século VI. Abadessa do V^o século-anéis de voto religioso, com aclamação religiosa "in dei nomine". Século XI.

Anel de noivado e de caráter cristão.

Micael mecu (meu Miguel) Vivas in Deo — aclamação religiosa.

Além dêesses há anéis de profissão; como foram em menor número estão fora da classificação geral. Ex.:

Anel de um farmacêutico que carimbava suas receitas. Donobertus Fett MDICMT — (Donobertus Fecit Medicamentum)

CILINDROS-SELOS

Além dos anéis sigilares temos a salientar ainda na antiguidade, os cilindros-selos.

Feitos geralmente em pedra dura e preciosa. Cilindro de dimensão diminuta, com dois orifícios nas extremidades por onde passa uma haste a fim de imprimir um movimento de rotação.

Os assuntos impressos versavam sobre temas religiosos, míticos e históricos. Também usados com dupla finalidade, simples amuleto ou peça sigilar. Tiveram cilindros-selos os povos babilônicos, assírios, persas, medas, armênios, etc.

O JUS-SIGILLI

A partir de Roberto Capeto, com a separação do castão e do aro, surge o verdadeiro sêlo; não é mais o annullis e sim o sigillum.

Êstes primeiros selos já eram bem maiores tendo mais ou menos 6 cm. de diâmetro. Pode-se portanto marcar a data de 996 para o início do nôvo sêlo, invento que coincide com o nascimento do regime feudal.

Foi o momento em que os pequenos Cóndes de Paris passam a suzeranos iguais a seus superiores da véspera (superioridade apenas nominal) sentiram a necessidade de prestigiar a sua superioridade, dando maior valor a seus atos, servindo-se então de um sêlo pessoal.

Assim é que até o fim do século XII, quasi que só se vê selos dos altos personagens.

No século XIII, pequenas jurisdições feudais se multiplicam dando causa a que o mínimo barão mandasse gravar o seu sêlo.

Pouco depois, já não eram sômente a nobreza e os barões que reivindicavam êste direito, mas grande número de particulares já o exigiam.

A êsse direito comum, momento em que o sêlo toma o lugar de assinatura, é que se dá o nome de Jus-Sigilli (direito ao sêlo).

Êste direito foi estendido até a pessoas que exerciam qualquer officio: barbeiros, açougueiros, carpinteiros, sapateiros, etc.

No clero viu-se a mesma coisa; desde o Papa até o forneceador e servidor da mesa do pobre.

Sendo assim o sêlo atravessou tôdas as camadas sociais.

A disposição e a guarda do sêlo real foi confiada ao grande chanceler que, entretanto sô podia colocá-lo com ordem do rei e diante dos grandes officiais da coroa, ou em côrte plenária.

Para os particulares, fez-se necessário a constatação pela auto-riade judicial ou pelo senhor feudal.

Esta formalidade equivalia à legalidade da assinatura, à identidade da assinatura, ou melhor o que hoje chamamos reconhecimento de firma.

Com o tempo foi-se fazendo necessário outras garantias, pois apesar das precauções perdurava o abuso. Tornou-se exigência colocar qualquer coisa de pessoal sôbre a cêra quente.

Surgem os fios de cabelo. Sêlo de Joana d'Arc ou a marca do polegar ou dos 5 dedos, o que vem provar a existência da impressão digital cinco séculos antes de que Galton descobrisse êsse processo no fim do século XIX.

Assim mesmo havia muita fraude; foram então encontrados vários processos para impedir o roubo do sêlo. Êstes fraudadores quando descobertos eram enforcados.

A renovação do sêlo se dava ou por morte do possuidor, ou por perda, ou quando sofria qualquer alteração em bem ou em mal.

Contra-sêlo é apenas o reverso e foi inaugurado em França em 1119 por Luiz o Jovem com o fim de impedir os falsários a usar a cêra do reverso.

MATRIZES — DIMENSÕES E FORMAS DAS MATRIZES METÁLICAS

Matriz é a placa de metal, geralmente redonda que serve para imprimir na cêra uma marca qualquer.

Geralmente redonda, porém na época do arco quebrado (gótico) ela também seguiu esta forma.

Ao lado das formas regulares aparecem as fantasiosas, retangulares, quadrangulares, estrêlas, trevos, etc. constituindo exceção.

Há casos curiosos em que são vistas duas placas presas por uma dobradiça, como se fôsse uma caixa e que abertas servem para imprimir ao mesmo tempo sêlo e contra-sêlo.

Há outras em que o contra-sêlo é prêso ao sêlo por uma corrente. Neste caso, o contra-sêlo é sempre bem menor que o sêlo.

Nesse momento, o progresso da gravura se faz sentir de modo sensível, e em meados da Idade Média, a ourivesaria atinge grande brilhantismo, vendo-se os melhores ourives encarregados do fabrico das matrizes e é tal o entusiasmo que formam uma corporação onde todo o serviço era feito por êles. Essa corporação recebeu o nome de "Incisores Sigillorum".

Esta arte especial caiu em decadência no XVI século; a razão foi a vulgarização do uso da assinatura autógrafa.

MODOS DE APOSIÇÃO DOS SELOS

Há dois meios distintos de reproduzir o motivo; calcando sôbre cêra quente ou aplicando sôbre metal pelo processo de cunho.

Em cêra há muito maior número, por ser esta mais econômica e dar maior relêvo. Houve selos em vários matizes de cêra sendo a branca a primeira e a azul bem como a preta foram raras.

As mais comuns a vermelha e a verde.

Os selos no comêço eram fixos ao próprio ato, isto é, o que se chama sêlo chapeado.

Para êste tipo de selagem a cêra era mergulhada em água quente a fim de amolecê-la, davam uma forma arredondada e aplicavam-na sôbre o pergaminho.

Operação feita com tãda destreza para que aderisse rapidamente.

Quando os selos começaram a aumentar de tamanho, tornou-se necessário outro tipo de selagem. Surgem então os selos pendentos, os quais chegaram a atingir proporções exageradíssimas.

Os fios das amarras que prendiam-no ao documento foram os mais variados; havia de cânhamo, de linho, da sêda, com fios de ouro, etc. Porém o mais comum foi a própria cauda do pergaminho.

O mais original conhecido foi o de Ricardo Coração de Leão. Na fita trazia a inscrição: "Je suis gage d'amour; ne me donnez point — Qui separe notre amour; la mort..."

Houve documentos com um número enorme de selos pendentos. Devido a assinarem partes e testemunhas.

AS LEGENDAS — DISPOSIÇÃO — ABREVIACÕES — SIGLAS — etc.

Assim como nas moedas e pedras lapidares a escrita do sêlo é modificada conforme o século.

Um sêlo completo possui efígie e legenda sendo esta última a circular em tãrno da efígie. O primeiro tipo que encontramos é a capital romana degenerada ou bárbara, depois a carolínea, a gótica e sãmente com a Renascença aparece uma capital nova substituída pelo amplo e majestoso caráter epigráfico de Luiz XIV.

Há igualmente as letras encravadas, etc. Encontramos também a sigla S que representava as palavras signum, sigillum, subscriptio, signavi, etc.

Além dessas variedades, ainda temos o monograma cuja definição é "o ajuntamento de várias letras conjuntas e entrelaçadas de maneira a formar um só caráter".

Como nota curiosa diremos que, a origem do monograma é desconhecida. Já era de uso com os gregos a partir de Felipe da Macedônia (383 A.C.). Usado sobretudo depois das grandes invasões germânicas.

Ainda vemos nos selos como legenda, divisas sobretudo entre os séculos XV e XVI. A data surge igualmente porém, geralmente após o século XV.

SELOS DOS SOBERANOS

O primeiro tipo que aparece é de majestade.

A base fundamental do tipo majestático é a representação do monarca.

O primeiro tipo que aparece é o bárbaro representado por Childerico I (436-481) pai de Clóvis, primeiro rei cristão. É o que chamamos rei cabeludo, com suas trancinhas atadas abaixo do queixo.

A evolução da imagem vai se dando aos poucos. Vemos acentuada melhora com Roberto Capeto, não é mais a cabeça e sim o busto de frente, coroado com a coroa dos 3 florões. Com Henrique I surge pela primeira vez o monarca de corpo inteiro.

A partir de Filipe I (1052-1108) há uma modificação na cadeira, passando do escabelo primitivo para a chamada "poltrona de Dagoberto", tipo que perdura com algumas modificações até Carlos VII (1697-1745).

Carlos V apresenta-se de pé com a parte inferior escondida por um escudo com os 3 lises.

Com Carlos VI e VII começa a surgir o docel arquitetônico, que se desenvolve de mais em mais, acabando por fazer corpo com a própria cadeira.

Esta foi a origem do trono com pavilhão, que a partir desse momento passou a ser o quadro indispensável da majestade real.

Com Henrique II, surge a coroa fechada, símbolo da realeza absoluta.

Com Francisco II, uma modalidade toda especial; êle com sua jovem esposa, Maria Stuart, sentados em um só trono.

Carlos IX volta ao tipo tradicional.

Luiz XIV teve a vaidade de conservar durante todo o seu longo reinado, apenas uma efígie: a sua juvenil.

Com Luiz XVI termina a grande série dos tipos majestáticos.

Napoleão se mostra no trono em trajes de coroação.

Carlos X, o rei moderno, ainda coroado porém sem panejamento.

Luiz Filipe, o rei cidadão, não apresenta mais nenhum atributo de soberania. Apresenta apenas a cabeça de perfil; parece mais um medalhão.

Napoleão III apaga as últimas lembranças do grande sêlo real. Apresenta apenas a águia imperial em campo azul, circundada pela Legião de Honra.

As rainhas, por sua vez tiveram seus selos, porém, menos aparatosos do que os reis.

Quase sempre se apresentam de pé com uma flor na mão e coroadas. Ana d'Áustria (1643) apresenta-se de coroa fechada, lenço na mão, tal como nas gravuras da época.

Maria Leizinska, mudança radical. A rainha sentada. Da mesma forma se apresenta o de Maria Antonieta.

SELOS DOS SENHORES

São estudados por tipos e não por épocas.

Há três tipos distintos: *Eqüestre* — *De pé* — *Armoriado*.

Foram por excelência os sêlos da aristocracia feudal.

O cavalo, é em princípio, atributo essencial do gentil-homem. Sendo assim os senhores se apresentam de preferência, montados.

Em seus selos se apresentam de duas maneiras: armados para a guerra ou equipados para a caça.

O mais antigo sêlo de senhor é o de Guilherme da Normandia (1069) porém é o sêlo eqüestre em sua timidez primitiva.

Mais um centenário e o cavaleiro se inclina para frente em verdadeira atitude de corrida. Inteiro desenvolvimento só no século XIII; assume a atitude de um verdadeiro guerreiro.

A imagem do senhor montado para a caça é em muito menor número. Traja uma indumentária especial que lhe favorece os movimentos e se faz acompanhar de um cão, geralmente entre as patas do animal. Esse tipo nunca atingiu a riqueza do sêlo senhorial.

No decorrer do século XIV surgem os selos com a efígie de pé. Isto se deu sobretudo quando o senhor era um bibliófilo ou amigo das artes.

Por fim temos os tipos excêntricos com efígies exóticas. Como exemplo o sêlo de Conon de Béthune representado de joelhos fazendo um galanteio à sua dama e explica sua atitude com a palavra "Merci" (1202).

Não podemos deixar de dar uma notinha sôbre os selos armoriados, importantes para a Genealogia e a Heráldica, mas de menor importância para a história dos hábitos e costumes.

As damas a exemplo da rainhas, permaneceram modestamente de pé. Raramente as regras por demais rigorosas da hierarquia feudal lhes permitiu sentar em cadeira de espaldar alto.

SELOS DOS BURGUESES — CIDADES E OFÍCIOS

Como já foi dito, o direito de selar foi estendido a todos. Sendo assim o burguês que em certas localidades se tornara um potentado, rivalizando com os senhores feudais, encontrou prazer em carimbar mostrando essa importância.

Apresenta-se de preferência nos selos de cidade em trajés de prefeito ou vereador quando incumbido de uma dessas autoridades.

Porém um tipo realmente curioso é o que mostra os cônsules ou vereadores, agrupados deliberando gravemente.

Os selos das cidades e vilas mostram o valor de sua cidade. Aquelas cuja importância está em sua fortaleza, apresentam esse elemento. Outras em que o seu valor esteja na sua cathedral, apresentam-na no sêlo. Se a ponte é a razão de ser da cidade, ela aparece imediatamente. Neste elemento poderemos citar a de Avinhão tão célebre e conhecida através de canções infantis.

As cidades marítimas apresentam seus barcos, seus marinheiros e tudo o mais.

Nesta categoria de cidade o Museu Histórico possui dois exemplares dignos de nota. Um pertencente à cidade de Rochester do ano 1050 e o outro a cidade de Hamburgo do século XII.

Além de todos êsses elementos citados ainda há cidades que vão buscar elementos na sua história, na lenda de seus santos, nos acontecimentos célebres, etc.

Vemos por exemplo a cidade de Dunkerque tendo por emblema Sto. Eloi, seu patrono; Estrasburgo, a Virgem com o Menino sob uma arcada gótica, etc.

Outras cidades procuram perpetuar fatos gloriosos ou dolorosos. Neste gênero poderemos citar a cidade de Cantuária (Inglaterra) que faz gravar a cena do assassinato do arcebispo Thomás Becket, imolado aos pés do altar.

Abaixo da burguesia e dos corpos municipais, um grande número de homens simples como aldeães, possuíam selos particulares. Êsses homens de ofícios cujos negócios eram florescentes, adotavam um tipo especial sempre ligado a sua profissão.

Êstes selos entretanto, tinham que ser autenticados por autoridades superiores com o sêlo da cidade, da comuna e na ausência dêste com o sêlo pessoal.

SELOS ECLESIAÍSTICOS — AS BULAS

Bula — sêlo especial de duas faces, em metal particularmente de chumbo, pendente dos atos papais, documento êste que, com o tempo tomou por extensão o nome de bula.

Pode ser inteira quando batida dos dois lados e meia, quando só de um. Categoria à parte que não é mais submetida às mesmas regras, porém colocada em primeiro plano dos selos eclesiásticos.

A bula é obtida pelo processo de cunho, tal como as moedas. É formada por 2 chapinhas metálicas ligadas uma a outra por um bôlo de cêra quente, onde se atravessa o fio que a torna pendente e é fechada rapidamente.

Temos como complemento da bula o Anel do Pescador; é um sinete tal como na época dos anéis sigilares, conservado pela Santa Sé para ser apôsto ao pergaminho ou ao papel.

Hoje serve unicamente para selar os breves. Representa S. Pedro jogando sua rêde aos peixes.

Parece ter sido o papa João XVI (985-996) o 1º a usar o anel do pescador.

Conhecem-se bulas desde o papa Deusdedit, ano de 614, até nossos dias. Hoje no entanto, não passa de um carimbo em lacre vermelho.

Geralmente trazem como efígie as cabeças de S. Pedro e S. Paulo, separadas por uma cruz, sobrepujadas pelas siglas SPA — SPE. No reverso o nome do papa e seu número de ordem.

Para os demais patriarcas e prelados da igreja, o uso do sêlo foi idêntico aos leigos.

As Universidades, as Faculdades, os Hospitais, etc., possuíam selos simbólicos expressando de forma clara, a finalidade, o espirito e as ocupações do pessoal.

Para os hospitais, foi comum a efígie de sua padroeira, isto é, Sta. Isabel da Hungria, encarnação heróica do amor aos pobres.

Muitas vêzes as cenas e passagens não são perfeitas; a razão foi a falta de talento do artista, porém, apesar dêsses senões, esta é a fonte mais segura que nos legou êsse grandioso passado.

SINETES E SELOS MODERNOS

O uso do grande sêlo pendente começou a se perder aproximadamente na segunda metade do século XVI.

As causas foram, a propagação da escrita e de assinatura autógrafa; a substituição do pergaminho pelo papel muito mais frágil ao pêso de um sêlo.

Surgiu então um sêlo muito menor aplicado sôbre a dobra da carta, a que deram o nome de sinete, afirmando-se a partir do século XV.

Como tôdas as épocas a vaidade impera e começam a surgir os sinetes de cabo de marfim, verdadeiras jóias.

Até êste momento as cartas eram apenas dobradas em quatro

e fechadas com uma tira de papel e sôbre a extremidade colocavam o sêlo.

No século XVI imaginaram coser os bordos da missiva e imprimir o carimbo sôbre as pontas do fio, dando aparência de um pequeno sêlo pendente.

Outros mais espertos imaginaram um terceiro processo que destronou todos os precedentes; dobravam a missiva em forma de envelope (um pedaço menor e outro maior passando um por dentro do outro) e selavam por cima.

Naturalmente como sói acontecer, muitos eram em pedra fina e bem trabalhados, mas dêstes só um muito pequeno número servia para selar.

Independentemente dêsses sinetes-jóias, a gravura dos demais deixou muito desejar, começando então a decadência da arte sigilar, apresentando verdadeiras caricaturas, passando do sinete para sinais de autenticidade cabalística tornando os demais inúteis.

Estas várias marcas exóticas de identidade tendiam a se imobilizar e a se estereotipar.

Tiveram início no século XVI e ainda se chamavam sinetes.

Mais tarde passaram a usar novos sinetes, porém já com o uso do lacre, que pode-se dizer ter surgido na época da Revolução Francesa, que generalizou o uso do sêlo.

Surgem os selos dos revolucionários; entre êles podemos citar o do acusador público, o terrível Fouquier, com a efígie da República de pé, a mão direita apoiada às tábuas da lei, à esquerda segurando uma lança encimada por um barrete frígio.

Alguns fanáticos revolucionários, chegaram prestar a homenagem em efígie de suas vidas e de seu sangue. Championet gravou o seu com um coração sustentado por um braço com a legenda entusiástica "Um e outro para a República", mas isto não impediu que logo depois fôsse prêso, jogado no calabouço pelo Diretório.

Para terminar resta-nos falar do último tipo aparecido naquele momento. Foi a própria guilhotina.

Que caminho percorremos desde Childerico o Cabeludo! Êste é, porém, o caminho da história.

Êste foi o cenário representado nos selos durante êstes 14 séculos. Foi o cadafalso o último tipo sigilográfico que nos legou a velha França.

SIGILOGRAFIA EM PORTUGAL

O estudo do sêlo em Portugal foi muito diverso dos outros

países. A introdução do sêlo pendente naquele país foi muito mais tardia do que em França. Justamente na época em que o sêlo perde em França seu significado simbólico (séc. XIV) é precisamente aquêle em que generaliza-se o seu uso em Portugal.

Foram estudados pela sua importância jurídica, simbólica e fiscal.

IMPORTÂNCIA ATUAL DOS SELOS MEDIEVAIS

O sêlo na Idade Média era um objeto ao qual se ligava grande respeito, quase veneração.

Dada a importância extraordinária que na vida medieval tinham os selos, tudo que a êles se relaciona constitui matéria interessantíssima para a História dos Usos e Costumes.

Porém um dos aspectos mais interessantes dos selos medievais é o auxílio que proporcionam para o estudo das Instituições Medievais ou seja, para a História da Administração Pública. Assim vejamos:

No século XII e começo do XIII, o Rei era senhor superior aos demais, porém no que tocava a poderes e atribuições governativas era pouco diferente dos demais.

Enquanto o govêrno e a administração se mantiveram repartidos entre o Rei e os senhores, os afazeres régios não eram muitos e o monarca podia atender em pessoa a todos os negócios, fiscais e judiciais.

Porém isto não permaneceu por muito tempo.

Logo no começo do séc. XIII D. Afonso II começou a cercar os poderes dos senhores, puxando para a coroa algumas atribuições judiciais que os senhores exerciam sem subordinação ao monarca. Nos reinados seguintes, isto foi se acentuando. Êsse incremento de atribuições e crescimento constante da população, deu como resultado um aumento formidável de assuntos levados ao Rei, e conseqüentemente dificuldade em atender pessoalmente aos negócios a êle submetidos. Viu-se então, forçado a descentralizar e ampliar cada vez mais sua máquina administrativa, criando funcionários novos. Para se compreender êsse mecanismo, a Sigilografia fornece elementos preciosos. Assim temos: no reinado de D. Sancho I, havia um só tipo de sêlo; no de D. Afonso II, dois; Afonso III, três e com D. Diniz, cinco, sofrendo novos aumentos com D. Pedro I e D. João I. O aparecimento dêstes novos selos corresponde quase sempre a alguma grande reforma administrativa. No reinado de D. Diniz a Casa Civil se torna independente da Chancelaria, selando com um sêlo próprio os atos judiciários; com D. Pedro I cria-se a

Escrivanhinha da Puridade precursora das Secretarias de Estado, também tem seu sêlo próprio para os atos políticos. Com D. João I surge a Casa dos Contos que passa a selar os seus atos fiscais.

Outro fato que influiu na evolução dêsses selos foi a variedade das matérias empregadas para as escrituras. Nos onze séculos que constituem a Idade Média desde a implantação da Monarquia Visigótica em 395 até a morte de D. João II em 1495 empregam-se três matérias diferentes para as escrituras: o papiro, o pergaminho e o papel. É óbvio que a natureza do sêlo tenha sofrido de acôrdo com a rigidez da matéria empregada.

O fator de ordem social que mais influiu social e politicamente na multiplicação dos selos e no desaparecimento de seu significado simbólico foi a generalização da cultura que se deu em Portugal no reinado de D. Denis. A correspondência epistolar começa a ser o meio de comunicação corrente. A generalização do papel muito mais barato, estimula o desenvolvimento da correspondência e conseqüentemente generaliza o emprêgo do sêlo necessário para cerrar as cartas.

Houve dois tipos de classificação nos selos em Portugal. Diplomática e Arqueológica.

Classificação Diplomática — Três grandes divisões: Selos Régios, Selos dos Senhores Eclesiásticos e Leigos e Selos das coletividades religiosas ou civis.

Nós nos deteremos mais demoradamente na classificação arqueológicas não só por ser a mais interessante, como a menos conhecida.

CLASSIFICAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Sinais públicos dos outorgantes. Não são selos pròpriamente ditos, porém impossível omiti-los num estudo esfragístico.

No reinado de D. Tereza (1114-1128) assim como na metade do govêrno de D. Afonso Henriques até assumir o título de Rei (1128-1142) os diplomas eram autenticados com um sinal público, desenhado à pena entre confirmantes e testemunhas. Havia uma variedade infinita, porém todos com uma característica fundamental, a cruz e os dizeres — quase sempre a palavra Portugal ou o nome do monarca. Estas molduras não têm forma circular pela dificuldade em traçar uma roda a mão livre.

A cercadura circular, ou roda como era chamada só aparece em 1142. Esta roda entretanto, não exclui o sinal público.

O sinal é uma derivação de *signum manuale* com que no Império Romano, o outorgante atestava seu assentimento ao conteúdo da escritura. A roda é uma criação da Chancelaria Pontifícia, que servia para tornar mais aparatosos certos diplomas que pretendiam revestir alguma solenidade especial.

No desenho da roda deu-se uma evolução curiosa. Em 1153 aparece pela primeira vez uma roda de concepção inteiramente nova.

O campo é formado por 4 arcos entrelaçados formando a conhecida cruz dos templários.

Se fixarmos bem a vista nesta roda, observaremos que nos interstícios da cruz templária, há uma segunda cruz formada por 4 escudos com pontas concêntricas. Não será esta porventura a origem da cruz das quinas? (Conde de Tovar — *Esfragística Medieval Portuguesa*).

O último sinal público conhecido é de 1184 e a última roda não-clássica é de 1183; as clássicas foram usadas até 1248.

O sêlo pendente em Portugal foi introduzido na primeira metade do século XII e era de cêra. Em metal sòmente no século XIII e isto mesmo em chumbo com a designação de *bola* ou *bula*, e tinha proeminência sôbre o de cêra.

Em meados do século XII introduzem naquele país o sêlo chapa porém pouco sobreviveu devido à introdução do papel, muito frágil para suportar um sêlo apôsto ao documento.

Portugal ainda usou o sinete, sêlo estritamente pessoal empregado muito excepcionalmente em documentos oficiais confidenciais.

Era mais de uso particular. O sêlo a lacre a partir do século XVI; o sêlo branco, em relêvo no próprio papel (papel timbrado hoje); o sêlo tinta, sem relêvo o que chamamos comumente carimbo.

Quanto à conservação do sêlo em Portugal, foi muito precária, salvando-se relativamente pouco material. Apenas alguns foram encontrados envoltos em estôpa e outros em bôlsas de pergaminho e em couro.

SIGILOGRAFIA NO BRASIL

O Brasil tendo sido descoberto em pleno Renascimento, quase nada possui no terreno sigilográfico. E isto mesmo, o pouco que deixou está disperso em coleções particulares e antiquários.

Dos nossos primeiros séculos, nada possuímos. Os únicos exemplares dessa época que nos chegaram às mãos foram selos dos súditos portugueses aqui domiciliados.

Sòmente no século XIX encontramos Sigilografia no Brasil.

O interêsse por êsses pequenos monumentos, entre nós, ainda deixa muito a desejar.

Acreditamos mesmo, que o estudo dessa matéria só seja feito no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.

Quanto à coleção organizada só conhecemos a pequena existente no Museu Histórico.

Como peças raras existentes entre nós poderemos citar os dois selos já estudados das cidades de Rochester e Hamburgo, bem como das bulas, uma do papa Clemente VI, 1342 e a outra de Júlio II, papa em 1503. São peças raríssimas que não sabemos como vieram parar no Brasil; acreditamos que tenham chegado com os objetos trazidos pelo príncipe D. João.

Há igualmente um sinete de Luiz de Camões do ano 1576.

Tirando êstes exemplares interessantes, o primeiro que podemos apontar é um sêlo da Real Biblioteca (Brasil português). Peça simples apenas com as armas reais portuguesas e a legenda "Da Real Biblioteca".

Poderemos citar igualmente uma matriz em metal dourado grande módulo pertencente ao Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves.

É uma bela peça sigilográfica.

Do Primeiro Reinado há várias matrizes, quasi tôdas com as Armas Imperiais Brasileiras, as 19 estrêlas e a legenda "Petrus Primus D. G. Brasiliae Imperator".

Do Segundo Reinado há um número bem maior tanto em selos como em sinetes. Explica-se pela extensão dêsse Reinado.

Entre êles poderemos citar um que nos pareceu bastante curioso. É um sêlo da Agência do Banco do Brasil em Ouro Preto. Êle apresenta como gravura, duas embocaduras de rios com os dizeres: Amazonas-Prata; de permeio às embocaduras, uma cruz de estrêlas (20) ladeada por quatro ramos, com a legenda "Filial do Banco do Brasil-Ouro Preto". Procuramos interpretá-lo e chegamos à seguinte dedução: "O Banco do Brasil estendendo suas agências de Norte a Sul do país, representado pelos rios; as 20 estrêlas, as 20 Províncias; os quatro ramos: algodão, café, fumo e cana, os quatro produtos principais da nossa terra".

Da República temos algumas peças sem maior interêsse.

Ao lado dêsses selos e sinetes sem nenhuma beleza, o Brasil também possuiu belas jóias sigilares, entre elas um sinete que dizem ter pertencido a D. Pedro I, gravado em bellissima água marinha triface. Verdadeiro berloque para ser usado prêso a uma corrente.

Há outros, sobretudo de nossos titulares, cujos cabos são em pedras semipreciosas e outros em marfim trabalhado dignos de figurar entre as melhores coleções européias.

Há também sinais públicos de notários tal como foi de uso nos demais povos.

Nos selos de grande dimensão, o Brasil foi relativamente pobre e não sofreu a evolução artística. Há algumas matrizes bem concebidas porém, nada particularmente interessante, destacando-se apenas os sinetes, como já mencionamos; houve uma espécie de vaidade entre os titulares do Império.

Espalhados pelos antiquários deve haver dêsses sinetes, verdadeiras jóias, esperando o momento da curiosidade pelos mesmos.

Hoje, que o gosto pelas coisas velhas já se faz sentir, é de esperar o seu justo lugar.

Talvez então, possamos descobrir peças de real valor histórico que venham, não só trazer a luz a certos documentos, como enriquecer êsse pequeno e pobre capítulo da Sigilografia no Brasil.

APONTAMENTOS SÔBRE A HISTÓRIA DA REPÚBLICA (Sumário de um Curso)

Gilda Marina de Almeida Lopes
Conservadora do Museu da República

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Durante 63 anos, o Palácio do Catete abrigou os Governos da República. É principalmente, a história dêsse período que tentaremos reviver nessa série de palestras despretensiosas.

A República está muito perto de nós no tempo, daí faltar-lhe o revestimento de um luminoso halo romântico. Entretanto, as histórias de todos os países têm momentos de grande beleza e outros, de profunda miséria. Alguns dêsses momentos lembraremos aqui. No currículo dos colégios nem sempre é possível estudá-los, pois o período republicano coincide com o final do ano letivo. Assim, cremos não ser inútil tratar, ainda uma vez, dêsse assunto.

É necessário conhecer para compreender. Da compreensão nasce o amor. É apenas isto que desejamos: um pouco de amor pela nossa história.

ASPECTOS SÔBRE A HISTÓRIA DA REPÚBLICA (PREÂMBULO)

As primeiras manifestações de caráter republicano surgiram no Brasil, ainda no período colonial.

O autor do primeiro grito de "república" foi Bernardo Vieira de Melo, sargento-mor de Olinda, no ano de 1710, durante o episódio dos Mascates.

Pernambuco viu, em 1817 e 1824, outros movimentos com o mesmo cunho, duramente reprimidos.

Manifestações análogas eclodiram em Minas Gerais nos anos de 1720 e 1789.

Além da Revolução Pernambucana em 1824, novos surtos republicanos apareceram no Brasil Império, a saber: a Sabinada na Bahia, o motim de Miguel Frias no Rio de Janeiro e, principalmente, os Farrapos no Rio Grande do Sul.

É, portanto, muita antiga, remota mesmo, a idéia republicana em nosso País.

A vinda da família Real em 1808 e, sobretudo a presença de um membro dela no momento exato da nossa independência foram os responsáveis por um atraso de 67 anos no triunfo da idéia de República no País.

Com o afastamento de D. Pedro I, tivemos uma experiência republicana na Regência. Os políticos da época preferiam, no entanto, uma rápida maioria do segundo imperador, para salvar o país duma completa desagregação.

O longo reinado de D. Pedro II vem adormecer ou entorpecer por muito tempo, ainda, a idéia republicana entre nós.

Ela vai tomar novo alento em 1870, depois da Guerra do Paraguai. Nesta data, foi fundado no Rio de Janeiro o Partido Republicano. Os seus primeiros membros provinham da ala avançada do Partido Liberal. Esses dissidentes liberais aliados a alguns jovens sem antecedentes políticos, assinaram a 3 de dezembro de 1870 um manifesto republicano, fundando um clube e um jornal com essa tendência política.

O partido republicano muito fraco no começo, sem repercussão num país desprovido de verdadeira tradição política, ganhou impulso no decorrer dos anos.

Os erros dos políticos do Império, a abulia final do próprio Imperador trouxeram novos estímulos à incipiente causa republicana.

A frágil estrutura da monarquia brasileira era sustentada por três colunas mestras. A derrocada dessas colunas importaria num desabamento total. Foi o que aconteceu. Como um castelo de cartas, a monarquia brasileira tombou definitivamente a 15 de novembro de 1889.

Vejamos, agora, de que forma foram derrubadas as colunas mestras do regime monárquico.

Durante os anos de 1887 — 1888, o movimento abolicionista encontrou a posição acirrada dos grandes senhores de terras, todos eles homens de importância política, militantes do Partido Conservador.

Aliás tãda a economia do Brasil Colonial e Imperial repousava no trabalho do escravo.

Assim, não é de admirar que o 13 de maio de 1888 tenha derrubado, de maneira implacável, a coluna mestra da economia, um dos esteios do Império.

Os senhores de escravos arruinados abandonaram o Imperador, inclinando-se para o nôvo partido revolucionário.

A segunda coluna, a religião, nos anos de 1872 — 1875, seria também solapada com a famosa questão religiosa ou controvérsia entre a Igreja e o Estado. A prisão dos bispos custou muito caro à monarquia, alienou-lhe para sempre, a simpatia dos católicos.

A terceira coluna sustentáculo do Império era formada pelas classes armadas. Uma série de questões entre as autoridades civis e os militares lançaria também por terra essa coluna mestra.

Sem apoio, ruiu, como já foi dito, fragorosamente o frágil edifício da monarquia.

PROCLAMAÇÃO DO NÔVO REGIME

O grande mérito do Partido Republicano foi saber aproveitar as dissensões entre o Govêrno e os militares, reconhecendo a impossibilidade de fazer a República sem a participação dêles.

O Exército era particularmente receptivo à propaganda republicana, graças, sobretudo, às atividades do tenente coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Professor da Escola Militar, adepto da filosofia de Augusto Comte, Benjamim Constant difundiu o positivismo entre os estudantes, que o receberam com entusiasmo.

Os elementos mais jovens do Exército aceitaram as idéias de Comte, aceitando também a República. Foram êles e o seu líder, Benjamim, os preparadores do caminho para o 15 de novembro.

Entretanto, as camadas mais altas do Exército não estavam sob a influência do tenente-coronel positivista. Para galvanizá-las seria necessário um homem de maior prestigio nas altas esferas, bem como na tropa. Em tãdas as fôrças armadas só existia uma figura dêsse quilate, o Marechal Deodoro da Fonseca.

Os republicanos históricos, Benjamim Constant e os jovens oficiais que o seguiram tiveram uma perfeita compreensão dos fatos. Daí aquêle afã para convencer Deodoro, aquêle cêrco em tãrno do homem doente e alquebrado. É que êles bem sentiam que sem aquela presença, nos momentos finais, tudo estaria irremediavelmente perdido.

A República poderia ter sido feito de outra maneira, mas esta que nós conhecemos, incruenta, súbita, imprevisível, esta foi obra do velho herói do Paraguai, nasceu do imenso prestígio do seu nome.

Naquele mês de novembro de 1889, o Partido Republicano não podia permanecer inativo. As divergências entre o Governo e os militares se alargavam. Os descontentamentos campeavam. Um jornalista oriundo da ala liberal monárquica fazia mais pela República, com seus ataques violentos, candentes ao gabinete Ouro Preto, que os pálidos artigos de Quintino ou de outro republicano qualquer. Benjamim Constant atraiu esse jornalista para as fileiras republicanas. Chamava-se Rui Barbosa.

O último Primeiro-Ministro do Império, o visconde de Ouro Preto era um grande estadista, inteligente, enérgico, valoroso. Suas reformas liberais viriam, por assim dizer inutilizar a República.

Urgia precipitar os acontecimentos. Os republicanos do Rio de Janeiro e os de São Paulo, tanto civis como militares estavam em permanente contato a fim de preparar a revolução.

São Paulo mandou ao Rio, Francisco Glicério, prático do Fôro de Campinas, futuro grande vulto da República.

Lá na capital paulista, Campos Sales e Prudente de Moraes ficaram aguardando o resultado das confabulações.

Os republicanos civis e militares reuniram-se, pela última vez, na casa de Deodoro, no dia 11 de novembro, para traçar os planos definitivos da revolta.

A 12 de novembro, Campos Sales recebeu um telegrama de Glicério, que dizia: "Banco aceita transação. Mande noticias penhor agrícola". A tradução era a seguinte: "Exército resolvido a fazer revolução. Mande notícia do 10º de Cavalaria".

A revolução estava marcada para o dia 20 de novembro, porque, nesse dia, deviam começar os trabalhos da nova Câmara, Ministros e Imperador seriam aprisionados, fàcilmente.

No dia 14, entretanto, espalharam-se, pela cidade, boatos da prisão de Deodoro e Benjamim Constant, e da transferência para o interior de dois regimentos, então estacionados no Rio.

Os regimentos revoltaram-se, sem conhecimento prévio dos conspiradores. Pela madrugada, tôda a brigada estava em armas.

Tomando conhecimento da situação, o Visconde de Ouro Preto determinou providências que não foram exatamente cumpridas. O marechal Deodoro assumiu o comando das fôrças rebeldes, na manhã de 15 de novembro, marchando para o Quartel General, onde se mantinha o Ministério Ouro Preto, com uma fôrça de defesa.

O ajudante-general do Exército, Floriano Peixoto, o general Almeida Barreto, com as demais forças de defesa confraternizaram com os rebeldes.

Ouro Preto e seus auxiliares foram presos.

Deodoro logo depois, revogou a ordem de prisão.

Vitorioso o movimento, as tropas desfilaram pelas ruas da cidade, dirigindo-se depois para o Arsenal de Marinha.

Ali, foram muito bem recebidas pelo chefe Wandenkolk e pelo Barão de Santa Marta, ajudante-general da Armada.

O Marechal Deodoro, em seguida, recolheu-se a sua residência por sentir agravarem-se os seus padecimentos.

Ainda no dia 15 de novembro, pela tarde, um grupo de republicanos e alguns vereadores reuniram-se na Câmara Municipal, liderados por Patrocínio que discursou com a sua habitual violência e entusiasmo, sendo depois levrada uma ata, em que se declarava proclamada a República.

O Imperador, alheio à gravidade do momento, desceu de Petrópolis e tentou organizar novo Ministério. Era tarde demais, foram vãos os seus esforços.

O Marechal Deodoro assinava, pouco depois, os primeiros atos repúblicanos como chefe do governo provisório.

O novo Governo tinha a seguinte composição: Manuel Ferraz de Campos Sales na pasta da Justiça; Quintino Bocaiuva, Relações Exteriores; Benjamim Constant, Guerra; Eduardo Wandenkolk, Marinha; Rui Barbosa, Fazenda; Aristides Lobo, Interior e Demétrio Ribeiro, Agricultura.

Foi com êstes homens dignos, sinceros, desejosos de acertar, vindos de origens diversas, incapazes, portanto, da mesma compreensão dos fatos, que o Marechal Deodoro inicia o Governo da República.

O primeiro decreto do novo Governo adotava provisoriamente a República Federativa, até que o Congresso Constituinte resolvesse qual o regime que convinha ao Brasil.

No dia 16 de novembro, o major Sólton Ribeiro levou ao Imperador a mensagem que pedia a sua retirada do País, no prazo de vinte e quatro horas.

A 19, o Governo Provisório instituiu a Bandeira e as armas da República e, logo após, convocou a Assembléia Constituinte que devia fazer a nova Constituição.

A grande naturalização, a separação entre a Igreja e o Estado, a reforma financeira foram as medidas mais importantes tomadas pelo Governo Provisório.

Nem sempre tudo correu bem nesse Governo. Em janeiro de 1891, com a renúncia de todos os Ministros, Deodoro organizou outro Ministério. Chamou-se "Ministério dos áulicos", o segundo Ministério do Marechal e era chefiado pelo Barão de Lucena, oriundo do regime anterior.

A 24 de fevereiro de 1891, finalmente, foi promulgada a Constituição Republicana. Seguiu-se uma eleição indireta que escolheu Deodoro da Fonseca para Presidente e Floriano Peixoto, para Vice-Presidente da República.

Instituído o regime constitucional, o Congresso Constituinte separou-se em Câmara dos Deputados e Senado.

Deodoro não concluiu o mandato. Seu temperamento autoritário entrou em choque com o poder legislativo e ele dissolveu o Congresso, a 3 de novembro de 1891.

Para evitar derramamento de sangue, o velho Marechal preferiu deixar o poder 20 dias depois.

Floriano Peixoto concluiu o primeiro período presidencial, ocupando o Governo até 1894.

Enfrentou sérios problemas e duas grandes revoltas.

A República, que ao nascer vira apenas um pouco de sangue do Barão de Ladário, pagaria agora seu tributo atrasado.

Duas sangrentas revoluções atormentariam o País. O ânimo forte do Vice-Presidente levaria a melhor sobre elas, consolidando definitivamente a forma republicana.

MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

O Marechal Floriano Peixoto iniciou seu governo, declarando sem efeito a dissolução do Congresso, mas, em contraposição substituiu todos os governadores estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Começaram, então os distúrbios em várias unidades da Federação.

Discutiu-se muito, também, a possibilidade de uma nova eleição, uma vez que não havia decorrido o prazo estipulado na Constituição, para substituição dessa natureza.

Um longo período de intranquilidade assolaria o País.

Um motim, sem conseqüências, na fortaleza de Santa Cruz foi seguido, no ano seguinte, 1893, por dois movimentos de vulto.

O primeiro consistiu na mais sangrenta revolução da República, a Federalista, que só terminou em 1895, já no governo de Prudente de Moraes.

A outra, foi a famosa Revolta da Armada, na Baía do Rio de Janeiro, chefiada pelo Contra-Almirante Custódio José de Melo.

Custódio de Melo aliou-se aos federalistas do Rio Grande do Sul e recebeu, ainda, a adesão do Contra-Almirante Saldanha da Gama, Diretor da Escola Naval, homem de grande prestígio.

Êsses dois movimentos foram combatidos com rara energia por Floriano Peixoto, apelidado de "Marechal de Ferro" e o "Consolidador da República".

Em 1894, terminou o primeiro período presidencial, sendo eleito o republicano histórico de São Paulo, o civil Prudente de Moraes para substituir Floriano.

O antigo presidente da Assembléia Constituinte teve sérios problemas a enfrentar. A situação financeira era péssima, exigindo novos empréstimos no exterior.

Prudente de Moraes pacificou o Sul, concedendo a anistia aos revoltosos federalistas. No entanto, séria agitação perturbaria, ainda, o seu Governo.

No sertão baiano, um grupo de fanáticos se reuniu em torno de um visionário conhecido por Antônio Conselheiro. No arraial de Canudos, onde se fixaram, desobedeciam às autoridades eclesiásticas e estaduais, que tentaram dispersá-los.

Três vezes, os jagunços de Canudos venceram as forças contra eles enviadas.

A terceira era uma forte coluna, de mais de cem mil homens, sob comando do coronel Moreira César. Depois de difícil e penosa marcha até o arraial, a tropa foi repelida, morrendo o seu comandante.

Essa derrota repercutiu no Rio de Janeiro de forma absurda. Acusaram os monarquistas de apoiar Antônio Conselheiro. Grupos exaltados atacaram os jornais que pregavam a volta do antigo regime e assassinaram o proprietário de um deles, o Coronel Gentil de Castro.

O Governo Federal organizou poderosa expedição com tropas de diversos Estados. O Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt embarcou para a Baía para dirigir as operações.

Depois de vários meses de cêrco, foi inteiramente arrasado o pequeno arraial, tendo morrido todos os fanáticos.

Essa extraordinária resistência dos sertanejos ficou imortalizada na obra primorosa de Euclides da Cunha, "Os Sertões".

Em 5 de novembro de 1897, o Presidente da República compareceu ao Arsenal de Guerra, de onde se dirigiu, em companhia de suas Casas Civil e Militar, para bordo do "Espírito Santo", a fim de cumprimentar os combatentes vitoriosos de Canudos.

Ao voltar à terra, quando se dirigia novamente ao Arsenal, foi Prudente de Moraes alvejado pelo anseçada Marcelino Bispo de Melo. A garrucha porém, negou fogo. O Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt e o chefe da Casa Militar, coronel Mendes de Moraes acorreram em defesa de seu presidente. O assassino sacou um punhal, ferindo mortalmente o Ministro da Guerra e de leve, o chefe da Casa Militar.

Prudente de Moraes, no meio do povo, só, sem escolta acompanhou ao túmulo o bravo Marechal. Reconhecido, foi tremendamente ovacionado pela multidão.

José do Patrocínio fez-lhe um discurso breve, repleto de arroubos de eloquência.

Assim, o velho digno e austero que não parecia capaz de despertar entusiasmo na plebe, tornou-se súbitamente, uma figura popular, cheia de calor humano.

Outra manifestação ardorosa recebeu o Presidente, ao voltar para a terra natal. Debaixo de verdadeira apoteose deixou o poder quem a êle chegara só, discreto, apagado, não tendo, nem mesmo, o antecessor para dar-lhe as boas-vindas.

O nôvo Presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), paulista e "republicano histórico", como o anterior, dedicou-se principalmente a resolver a questão financeira do Brasil.

Eleito presidente, antes da posse, embarcou para Londres, a fim de estudar com os banqueiros inglêses um plano para melhorar as finanças do nosso País.

Conseguiu uma moratória, o famoso "funding-loan".

Com auxílio do seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, médico homeopata, salvou o Brasil da bancarrota.

As medidas de economia, o aumento dos impostos tornaram o Govêrno impopular. Foram criadas novas taxas, entre as quais a do sêlo, por isso passaram a chamar o presidente "Campos Selos".

Com o fito de obter o apoio dos representantes dos Estados no Congresso Nacional, estabeleceu o Presidente a denominada "política dos governadores".

Em resumo, essa política consistia no seguinte: o Governo prestigiaria o reconhecimento dos deputados e senadores federais indicados pelos governantes dos Estados ou pelo partido nêles dominante, e êstes, em troca, o apoiariam nos assuntos relativos à política geral da nação.

Essa barganha vigorou até 1930, com algumas exceções. Daí nasceu o predomínio político dos dois Estados de maior população, Minas Gerais e São Paulo, causa mais importante da revolução de 1930.

Ao invés de palmas calorosas na saída, Campos Sales recebeu vaias, apupos injustos da população. Um presidente enérgico jamais pode ser simpático. No entanto, o seu foi um dos melhores governos da República velha.

A boa administração de Campos Sales permitiu ao seu sucessor, o conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906) contar com os meios necessários para realizar as grandes obras do seu Governo.

Teve o Presidente Rodrigues Alves a capacidade de escolher auxiliares extraordinários. Para o Ministério das Relações Exteriores mandou chamar, na Europa, o maior brasileiro de todos os tempos, o Barão do Rio Branco, "Deus terminus" das nossas fronteiras, no dizer de Rui Barbosa. O Ministro da Viação foi escolhido na pessoa de Lauro Müller, que construiu vias férreas, reformou o pôrto do Rio de Janeiro e ainda fêz abrir a Avenida Central, hoje Rio Branco, por Paulo de Frontin. Para Diretor-Geral da Saúde Pública foi nomeado o grande higienista Oswaldo Cruz. A êle, deve o Rio a erradicação da febre amarela, da varíola e da peste bubônica. Suas medidas enérgicas foram apoiadas pelo Presidente. Não o assustou o levante provocado pelo decreto da "vacina obrigatória".

O Rio de Janeiro atingia o século XX com aspecto de uma cidade colonial. Para modificá-lo, o Conselheiro Rodrigues Alves foi buscar outro homem excepcional, o engenheiro Francisco Pereira Passos. O maior prefeito que o Rio de Janeiro já possuiu, até hoje, não era carioca de nascimento mas conhecia, de longa data, os problemas da cidade.

A década de 1870-1880 foi talvez o período áureo do Império. Terminada a Guerra do Paraguai, serenadas as Províncias, o País entrara numa fase de progresso inigualável. O Manifesto Republicano de 70 pareceu, na época, uma fantasia sem nenhuma importância.

Um dos resultados dêsse surto de civilização, foi o conceito de

que o Rio de Janeiro pedia radicais melhoramentos para transformar-se numa cidade digna de ser capital do Brasil.

O propugnador desta idéia foi João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império do gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco (de 1871 a 1875).

Nomeou João Alfredo uma comissão composta dos engenheiros Francisco Pereira Passos, Morais Jardim e Marcelino Ramos para estudar o plano de reforma da cidade.

Assim, a obra urbanística de Pereira Passos como prefeito de Rodrigues Alves, foi o resultado de estudos feitos 30 anos antes, com o entusiasmo e o ardor da mocidade.

Sofreu ataques de tãda a espécie e teve de lutar desesperadamente para vencer a inércia, a cobiça, o derrotismo. Foi apelidado o "Bota-Abaixo" pelas inúmeras demolições necessárias.

Não caberia, aqui, nesta simples sùmula, enumerar as obras do grande Prefeito, sempre apoiado pelo seu Presidente.

O período de Rodrigues Alves obteve na História da República, um lugar à parte. Jamais outro qualquer presidente conseguiu reunir uma equipe da qualidade daquela que o velho conselheiro da Monarquia teve a habilidade de encontrar.

Seu Govêrno foi de tal quilate que, na República Velha, alcançou a reeleição.

A morte não lhe permitiu voltar, em boa hora, talvez.

As voltas nunca dão bons resultados. É muito difícil acertar duas vêzes.

O conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1909) procurou continuar a excelente administração anterior. Construção de estradas de ferro e portos, o incremento da imigração, reformas na Marinha e no Exército, a criação do Instituto Manguinhos, depois Oswaldo Cruz, tudo isto formou um saldo positivo na gestão de Afonso Pena.

A Exposição Nacional de 1908, comemorativa do centenário da abertura dos portos, demonstrou a evolução do Brasil em um século.

Foi, ainda, nesse Govêrno que Rui Barbosa defendeu, em Haia, a soberania dos pequenos estados ante as grandes potências (1907).

As complicações políticas da sucessão, a hostilidade de Pinheiro Machado, a perda de um filho causaram a morte do velho Conselheiro. Não completou mandato.

Um dos mais hábeis políticos brasileiros, o Vice-Presidente Nilo Peçanha, chegou, assim à Presidência da República.

Era o campista Nilo, homem inteligente, dotado de grande simpatia e calor humano.

Na República, só Getúlio, o ultrapassou no carinho da plebe.

Em seu Governo de dezessete meses apenas, Nilo Peçanha criou o Serviço de Proteção aos Índios, promoveu o saneamento da Baixada Fluminense e restabeleceu o então desaparecido Ministério da Agricultura.

No seu período de Governo desenvolveu-se a famosa campanha civilista em prol da candidatura de Rui Barbosa. Em que pese a beleza da campanha, venceu nas urnas um militar, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

Foi bastante agitado o quadriênio do Marechal Hermes (1910-1914).

Logo de comêço irrompeu uma revolta nos couraçados Minas e São Paulo, chefiada pelo marinheiro João Cândido; foi a revolta da Chibata, isto é, uma luta contra os terríveis castigos corporais da Marinha. No mês seguinte, surgiu outro motim, o do Batalhão Naval, na ilha das Cobras. Ambos os movimentos foram prontamente debelados.

As intervenções armadas nos Estados, inspiradas por Pinheiro Machado provocaram um clima de intranqüilidade no País, prejudicando a administração e as finanças nacionais.

No Ceará apareceu, nessa ocasião, a contraditória figura do Padre Cícero, venerado pelos sertanejos, responsável por graves agitações.

O sétimo quadriênio presidencial foi o de Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918).

O mineiro tranqüilo governou o País na difícil fase da Primeira Grande Guerra.

Prudente, sensato, Venceslau reduziu as despesas, inclusive as da Presidência.

No seu Governo foi promulgado o Código Civil, cuja elaboração levava 60 anos.

No sul do País, numa região disputada pelo Paraná e por Santa Catarina, o Contestado, reunira-se uma multidão de fanáticos em torno de um "monge" José Maria.

Contra êles enviaram-se expedições e por fim foram dominados por forças federais comandadas pelo General Setembrino de Carvalho (1915), decidindo-se, logo após os limites entre os dois mencionados Estados.

O Governo de Venceslau Brás teve muitos pontos de contato com o de Prudente de Moraes.

O antigo Presidente da Constituinte Republicana conseguiu derubar o chefe do Partido Republicano Federal, Francisco Glicério, de cuja orientação divergia.

Da mesma forma, Venceslau Brás abalou o prestígio do grande político, Pinheiro Machado.

Prudente teve Canudos, Venceslau, o Contestado. O primeiro quase foi morto por Marcelino Bispo, devendo a vida ao sacrifício do seu Ministro da Guerra.

Um crime também perturbou a gestão de Venceslau, crime do qual o mineiro estava completamente alheio.

No dia 8 de setembro de 1915, um débil mental, Manso de Paiva Coimbra apunhalou, pelas costas o famoso chefe político Pinheiro Machado, no saguão do Hotel dos Estrangeiros.

Embora se mantivesse neutro por muito tempo, o Brasil acabou por romper com os Impérios Centrais, ou melhor com a Alemanha (1917).

O torpedeamento de cinco navios mercantes brasileiros fez o Presidente pedir ao Congresso o "reconhecimento" do estado de guerra. Uma esquadrilha de nossa marinha foi cooperar com os aliados, no Atlântico, enquanto uma missão médica seguia para a França.

A Grande Guerra, entretanto, forçou um considerável aumento das nossas incipientes indústrias e da nossa produção agrícola.

Os últimos meses do Governo de Venceslau Brás foram conturbados pela epidemia conhecida por "gripe espanhola".

No final do mandato, Venceslau, ainda môço, regressou a Itajubá e jamais voltou às lides políticas, embora tivesse vivido 98 anos.

Para o oitavo quadriênio foi eleito, pela segunda vez, o Conselheiro Rodrigues Alves, cujo Governo deixara tão grata lembrança.

Doente, muito idoso, o grande estadista não chegou a tomar posse, falecendo em janeiro de 1919.

O Vice-Presidente, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, assumiu a Presidência da República até que pudesse ser eleito e empossado um nôvo Presidente.

Discordando os chefes políticos de Minas e São Paulo, a propósito da sucessão de Rodrigues Alves, chegaram finalmente a um acôrdo, com a escolha de um "tertius", nem mineiro nem paulista, Epitácio Pessoa.

Assim um homem do nordeste, representante de um pequeno estado entrou no Catete.

Epitácio Pessoa estava ausente do País, chefiando a delegação do Brasil na Conferência de Paz, em Versalhes.

Era o primeiro presidente eleito nessa circunstância. Contra êle concorreu, e mais uma vez foi derrotado, o senador Rui Barbosa.

Epitácio Pessoa (1919-1922) teve logo de início que enfrentar a rebelião no interior da Bahia contra o resultado da eleição para o Governo Estadual.

O Governo Federal garantiu a posse do eleito.

Como nordestino, Epitácio procurou resolver, com grandes obras, o problema das sêcas do Nordeste.

O Ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras tratou da modernização do Exército e da construção de dezenas de quartéis. Foi instituído o sorteio militar.

No Governo Epitácio Pessoa, comemorou-se, com grande exposição internacional, o primeiro centenário da Independência. Nessa ocasião, o Brasil recebeu a visita do presidente de Portugal, Antônio José de Almeida.

Dos anos antes, os reis da Bélgica, Alberto I e Elizabeth, bem como o príncipe herdeiro Leopoldo, haviam visitado o Brasil. Uma profunda amizade ligaria, sempre, a família real belga a Epitácio.

Durante o Governo do homem da Paraíba do Norte, foram repatriados os restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz D. Tereza Cristina, assim como revogada a lei do banimento da família imperial.

Ao apagar das luzes do Governo Epitácio Pessoa, houve no Forte Copacabana uma revolta que visava impedir a posse do mineiro Artur Bernardes.

Esse episódio, caracterizado pela desesperada bravura de alguns combatentes tornou-se conhecido como "Os dezoito do Forte".

O quadriênio de Artur Bernardes (1922-1926) decorreu, por assim dizer, todo debaixo do estado de sítio. Inúmeros movimentos revolucionários agitaram o período, sendo o mais grave, o de São Paulo (1924). Os rebeldes chegaram a tomar a capital paulista; logo vencidos pelas tropas legais, internaram-se em Mato Grosso. Depois, por quase dois anos percorreram vários pontos do País, até se dispersarem totalmente.

No Rio Grande do Sul houve, também, demorada luta entre

partidos. O sangrento conflito só terminou com a mediação do Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho.

No Governo Artur Bernardes foi revista a Constituição, sendo modificada em alguns pontos.

A Artur Bernardes, sucedeu um paulista (honorário), Washington Luís Pereira de Souza (1926-1930).

O lema de Washington era "Governar é abrir estradas".

Já fizera isso no Governo do Estado de São Paulo.

A Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis foram criações do seu período governamental.

O novo presidente desejou melhorar a nossa situação financeira; infelizmente, o penúltimo ano de seu Governo coincidiu com a crise econômica que abalou o mundo. O chefe da nação viu, assim, baldados os seus esforços. O café, base de nossa economia, caiu a preços irrisórios, a crise da lavoura brasileira foi das mais sérias.

Washington Luís deixou o poder vinte e dois dias antes de terminar o mandato. A agitação política acarretada pela eleição do seu sucessor culminou na maior revolução do Brasil, naquela que pôs a pá de cal definitiva na República Velha.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Uma renovação nos velhos moldes da política nacional era almejada há muito tempo.

A sucessão presidencial em 1930 daria ensejo a uma das revoluções mais profundas da nossa história. Uma nova era surgiria, com novas implicações, com grandes episódios e também com outros deprimentes. Tudo se repete, as falhas fazem parte da nossa frágil estrutura humana.

Para substituir Washington fôra eleito Júlio Prestes. Os partidários do seu opositor, Getúlio Vargas, entendiam que o pleito estava cheio de fraude, daí a origem próxima da revolução.

As causas remotas vinham de muito mais longe.

Em julho de 1930, para exacerbar ainda mais os ânimos, ocorreu o assassinato de João Pessoa, candidato à Vice-Presidência na Chapa Getúlio Vargas.

O movimento armado irrompeu pouco depois, em outubro, nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

Antes que os revolucionários, vindos do sul, atingissem São Paulo, onde se concentravam as forças legais, o presidente Washington foi deposto e exilado.

Uma junta governativa formou-se com três membros: os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o contra-almirante Isaías de Noronha.

Esta junta entregou o poder a Getúlio Vargas. Organizou-se, então, o segundo Governo Provisório, da República.

ERA DE VARGAS

Getúlio Vargas foi uma das personalidades mais discutidas da História do Brasil.

Como Floriano Peixoto, êle teve apaixonados admiradores e inflexíveis adversários.

Ainda é cedo para um julgamento definitivo da sua figura. Foi investido na Presidência em 3 de novembro de 1930.

Tratava-se não de uma mudança de presidentes da República, mas de regime e de época.

Vargas estêve no poder por quinze anos, de novembro de 1930 até 29 de outubro de 1945, quando foi deposto por um golpe das forças armadas.

Foi, primeiro, chefe do Governo Provisório até 1934 passando, por eleição indireta, a presidente constitucional até 10 de novembro de 1939, quando dissolveu o Congresso, inaugurando o Estado Nôvo. Êsse durou até outubro de 1945.

Durante os quinze anos de seu Governo o Brasil adquiriu um largo impulso industrial (Usina Siderúrgica de Volta Redonda e a Fábrica Nacional de Motores).

Foram criados novos Ministérios, a saber: da Educação e Saúde e o da Aeronáutica.

Com o Ministério do Trabalho foi iniciada uma nova política social no País. Surgiram garantias para os trabalhadores, salário-mínimo, estabilidade, férias e duração da jornada de trabalho. Apareceram os Institutos de Aposentadoria e Pensões e se firmou, no Brasil, o movimento trabalhista com Getúlio por patrono.

As agitações revolucionárias não faltaram no governo Vargas. Em 1932 explodiu a revolução constitucionalista de São Paulo, em 1935, a revolução comunista no Rio e no Nordeste e em 1939, a intentona integralista no Palácio Guanabara.

A Segunda Guerra irrompeu em 1939, durante a vigência do Estado Nôvo ou Ditadura.

O Brasil, a princípio, conseguiu manter uma atitude de neutralidade, sendo afinal compelido a participar do conflito.

Em dezembro de 1941, uma nação americana, (os Estados Unidos) sofreu, inopinadamente, uma agressão do Japão. Os compromissos assumidos pelo Brasil, nas conferências de Havana e outras, obrigaram-no a romper relações diplomáticas com o Japão, Itália e Alemanha.

O torpedeamento dos nossos navios, sistemático e impiedoso, levou-nos ao estado de guerra com as nações agressoras (22 de agosto de 1942).

Foi iniciada a mobilização geral e tratou-se do aumento da produção agrícola e da indústria extrativa, especialmente daquelas de valor para o material de guerra.

O Brasil concedeu, no Nordeste, magníficas bases aéreas e navais aos americanos, possibilitando, assim, a invasão da África do Norte.

Nossas forças navais e aéreas colaboraram com as duas nações aliadas na patrulha do Atlântico sul e noutras tarefas.

No dia 16 de julho de 1944, desembarcou afinal, na Itália, o primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.). Outros mais seriam enviados a participar da terrível luta.

O valor do soldado brasileiro ficou amplamente provado nas vitórias de Monte Castelo, Montese e muitas outras.

Com o término da Guerra, aumentou consideravelmente o movimento de opinião pública para a volta ao regime democrático. Não havia mais clima para a ditadura.

A imprensa retomara a liberdade de ação, desprezando a censura.

A constituição de 37 fôra modificada pelo Ato Adicional de 26 de fevereiro de 1945. Reorganizaram-se os partidos políticos e foi designada a data das eleições da Assembléia Constituinte e do Presidente da República.

Entretanto, nos bastidores agiam os queremistas parece que com o assentimento do chefe da Nação.

Campeava, entre as classes armadas e os dois maiores partidos políticos, uma crescente inquietação.

Essa intranquilidade ou receio conduziu os chefes militares à deposição de Vargas, no dia 29 de outubro de 1945.

Assumiu o Governo do País o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares.

Finalmente, a 2 de dezembro seguinte, processaram-se as eleições, com um grande número de eleitores.

Depois de quinze anos, o povo ia às urnas, alegremente, sobretudo a geração mais nova que o fazia pela primeira vez.

O candidato do P. S. D., o General Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições.

O grande derrotado foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, remanescente dos "Dezoito do Forte".

Os deputados e senadores eleitos na mesma ocasião que o Presidente da República, reuniram-se em Assembléia Constituinte em abril de 1946.

Cinco meses mais tarde haviam concluído a tarefa, promulgando-se, a 18 de setembro, a nova Constituição do Brasil, a mesma que vigorou quase até hoje.

O General Dutra (1946-1951), não obstante ter sido ministro da Guerra do Estado Novo, foi o consolidador do regime democrático restabelecido no Brasil. Homem simples, pobre, administrou com prudência e dignidade.

Formou um governo da união nacional, chamando ao ministério elementos de valor dos partidos dominantes, mesmo dos que não lhe haviam adotado a candidatura. Procurou resolver o problema do petróleo, com a aquisição duma frota de petroleiros.

Em consequência da guerra que abalara o mundo, grandes esforços se faziam necessários para equilibrar a situação econômica e financeira do País.

Incrementou-se a campanha do trigo, até então todo importado, bem como atividades das usinas siderúrgicas de Volta Redonda.

Iniciaram-se as grandes obras para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

No setor cultural houve maior desenvolvimento de ensino e intensificação da campanha nacional de alfabetização de adultos.

Para o período seguinte, Getúlio Vargas (1951-1954) foi de novo eleito. Dessa vez, entretanto, diretamente pelo povo.

Foram criados, nessa época, o Ministério da Saúde e a Petrobrás.

Procurou em vão, o Presidente normalizar a situação econômica do Brasil. Não obstante sua reconhecida capacidade de governante, Getúlio não era mais o mesmo político hábil e maneiroso de outrora.

Voltara ao Catete um homem mais retraído, mais fechado e mais desconfiado.

Tentou obter certo conagraçamento partidário, sem o menor sucesso.

A crise se desenvolvia rapidamente. Uma crescente desconfiança se avolumava contra o Presidente, alimentada por tremendas incompatibilidades anteriores.

Uma tentativa de assassinato de um jornalista da oposição, o Sr. Carlos Lacerda, resultou na morte de um oficial da Aeronáutica, o Major Rubens Vaz. "O crime da Rua Toneleros" como ficara conhecido desencadeou a tragédia final.

O inquérito policial-militar constatou a culpabilidade de elementos da guarda pessoal do Presidente.

O clamor da oposição não mais se atenuaria. Exigia-se a renúncia do Presidente da República.

O próprio Vice-Presidente sugeriu esta medida. Tratar-se-ia de dupla renúncia, isto é ambos se afastariam.

O Sr. Getúlio Vargas contava com parte do Exército, através do ministro da Guerra.

Assim teria pensado em resistir a qualquer preço.

Na histórica noite de 23 de agosto de 1954, houve uma espécie de vigília dramática no Catete.

Última reunião do ministros com o Presidente da República que conservava uma impressionante serenidade. Nessa ocasião, concluíram todos que o afastamento provisório ou licença seria a fórmula ideal de conjurar a crise.

Getúlio aceitou-a, uma vez que os chefes militares lhe mostraram impossibilidade duma resistência.

Na manhã do dia 24, recolhido nos seus aposentos particulares, foi o Presidente informado da exigência de definitiva renúncia, suicidando-se com um tiro no coração.

Esse trágico epílogo estarreceu o País.

Inicia-se uma nova fase, confusa, agitada, na vida ou história desta nossa contraditória República.

A deficiência de perspectiva dificulta uma apreciação imparcial.

A pátina do tempo não atenuou os coloridos, não arredondou os ásperos contornos. É muito cedo ainda. Não trataremos dos demais períodos, nem da época contemporânea. Tornamos a dizer: é muito cedo ainda.

PEQUENA BIBLIOGRAFIA PARA O ESTUDO DA
HISTÓRIA DA REPÚBLICA

- Agenor de Roure — Constituinte Republicana — Rio - 1920
Anfrísio Fialho — História da Fundação da República do Brasil — Rio - 1891
Afonso Arinos de Melo Franco — Um Estadista da República
Dunshee de Abranches — Atas e Atos do Governo Provisório — Rio - 1907
Evaristo de Moraes — Da Monarquia para a República — Rio - 1954
George C. N. Bochrer — Da Monarquia à República. História do Partido Republicano — Rio - 1954
Gustavo Barroso — História Secreta do Brasil
Heitor Lira — História de Pedro II — São Paulo - 1940
Hélio Viana — História do Brasil (melhoramentos)
Hélio Viana — História Diplomática do Brasil
José D. Codeceira — A Idéia Republicana no Brasil — Recife - 1894
José Maria Belo — História da República — Rio - 1957
Laurita Pessôa Raja Gabaglia — Epitácio Pessôa
Oliveira Viana — O Ocaso do Império (1925)
Pedro Calmon — História do Brasil — São Paulo - 1956
Raymundo M. Junior — Deodoro, a espada contra o Império — S. Paulo
Rocha Pombo — História do Brasil
Tobias Monteiro — Pesquisas e Depoimentos para a História — Rio - 1913
Veiga Cabral — História do Brasil (C. Superior)

“UM PREGUICEIRO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL”

Therezinha de Moraes Sarmiento

Conservador de Museu

Chefe da Seção de Arte Retrospectiva do M.H.N.

Peça única no Museu Histórico Nacional, foi comprado no leilão da Coleção Djalma da Fonseca Hermes, em agosto de 1941, no Rio de Janeiro.

Preguiceiro de jacarandá violeta recoberto de verniz escuro. Cabeceira movediça, bem equilibrada, tendo o espaldar ornamentado com trabalho de talha delicada de linhas curvas com recortes assimétricos. Na parte superior um feixe de três plumas. Na parte inferior a talha, que lateralmente é vazada a fim de possibilitar a mobilidade da cabeceira, é fechada ao centro emoldurando uma almofada de couro repuxado que, tendo nas bordas um desenho semelhante ao da talha, apresenta como figura central o brasão da Ordem do Carmo: de azul, com um monte do mesmo carregado de uma estrêla de ouro e ladeado em chefe por duas estrêlas do mesmo. Tulo isto encimado por coroa ducal.

A parte traseira da cabeceira apresenta ferragens posteriores à fatura da peça e pinos de madeira que seguram a parte central do couro.

Estrado coberto de pele de boi, com a parte central um pouco mais larga. As oito pernas curvas de pés com ligeira talha, são ligadas por travação com leve talha em rocalha no meio das duas pernas centrais.

Dimensões: comprimento — 2 m
largura — 0,956 m
altura total — 1,38 m

Na Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, volume XVIII, lê-se: Espreguiçadeiro — Espécie de camilha, de sofá, canapé comprido ou divã onde pode uma pessoa espreguiçar-se, descansar, dormir a sesta; o mesmo que "preguiçadeira" ou "Preguiceiro".

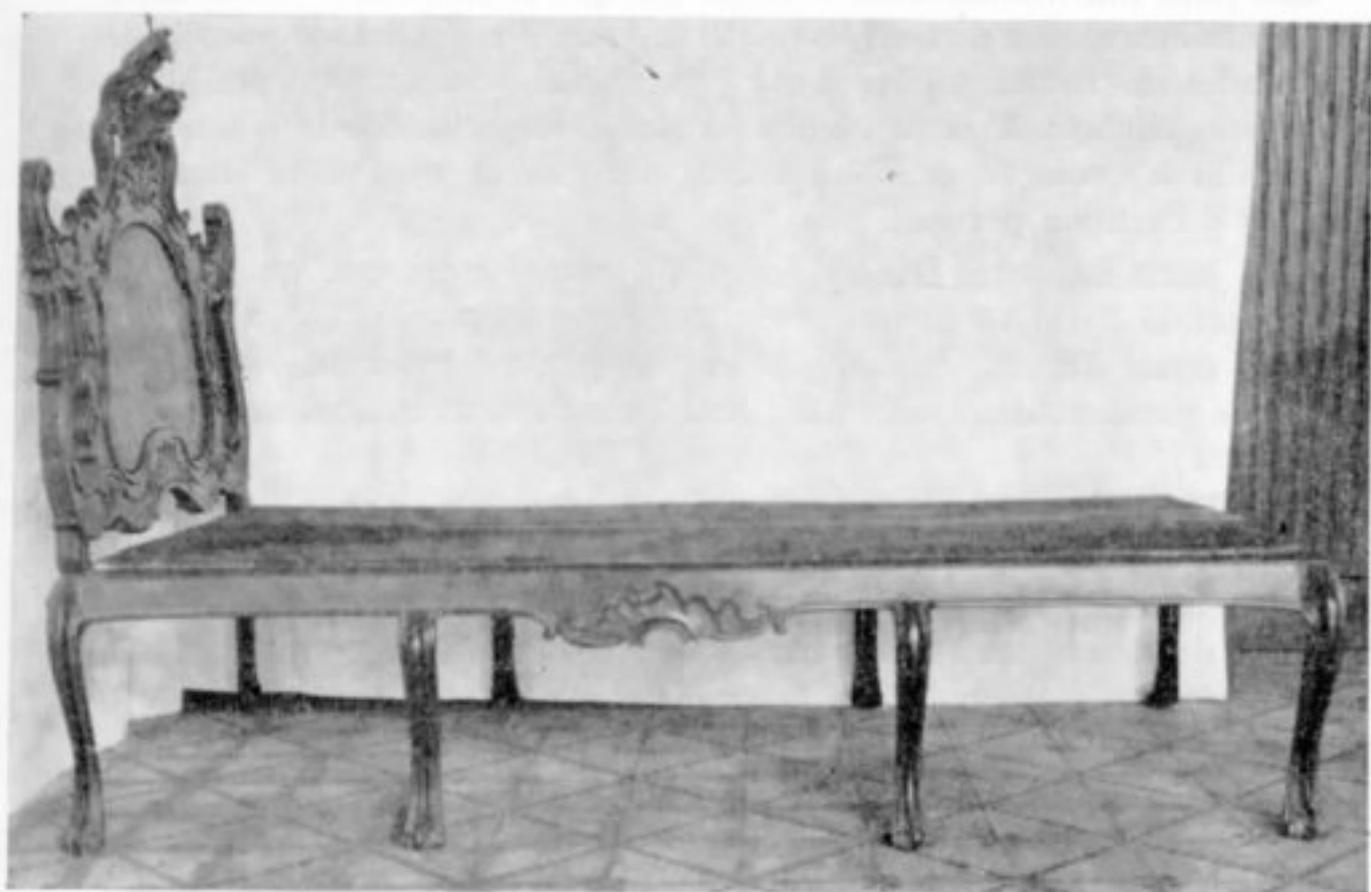
Antônio de Aguiar, no seu artigo "Mobiliário português do século XVIII", diz: ... No século XVIII chamava-se PREGUICEIRO o móvel de repouso de uso diurno e tão indispensável era, ou pelo menos tão freqüente que apareceu no processo de arrolamento dos confiscos dos bens das Casas de Aveiro, Távora e Atouguia, em Portugal: ... "Hum preguiceiro marroquim encarnado com suas pertenças", ... "Hum espreguiceiro coberto de mosco (via) com a cabeceira de rôtula", e "Hum espreguiçador de palhinha".

Hélcia Dias, no seu trabalho — "O mobiliário dos Inconfidentes", transcreve o arrolamento de bens confiscados aos Inconfidentes nos quais encontra-se entre camas, catres, cadeiras, etc.: "Preguiceiro de jacarandá coberto de couro com os pés de ferro"; "Um preguiceiro de pés de cabra coberto de couro"; Um preguiceiro sem cabeceira", "seis preguiceiros de madeira branca cobertos de couro cru e quatro lisos cobertos de couro"; Um preguiceiro de jacarandá coberto de couro com os pés de ferro".

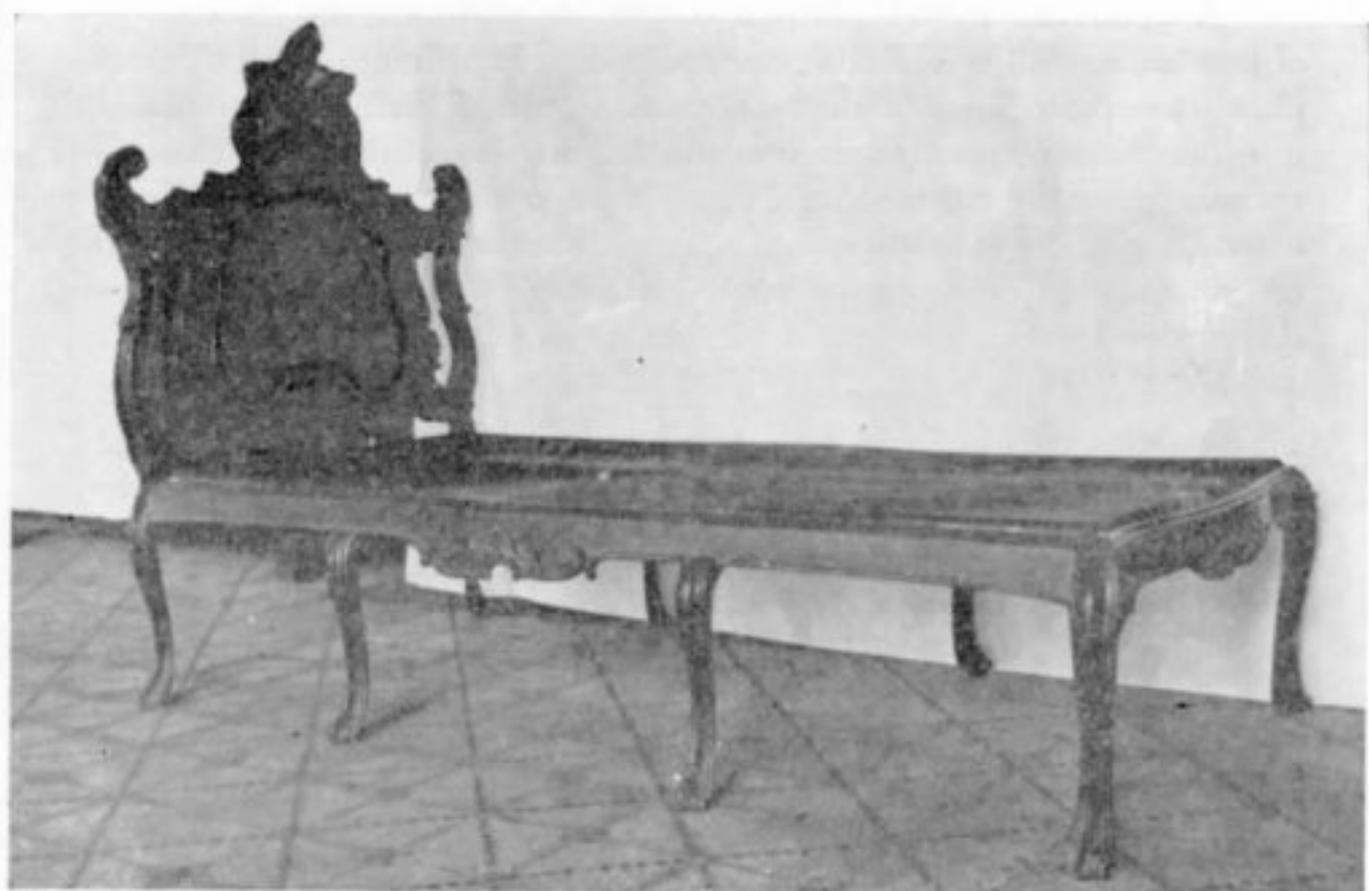
J. F. da Silva Nascimento, um dos maiores conhecedores de móveis em Portugal, com quem tive ocasião de estar várias vêzes quando lá fazia especialização sôbre mobiliário português do século XVIII a fim de melhor identificar o brasileiro, diz no seu "Leitos e Camilhas portuguesas": "O espreguiceiro era o móvel indicado para largo uso numa época em que os preconceitos de elegância levavam os homens das classes privilegiadas a fazer vida ociosa. Camilhas de couro eram muito procuradas por quantos, dispondo de bens materiais, queriam desperdiçar o tempo confortavelmente instalados".

Sendo o desenvolvimento material e cultural do Brasil delineado em moldes portugueses, é impossível fazer um estudo acurado de arte ou história do Brasil sem que busquemos seus fundamentos em Portugal. Portanto não podemos falar sôbre mobiliário brasileiro até o século XIX, sem conhecermos o português pois que, até então, as influências que recebemos nos chegaram através os portugueses. É natural que tenhamos assimilado os hábitos que nossos colonizadores nos trouxeram, alguns deles adquiridos de outros povos.

O costume de dormir a sesta era tão enraizado e vindo de tão longe que provocou a construção de móveis adequados. Usavam-



Preguiceiro de Jacarandá



nos para não desmanchar a cama em que dormiriam a noite. Este hábito atravessou os tempos e, até hoje em dia, é adotado em várias cidades do Brasil, que praticamente param durante algumas horas após o almoço. A sesta atual não terá o requinte dos idos tempos, devido à evolução econômica e social que se operou no mundo, mas o costume persiste.

Jean Baptiste Debret, na "Voyage Pittoresque au Brésil", atestando a existência da sesta no Brasil do século XIX diz: . . . "Ce repas nécessaire au brésilien fini par un assoupissement prolongé pendant deux ou trois heures, connu sous le nom de "sesta" (sieste).

Em outra descrição sobre os hábitos da classe média diz Debret: . . . "dine à midi, fait la "sesta" (siste) jusqu'à deux ou trois heures de l'après diner, recommence une seconde toilette et sort de nouveau à quatre heures".

Constatamos assim que o Preguiceiro, também chamado de espreguiceiro ou preguiceira, era um móvel muito usado nos idos tempos. Havia-os de vários feitios, várias madeiras, mais ricos ou mais pobres, mas eram de uso corrente. Hoje em dia é um móvel que praticamente não mais se fabrica, encontrando-se apenas em casas com um passado tradicional, nas mãos de colecionadores ou em museus.

A palavra "móvel" indica o que se pode mover, movediço, objeto de mobília. Mobília, por sua vez, significa: objeto móvel para uso ornato interior de uma casa. Significa também: os móveis que adornam e guarnecem um quarto, um escritório, uma casa; o recheio de uma casa. Por extensão se aplicaram estas palavras a outras peças que não tinham a finalidade prática de se moverem, ou pelo menos de se moverem com relativa facilidade, quer pelas dimensões e peso, quer pelo seu uso e destino.

O móvel que pode ser considerado uma obra de arte é geralmente fruto de um trabalho de equipe. Conforme a feição que se lhe queria dar, um maior ou menor número de pessoas especializadas será necessário para que se tenha um perfeito acabamento. Projetado o móvel, o que é o ponto básico, poderá haver quem trabalhe ao tórno as partes arredondadas, faça e disponha os embutidos ornamentais, concorra com a obra de couro liso, gravado ou repuxado, monte os painéis de tecido, seja êle sêda, damasco, veludo ou outro qualquer, pinte, doure, encere ou envernize a madeira, aplique os metais, que não sendo lisos já foram gravados ou cinzelados por outrem, etc.

Para classificar um móvel com exatidão, é necessário o estu-



Cabeceira — parte dianteira



Cabeceira — detalhe da parte movediça

do direto da peça e o exame da documentação arquivística e literária. Não havendo esta documentação é preciso um estudo comparativo e um exame minucioso da peça a ser classificada, quanto à sua forma estrutural, material empregue, maneira de encaixe, ornamentos e tôda uma infinidade de particularidades que requer um exame acurado.

Todos os móveis refletem o seu tempo, embora com utilidades diferentes e, por isso, com adaptações adequadas ao seu serviço. Cada período tem unidade na diferenciação variada. Exprimindo o móvel as possibilidades econômicas e artísticas de cada período histórico, variam de acôrdo com êles o seu valor material e estético.

Sô com o início do século XVIII, devido às transformações operadas no campo social e econômico e à introdução de normas mais racionais no planejamento das habitações e na maneira de dividi-las, se concretizou uma noção mais ampla de conforto e se teve uma nova concepção do móvel como elemento integrante e funcional da vivenda. Foi nesta época que o mobiliário adquiriu o sentido com que pouco mais ou menos chegou aos nossos dias.

No século XVIII podemos determinar historicamente três períodos que caracterizam as fases da evolução do mobiliário português e, conseqüentemente, do brasileiro: D. João V (1707-1750), D. José (1750-1777) e D. Maria (1777-1799). D. Maria reinou realmente até 1792 quando, devido à sua precariedade mental, o poder foi assumido por seu filho D. João que, a partir de 1799 passou a governar com título de príncipe regente.

O reinado de D. João V abrange os últimos anos do reinado de Luís XIV, a Regência de Felipe de Orleans e grande parte de Luís XV, de França, e os reinados da rainha Ana, de Jorge I e Jorge II e alguns anos do de Jorge III, de Inglaterra.

Correspondendo o reinado de D. João V ao início do século XVIII, é em sua época que começa a difundir-se o gosto pelo rocaille, e se introduz e divulga o nôvo estilo em voga em outras partes da Europa. Ao estilo de linhas e ângulos retos, com planos regulares do século XVII, em que aparece o sistema decorativo dos tremidos e torneados unido a pequena obra de talha, succede-se um nôvo estilo baseado no princípio de combinação de curvas. Sofre o mobiliário português profunda remodelação sob a influência dos estilos francês e inglês, principalmente dêste último, que é copiado quase integralmente. Só posteriormente aparecem algumas características portuguesas.

D. João V, que durante a maior parte do seu reinado vivera

faustosamente podendo ser comparado, nas devidas proporções, a Luís XIV, de França, encorajando seus cortesões a seguir-lhe o exemplo, renegou o passado no pragmática de 24 de maio de 1749, em que ordenou:

Cap. V — “Proíbo dêste dia em diante fazer de nôvo móveis alguns de casa, em que entre prata, nem ouro fino ou falso ou bordadura de qualquer sorte ou matéria que seja; e só poderão ser douradas ou prateadas as molduras dos espelhos, painéis, placas e pés de bufetes... Os transgressores dêste capítulo incorrerão na pena de perdimento dos móveis e de metade do seu valor em dinheiro... .

Cap. VII — “Pelo prejuízo que causam a muitos artífices dos meus domínios as carruagens, mesas, bufetes, cômodas, papeleiras, cadeiras, tamboretas, tremós, e outras alfaias que se trazem de fora, ordeno que passados seis meses da publicação desta lei, fique proibida nas alfândegas dêle a entrada das ditas coisas, e de tudo que fôr móvel de casa já feito; e introduzindo-se por alto será confiscado, e o transgressor pagará o tresdôbro; e nas mesmas penas com prisão de seis meses incorrerá qualquer mercador que, passados dois anos da mesma publicação, tiver em venda alguma das ditas coisas fora dos meus domínios.” (1)

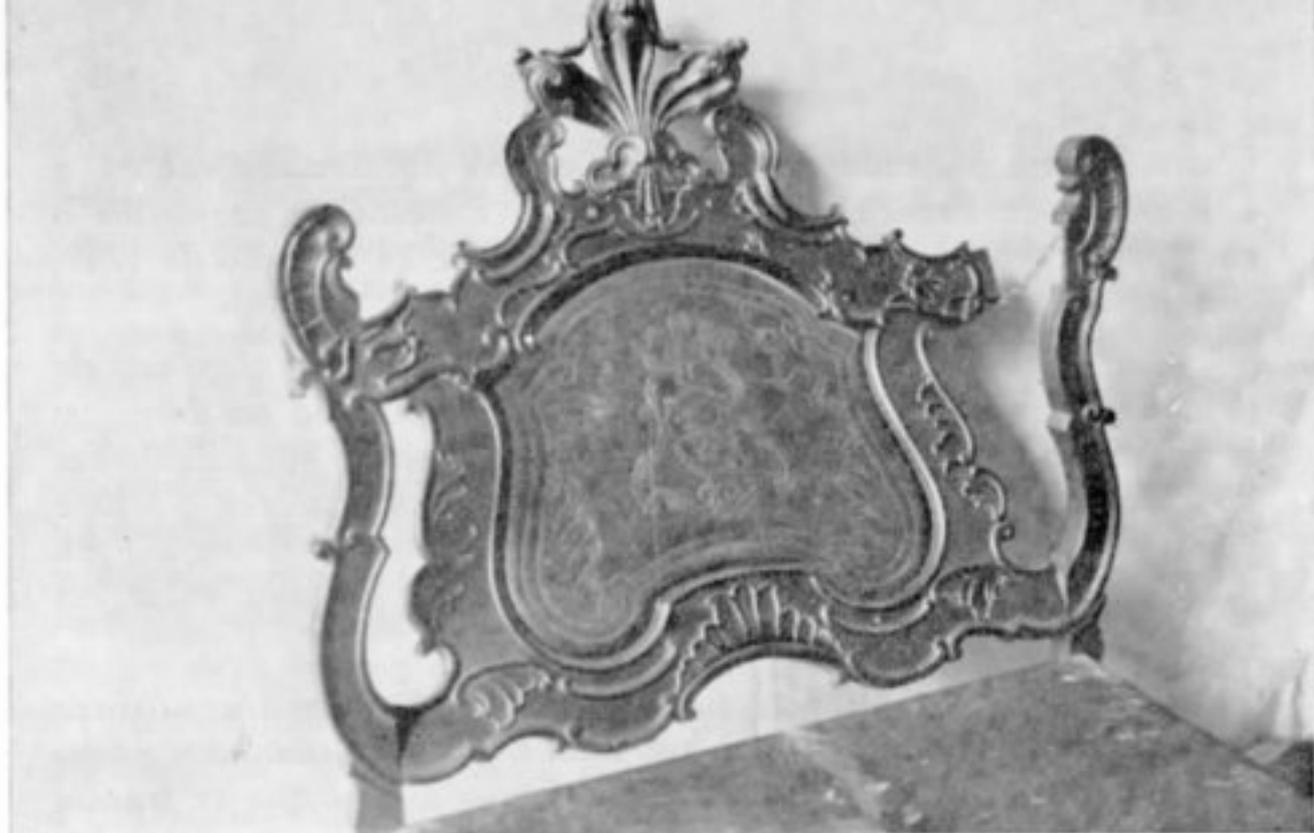
Isto modificou grandemente a feição dos móveis portugueses, porquanto marceneiros e entalhadores proibidos de guarnecer cabeceiras de leitos com lâminas de metais ricos, e impedidos de usar ouro, foram obrigados a empregar outros métodos para preencher os espaldares. Talvez seja esta a razão pela qual o período de D. João V, foi a grande época da talha em Portugal, talha que aparece aplicada decorativa e farta nos móveis desta quadra.

Morrendo D. João V subiu ao trono de Portugal seu filho, D. José I, cujo reinado corresponde à segunda metade do de Luís XV e primeiros anos de Luís XVI, de França, e ao de Jorge III, de Inglaterra.

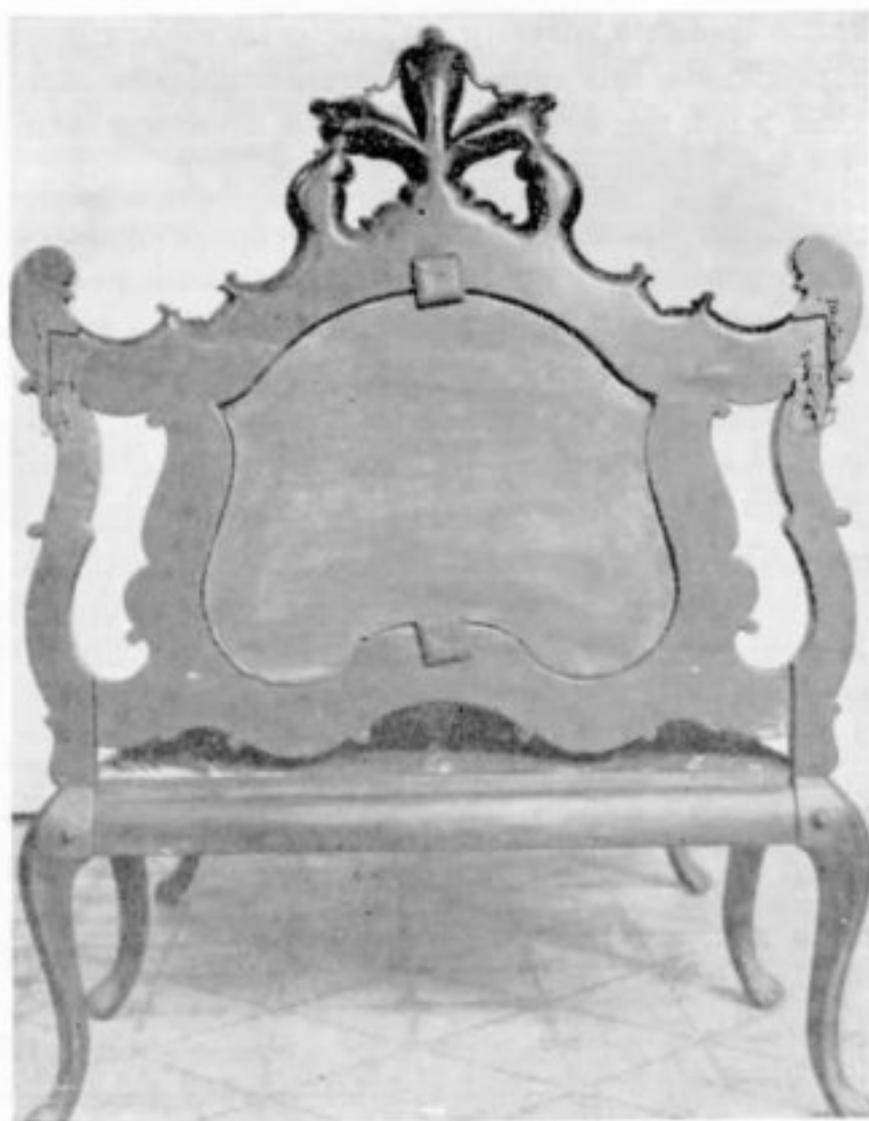
Menos dado ao luxo e à ostentação do que seu pai, D. José assumiu o poder quando seu país atravessava difícil situação financeira, agravada pelo terremoto de 1755. Isto afetou o mobiliário porquanto, entre outras coisas, ruíram em Lisboa muitas oficinas de carpintaria e marmoraria e os incêndios que se seguiram, destruíram várias outras.

O ministro de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, ao recusar o oferecimento de auxílio de Luís

(1) — Frei Claudio da Conceição — Gabinete Histórico — Tomo X — Cap. 10.



Cabeceira — detalhe da parte movediça



Cabeceira — parte traseira

XV após o terremoto, afirmou ao Embaixador de França; “que haveria em Portugal menos palácios, menos quadros, *menos móveis ricos*, o que seria um meio de fazer com que a nação voltasse à sua antiga simplicidade”.⁽¹⁾

Devido às restrições econômicas, o ambiente social modificou-se, acentuando-se cada vez mais a simplificação do mobiliário português. Os recortes são mais adoçados, a talha mais delicada e os motivos decorativos são essencialmente assimétricos. As peças feitas em Lisboa continuam a ser mais simplificadas do que as feitas no norte de Portugal. A decoração do estilo D. José inspira-se no de Luís XV, corrente estética que na época atravessava a Europa, mas vai buscar mais elementos ao estilo Chippendale.⁽²⁾ As conchas são assimétricas e rocaescas. Aparecem as plumas como motivos decorativos. Apesar de já se vir manifestando desde alguns anos na ornamentação portuguesa a inclinação pelo rococó, é na segunda metade do século XVIII que toma forma própria. É sob este reinado que o rococó gera algumas boas obras de talha, sobretudo no norte de Portugal, pela evolução do estilo e espírito diferente do joanino. Madeiras mais usadas neste período em Portugal, são as diversas variedades do jacarandá, que nos inventários vêm designadas como pau-santo e pau-prêto. A noqueira era também usada e, mais raramente, o mogno de Cuba e o vinhático (esta em cômodas e armários). São de pau-santo, os mais imponentes e preciosos móveis do século XVIII em Portugal.

No Brasil, o jacarandá, em todas as suas variedades, foi a madeira mais usada nas peças mais nobres, usando-se o vinhático em peças mais simples. O jacarandá é uma madeira de lenho compacto ou fechado, apresentando superfícies de igual aspecto qualquer que seja o sentido do corte. Estas propriedades fazem com que seja uma das madeiras com melhores condições para ser entalhada, ou seja, para se obter a melhor e mais bonita talha. Com o envelhecimento e correspondente uso, adquire como nenhuma outra, um brilho límpido mas doce, muito penetrável pela luz.

Augusto Cardoso Pinto nas suas “Considerações acêrca do

(1) — Pinheiro Chagas — “História de Portugal” — Vol. VI — pág. 486.

(2) — Chippendale, Thomas (1718-1779) — Sua fama póstuma é atribuída ao seu trabalho “The Gentleman and Cabinet Maker’s Director”, primeira-mente publicada em 1754. Foi a mais importante coleção de desenhos publicada na Inglaterra até essa data ilustrando quase todos os tipos de mobília da primeira metade do século XVIII. A primeira e segunda edição (1755) continham 160 pranchas. A terceira edição, publicada em partes, de 1759 a 1762, tinha 200. Os desenhos representavam a mobília do período; os estilos rococó adaptado do rocaille francês.

estudo da arte do móvel em Portugal e no Brasil", dá-nos uma ótima divisão para a classificação do móvel de moldes portugueses existentes no Brasil:

a) Mobiliário trazido da metrópole, e que, portanto, é genuinamente português.

b) Mobiliário feito no Brasil por artistas idos de Portugal ou já ali nascidos mas formados nas oficinas dos primeiros, segundo os modelos ou pelos moldes tirados fielmente desses modelos vindos da metrópole; e este é ainda mobiliário português.

c) Mobiliário em que por falta de modelos, necessidade de variação dos mesmos, natureza das encomendas ou outras razões se introduziram alterações nas formas e na decoração; e este é já mobiliário brasileiro ou, pelo menos, luso-brasileiro.

d) Mobiliário em que intervieram influências estranhas ou se introduziram modificações estruturais, umas e outras não verificadas em Portugal, incluindo as espécies que, embora no estilo português, não têm congênere em Portugal; e este é já mobiliário brasileiro ou, pelo menos, luso-brasileiro.

e) Mobiliário de caráter semi-rústico, feito nas missões ou em locais afastados dos centros populacionais por artífices improvisados ou de fraca aptidão, para suprir às necessidades de instalação, em que, por falta de modelos e gramática ornamental de que dispõem os profissionais, houve que resolver empiricamente os problemas de construção e criar motivos decorativos tirando-os diretamente da fauna e da flora, e este é mobiliário lidimamente brasileiro".

Objetiva e clara, é uma divisão que bem define o mobiliário existente no Brasil.

Por tudo isto que foi escrito, podemos considerar que este Preguiceiro existente no Museu Histórico Nacional é, sem dúvida alguma, uma peça do chamado estilo D. José I, provavelmente do quarto quartel do século XVIII, feita no Brasil dentro dos moldes nitidamente portugueses.

A PRESENÇA DE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

(Antonio Pimentel Winz Conservador do MHN). Este trabalho é dedicado à memória da minha trisavó, bisavó e avó paternas. D. Maria Joana Honorata da Silva Feijó, D. Maria de Menezes Feijó e Castro Boettner e D. Maria Isabel de Castro Winz.

Atualmente é uma temeridade da nossa parte, tentarmos escrever alguma coisa sobre a imensa individualidade do padre Diogo Feijó. Autores de nomeada, como: Moreira de Azevedo, Eugênio Egas, Vilhena de Moraes, Joaquim Nabuco, Tarquínio de Sousa e outros nos vêm legando há mais de meio século, páginas imortais referentes ao Regente integérrimo. Existe uma preciosa e vasta bibliografia sobre este grande brasileiro. A sua vida e obra já foram meticulosamente estudadas, criticadas e analisadas por diferentes biógrafos, cujos nomes estão ligados aos nossos institutos culturais de maior realce.

Muitas vezes, pequenos detalhes, tais como objetos de uso pessoal, cartas, livros e outros documentos escapam aos pesquisadores mais argutos, quando não, são relegados a um plano secundário, em virtude da plethora de elementos que terão de ser eliminados, com o fim de tornar o trabalho menos sobrecarregado e de mais fácil e agradável leitura.

É justamente a respeito desses elementos singelos, que procuraremos desenvolver o nosso tema que servirá ao mesmo tempo como uma complementação aos outros documentos transcritos ou apenas citados nos trabalhos de maior amplitude já publicados.

O espírito do pequeno ensaio irá restringir-se quase exclusivamente a um simples catálogo descritivo dos objetos do padre Feijó existentes no acervo do Museu Histórico Nacional.

Com o objetivo de poder situar nas diferentes épocas os diversos elementos que serão analisados, faz-se mister apresentar ante-

cipadamente um pequeno resumo biográfico do grande vulto paulistano.

A seqüência cronológica indicará com relativa facilidade a época presumível em que um documento foi redigido em função do seu conteúdo e também com relação ao cargo que desempenhava no momento.

1784 — Eis a sua certidão de batismo que foi realizado na Sé da cidade de S. Paulo: "Aos 17 de Agosto de 1784, nesta Sé, baptisei e puz os Santos Oleos a Diogo, filho de paes incognitos, exposto em casa do revmo. Fernando Lopes de Camargo; o mesmo foi padrinho e Maria Gertrudes de Camargo, viúva todos desta freguesia, do que para constar fiz este assento, que assigno. O coadjuctor *José Joaquim da Silva*."

Tarquínio de Souza nos fala ser Feijó filho natural, não do padre Fernando Lopes de Camargo e sim de Félix Antônio Feijó.

Diz êle: "Filho, sim, de D. Maria Gertrudes, mas não com o padre Fernando; filho ilegítimo, fruto dos amores com um parente próximo do defunto marido, com êsse Félix Antônio Feijó, que lhe faria acrescentar o prenome Antônio e lhe daria o nome de família. Tal a versão verdadeira da origem do grande paulista, apoiada em assentamento do seu punho".⁽¹⁾

1798 a 1801 — Estuda Gramática Latina e Retórica em Parnaíba (S. Paulo) com o professor Estanislau José de Oliveira.

14-9-1804 — Já feito subdiácono, com 21 anos, retorna a São Paulo.

1804 até 1808 — Vive modestamente na Vila de São Carlos (futura cidade de Campinas) dando aulas de Gramática com um agregado de nome *Modesto* e um escravo *Agostinho*.

25-2-1809 — Recebe as últimas ordens, completando os estudos de Filosofia; ordena-se padre.

1809 — Com a morte de sua avó, D. Marta de Camargo Lima, recebe uma pequena herança, com a qual adquire "uma chácara de 600 braças de testada por outras tantas de fundo".

1810 a 1815 — Os recenseamentos de São Carlos mencionam Feijó ora como "lavrador", ora como "agricultor".

1816 — É considerado "senhor de engenho" com uma produção de 200 alqueires de açúcar e possuindo treze escravos e dois agregados.

(1) Tarquinio de Sousa Octavio — *História dos Fundadores do Império do Brasil* — Vol. VII — Diogo Antonio Feijó. Ver nota 21 deste livro (caderno de apontamentos de Feijó) e R.I.H.G. de S. Paulo Vol. XLIII *Diogo Antonio Feijó na Tradição da Família Camargo*.

1818 — Sua produção atinge 650 alqueires de açúcar e 80 canadas de aguardente.

1818 — Abandona o engenho, deixando-o com um administrador e vai para Itu a fim de seguir uma vida austera com os padres do Patrocínio, em cujo centro estava a figura excepcional do padre Jesuíno de Monte Carmelo. Levava uma vida de auto-disciplina, com exercícios espirituais, mortificações e até penitenciando-se por meio de açoite de tiras de couro, tendo pregos nas pontas, que não raras vezes salpicava o soalho com o seu sangue.

1821 — Itu, embora fôsse uma simples e pacata vila, deixou-se contagiar pelas idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, muito em voga naquela época. Com o triunfo da revolução liberal de 1820, em Portugal, D. João VI no Rio de Janeiro viu-se obrigado a jurar a 26-2-1821 a Constituição que estava sendo elaborada; deu ao mesmo tempo instruções para a eleição de deputados às Côrtes de Lisboa.

Três eram na época as comarcas em que se dividia São Paulo: S. Paulo, Itu e Paranaguá-Curitiba.

Feijó foi escolhido por 26 votos eleitor da comarca; apenas Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Rafael Tobias de Aguiar com respectivamente 31 e 27 votos ultrapassaram-no. Foi eleito deputado às Côrtes de Lisboa ao lado dos homens mais eminentes de sua província, como: Antônio Carlos, Vergueiro, Paula Sousa e Fernandes Pinheiro.

Tornara-se nesse tempo conhecido em tōda a província de S. Paulo, pois suas idéias eram impostas pela franqueza, severidade dos julgamentos e intransigência de caráter. — “Ou nada digo, ou sōmente digo o que sinto. Não tenho duas caras. Venço pela fôrça moral, e sendo preciso, pelo emprêgo das armas. E mostrava os pulsos de aço”.⁽²⁾

1822 — Chegou a Lisboa a 5 de Fevereiro; já a II tomou assento nas Côrtes juntamente com Vergueiro e Antônio Carlos. Sentiu logo a impressão desoladora do espírito dominante no seio da assembléia portugueza: manter o Brasil manietado ao governo portuguez.

Dizia um deputado lusitano: — “A população do Brasil é inclinada à anarchia, porque se constitue de negros, mulatos, brancos, creoulos e brancos europeus. É preciso contel-a pela fôrça”.⁽³⁾

(2) Egas Eugênio — *Diogo Antonio Feijó* (Estudo) — 1912 — S. Paulo — pág. 4.

(3) Egas, Eugênio — obra citada — pág. 16.

Esta era a tônica da maioria dos deputados portugueses, que a pretexto de pretenderem intervir pela fôrça para sufocar os motins, desejavam manter o Brasil submisso numa condição de simples colônia.

A tais insólitas ameaças, insurgiu-se Feijó, dizendo: — “O valor e coragem consistem em vencer o temor quando convem encarar o perigo: — parece-me também que os terei quando chegar a ocasião. E como nenhum povo tem o direito de impor a outro as suas instituições, proponho:

— O reconhecimento da independencia das antigas capitánias até a publicação da lei constitucional.

— O pacto social obrigará sómente aquelles povos que pela maioria de seus representantes o approvarem;

— Sem requerimento das juntas, o Congresso não mandará batalhões às terras de alem-mar;

— Compete aos governos provinciaes remover as tropas portuguezas julgadas desnecessárias ou perigosas, e sem a sua sanção não terão vigor nos limites de sua jurisdição os atos do govêrno de Lisboa.

Só obrigado, violentado, arrastado jurarei a Constituição portugueza. . .” (4)

Feijó pregava em pleno Congresso português a emancipação brasileira e o rompimento dos laços com a ancestral metrópole. As Côrtes estavam traumatizadas diante de tanta audácia.

A reação foi violenta, obrigando os deputados brasileiros a abandonarem o rincão lusitano e ficaram em Falmouth na velha Albion; de lá retornaram ao Brasil.

1823 — Feijó e dez “cidadãos probos” de Itu durante doze dias estudaram o projeto da Constituição e apresentaram várias emendas. Foi um trabalho inútil, porque o texto original do projeto, sem modificação alguma, era coisa resolvida por D. Pedro I.

1826 — A Assemblêia Geral Legislativa é aberta contando-se Feijó entre os deputados presentes. O seu projeto contra o celibato do clero não teve repercussão, limitou-se a opinar sobre uma emenda ao projeto de lei que incidia na responsabilidade dos ministros de Estado, uma indicação regulando o funcionamento das Comissões da Câmara e um projeto de regimento para os presidentes de províncias e de câmaras municipais.

1827 — É o ano da grande questão do celibato clerical que provocou uma grande celeuma na Assemblêia. Nada lhe causava

(4) Egas, Eugênio — obra citada — pág. 16.

maior desgosto que o espetáculo comum na época em todo o Brasil: a vida escandalosa de inúmeros sacerdotes, escondendo ou exibindo filhos e amantes.

Sustentando a necessidade do casamento dos padres, dizia o deputado Diogo Feijó: — “Enfim, a história conserva o triste quadro dos escandalos, deboches, adulterios, e mil outros crimes que deshonram a santidade do ministério ecclesiastico, ao ponto que o clerigo, que parecia continente, era por isso mesmo suspeito de piores crimes”.

Procura demonstrar que o celibato não é determinado pelo evangelho.

— “A história conserva o vergonhoso facto de um cardeal, que enviado à Inglaterra para persuadir aos padres do concílio a necessidade e excellencia do celibato; pintando com cores as mais vivas a indecencia de levantar-se o sacerdote do leito nupcial para tomar em seus braços o cordeiro immaculado, foi na noite do mesmo dia em que sahira do altar, sorprendido nos braços de uma meretriz.” (5)

Após essas palavras candentes que dividiam as opiniões dos illustres deputados, deu o futuro Regente o seu voto pedindo a abolição do celibato clerical.

A questão, que agitou tôdas as esferas intellectuais brasileiras, só terminou em 1834, com o poder legislativo escusando-se em intervir em assunto tão delicado e exclusivamente da alçada ecclesiastica.

Presentemente êste tema ainda empolga o mundo católico e está tão controvertido e insolúvel como se achava há quase século e meio antes. Diogo Feijó foi um espirito muito avançado para a época; nascido, educado e tendo vivido num contexto cultural que conservava em pleno domínio da democracia a mentalidade e os hábitos coloniais, era natural que as suas idéias reformistas encontrassem grande opposição e reacção por parte da corrente tradicional e conservadora.

A impopularidade de D. Pedro I aumentava; desde a campanha mal conduzida no sul do império com perda da Província Cisplatina que culminou em 1828, o legislativo e a executivo viviam em completa desarmonia. O imperador dissolveu a Assembléia Constituinte no dia 12 de Novembro de 1823; os Andradas foram substituídos por outros políticos. A situação não mudou: os ódios, as intrigas, as paixões pessoais e os constantes ataques da impren-

(5) Egas, Eugênio — obra citada — pág. 43.

sa vieram acirrar mais os ânimos. No dia 3 de setembro de 1829 D. Pedro irritado, descrente, não sabendo com quem contar, declara aos representantes da nação brasileira: "Está fechada a sessão".

Diogo Feijó dividia o seu tempo com os trabalhos da Assembléia, S. Paulo e a sua chácara em Itu.

1830 — O assassinato em S. Paulo do diretor do *Observador Constitucional*, Líbero Badaró, foi o epílogo da crescente impopularidade do Imperador. O ouvidor Cândido Ladislau Japiáçu, principal alvo dos artigos do jornalista, foi apontado como mandante do crime; estêve a ponto de ser linchado pela turba em fúria. Feijó, que se encontrava lá nesta ocasião, conseguiu despistar os perseguidores e remeter escoltado para o Rio de Janeiro o ouvidor, a fim de livrá-lo das mãos dos paulistas que desejavam fazer uma justiça sumária.

1831 — Embora discordasse das medidas arbitrárias de D. Pedro I, não teve nenhuma participação no movimento revolucionário que culminou com o 7 de Abril. Encontrava-se em São Paulo, tomando parte nos trabalhos do Conselho do Governo da Província.

A 26 de Abril, Feijó e seus companheiros de deputação paulista, já estavam no Rio tomando parte nas sessões da Assembléia. As desordens na capital do império eram quotidianas: brigas, agressões, insultos, tiros, atentados em vários logradouros entre os componentes das facções políticas antagônicas. Os desordeiros e criminosos eram contratados pelos "anarquistas" e os "exaltados".

A 4 de julho foi convidado para pasta da Justiça, porém impôs condições por escrito, assinadas por êle e pela Regência Triuna, terminava com a seguinte advertência: — "A minha maneira de vida, o meu tratamento pessoal não sofrerá alteração alguma, será o mesmo que até aqui. Para que a todo tempo, ou me reste a consolação de quando feliz nos resultados, ter sido fiel a meus princípios e a minha consciência; ou me encha de vergonha, por haver faltado ao que nesta prometo, assino-me; rogando à Regência queira também assinar em testemunho de que aceita e concorda com o exposto. Rio de Janeiro 4 de Julho de 1831. Diogo Antônio Feijó, Lima, Bráulio, Costa Carvalho".⁽⁶⁾

Neste mesmo mês conseguiu com habilidade e pertinácia, debelar um movimento sedicioso do 26º batalhão de infantaria aquartelado no Mosteiro de São Bento; 600 guardas municipais cercaram

(6) Sousa, Octavio Tarquinio de — obra citada — pág. 148.

o quartel e obrigaram os insurretos a depor as armas. Dois dias depois, fêz embarcar êste batalhão para a Bahia.

De 14 a 19, a cidade ficou à mercê de quase tôda a guarnição da Côrte amotinada no Campo de Honra, que passou a fazer ao Governo "exigências extraordinárias" e "representações descabidas".

Sem ceder à insubordinação, com calma, esperando o momento propício, organizou a resistência com voluntários e procurou meios de dividir os amotinados o que de fato aconteceu por não existir coesão entre os sediciosos.

Em seguida, Feijó comunicou à Câmara a insubordinação de parte do corpo de polícia, as exigências feitas "por modo ilegal" afirmando: "não é porém com armas na mão que se dirigem súplicas as autoridades constituídas; os soldados ou reconhecem o êrro, ou detestam os que os seduziram. A lei há de ser executada e os anarquistas que derramaram o susto e a consternação na Capital do Império hão de expiar seus crimes".(7)

Organiza a defesa da sociedade, distribui armas a 3 000 cidadãos com qualidades de eleitor e propõe a criação da Guarda Nacional que é concretizada na lei de 18 de Agôsto.

A 28 de Setembro são presos os responsáveis pelos distúrbios conhecidos como Tiros no Teatro, entre êles o major Miguel de Frias.

A 6 de Outubro subjuga a revolta da guarnição da Presidência e do Corpo de Artilharia da Marinha aquartelado na ilha das Cobras.

1832 — A 3 de Abril é sufocado nôvo levante no Campo da Honra pelo major Luís Alves de Lima. As fortalezas de Santa Cruz e Villegagnon são capturadas aos rebeldes.

17 de Abril — nôvo levante é esmagado.

Em Agôsto, abandona o cargo de Ministro da Justiça inconformado com a situação política em virtude da franca propaganda do partido restaurador que pugnava pelo retôrno de D. Pedro I e a não confirmação do Senado, pela diferença de um voto, da retirada de José Bonifácio do cargo de tutor do futuro imperador. Êle com dois outros irmãos eram acusados por Feijó de terem participado dos levantes de 3 e 17 de Abril.

1833 — Eleito senador pela província do Rio de Janeiro e

(7) Coleção das Leis 1831 2ª parte — Aditamento pág. 345 — Proclamação de 22 de julho de 1831 da Regência aos Fluminenses acêrca da insubordinação da tropa na noite de 14 do corrente.

a própria Capital do Império, por 309 votos na vaga deixada pelo falecimento do Marquês de Santo Amaro. Nomeado pela Carta Imperial de 1 de Julho, tomou posse a 15.

1834 — Feijó e o padre Miguel Arcanjo Ribeiro de Camargo fundam um jornal em S. Paulo — *O Justiceiro* — cujo primeiro número apareceu a 7 de novembro. O último exemplar saiu a 5 de março do ano seguinte.

1835 — 3 de Março — testamento do padre Feijó, instituindo herdeira D. Maria Justina de Camargo, dando liberdade aos seus escravos e filhos e algum dinheiro.

9 de Outubro — eleito Regente do Império com 2 826 votos; tomou posse do cargo no dia 12 do mesmo mês.

31 de Outubro — pelo Decreto 101 concedia privilégio de 40 anos a uma ou várias companhias que fizessem estrada de ferro, que partindo da capital do Império fôsse a Ouro Preto, Pôrto Alegre e Salvador.

2 de Novembro — aumento dos efetivos do exército para mais 4 040 soldados.

4 de Novembro — decreto que mandava executar as sentenças de morte, sem precisarem subir à sua presença, com o fim de acabar com a revolução de Francisco Vinagre, convulsionando o Pará. Dissolveu as guardas nacionais do Pará.

— Dificultou a arrematação dos serviços dos africanos livres, proporcionando com isso a vinda de colonos estrangeiros, pois, segundo êle, era mister substituir o trabalho escravo pelo livre, com a cessação de um tráfico “que a política reprova e a humanidade detesta”.

1836 — 8 de Janeiro — companhia de barcos a vapor Rio Doce a fim de ligar a Côrte à Bahia em viagens regulares.

4 de Fevereiro — companhia de Urbanos com efetivo de 200 homens para policiar a capital do Império.

Deu prioridade exclusiva por cinco anos para a navegação a vapor nas baías e rios do Pará e Amazonas. Regulamentou a instrução primária.

22 de Abril — aprovou contrato para o estabelecimento de linhas de paquetes a vapor entre a Côrte e os principais portos do Norte do império. Iguamente estimulou a navegação nas costas e baía da côrte e província do Rio de Janeiro.

15 de Junho — fêz ciência às duas câmaras, em ato solene, do reconhecimento da princesa imperial D. Januária como sucessora do trono e da coroa do Império do Brasil.

Pela Lei de 2 de outubro suspendeu as garantias civis e políticas na província do Rio Grande do Sul, onde a Revolução Farroupilha tomava grandes proporções.

O governo de Feijó trabalhava sem cessar; somente neste ano foram expedidos pelos diversos ministérios setecentos e seis Avisos e Decisões.

Inúmeros planos de melhoramentos nacionais foram confiados pelo Regente ao Marquês de Barbacena, então na Inglaterra em missão especial junto ao governo britânico: a repressão no mar do tráfico africano, a liberdade do Brasil fixar os seus direitos de importação, a forma de arrecadação e o despacho de mercadorias, a conclusão de um acôrdo com a Santa Sé a propósito da nomeação e confirmação dos bispos brasileiros, a organização de um plano regular de colonização do Brasil, a criação de um banco que promovesse a prosperidade do país, dois engenheiros peritos em abrir fontes artesianas para Pernambuco e para o Rio, engenheiro especialista em pontes e calçadas, maquinista de barcos a vapor, professores suíços para o ensino dos métodos agrícolas empregados nas fazendas-modêlo, etc.

Idéias liberais e progressistas — Como vemos, Feijó era dotado de ilustração invulgar para o tempo em que viveu e para o meio em que se formou e aperfeiçoou a sua inteligência.

1837 — A situação no Pará melhorara bastante, mas no Rio Grande do Sul era alarmante, principalmente devido ao apoio ostensivo dado pela Argentina e Uruguai. As leis por êle promulgadas e sancionadas foram poucas e sem importância. Os ônibus começaram a circular no Rio de Janeiro nesse ano.

Maior — deu-se no dia 3 a abertura das Câmaras. A oposição que já era grande na legislatura passada, recrudesceu; a grande voz de Evaristo da Veiga emudeceu para sempre a 12 de Maio. Feijó perdera seu melhor companheiro e defensor dos atos do governo.

Após convidar os seus amigos para uma reunião política no palacete situado na esquina da atual Visconde do Rio Branco com Tobias Barreto, só encontrou uma solução para o impasse: renunciar ao cargo.

O segundo semestre prosseguiu com a mesma tônica: a oposição mais inconveniente e insensata, a imprensa contrária mais atrevida e mordaz.

Nomeou então o senador Pedro de Araújo Lima seu ministro e ato contínuo abdicou do poder, comunicando ao presidente da

Câmara a sua resolução no dia 19 de setembro nos seguintes termos:

— "Illm. e Exm. Sr. — Estando convencido de que a minha continuação na regencia não pôde remover os males publicos, que cada dia se aggravam pela falta de leis apropriadas, e não querendo de maneira alguma servir de estorvo a que algum cidadão mais feliz seja encarregado pela nação de reger seus destinos, pelo presente me declaro demittido do logar de regente do Imperio, para que V. Ex., encarregando-se interinamente do mesmo logar, como determina a constituição politica, faça proceder á eleição de novo regente na fórma por ella estabelecida. Rogo a V. Ex. queira dar publicidade a êste officio e ao manifesto incluso.

Deus Guarde a V. Ex. muitos annos, 19 de Setembro de 1837.
— Illmo. e Exmo. Sr. Pedro de Araujo Lima.

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

P. S. — Accresce achar-me actualmente gravemente enfermo".⁽⁸⁾

Até 1839 permaneceu no seu sítio de Campinas. Retornou ao Rio para as sessões do Senado, tendo sido eleito presidente a 4 de Maio do mesmo anno, obtendo 17 votos contra 14 dados ao Marquês de Paranaguá.

1840 — Adquiriu por 8:200\$000 à vista um sítio em São Carlos, onde passou a residir. Neste mesmo anno teve um novo ataque de hemiplegia semelhante ao de 1835 que o deixou "de todo sem ação do lado esquerdo".

O decreto de 23 de dezembro concedeu-lhe uma pensão de 4:000\$000 annuaes.

1841 — Pelo decreto de 18 de julho Feijó foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro.

1842 — Feijó toma parte activa no movimento revolucionário nas provincias de São Paulo e Minas Geraes. Devido ao estado de saúde precário, a sua atuação desenvolveu-se em Sorocaba, onde editou um jornal — *O Paulista* — que pugnava pelo movimento sedicioso. Apenas quatro números foram publicados: 27 e 31 de maio, 8 e 16 de junho, devido à debanda dos rebeldes diante das forças do governo imperial.

Apenas Feijó não fugiu; o barão de Caxias quando entrou na cidade encontrou sentado na sua cadeira de braços o paralítico que fôra Regente do Império.

(8) Egas, Eugênio — obra citada — pág. 220.

Foi depois mandado para S. Paulo por ordem do govêrno da provincia e depois para Santos.

Em seguida com o senador Vergueiro, seu grande amigo, foram desterrados para Vitória onde passaram quase cinco meses (julho a meados de dezembro).

1843 — A 12 de janeiro Feijó no Senado dirigiu-se pela última vez da tribuna, falando com dificuldade devido à paralisia parcial das cordas vocais e sentado, pois o seu estado de saúde não permitia que se conservasse de pé. Com destemor incrível de quem se encontrava em situação como a sua — de réu em processo de crime de rebelião e de quase moribundo — assumia a ofensiva contra o govêrno. As palavras do velho espartano causaram sensação e comoção em todo o auditório. Ei-las na íntegra:

— “Sr. Presidente, tendo-se aggravado ainda mais a minha molestia, não me foi possível até hoje apresentar a resposta que me foi mandada dar sobre o processo que contra mim se intentou: e ainda agora mesmo me foi preciso servir-me de redacção alheia para apresental-a. Portanto remetti-a á meza para dar-se-lhe o conveniente destino.

Eu desejava, antes de morrer, cumprir ao menos uma promessa que tinha feito, na occasião em que fui mandado sahir da minha Provincia; ainda o mundo não sabe da minha boca a história da minha prisão, deportação e degredo.

Eu tive desejos ao princípio de a communicar ao Senado; mas algumas razões obstaram a isso, principalmente porque o Senado parecia ter approvado o procedimento barbaro que houve commigo.

Ha tempos, requerendo eu que se nomeasse uma commissão para examinar os actos do Governo, e manifestando desejos de que o Senado considerasse o procedimento que o mesmo Governo teve contra mim, e por conseguinte contra o Senado e contra a Constituição, não o pode conseguir; portanto, julguei que era melhor calar-me. Mas resta-me sempre esse pezar de nada dizer; porisso, sempre direi duas palavras para referir o que soffri.

Emtretanto saiba-se, que não soffri tudo quanto quiz o Governo que eu soffresse, pois que pela benignidade dos Brasileiros não tive falta de coiza alguma; em toda a parte tive sempre recursos, em toda parte recebi os maiores beneficios e obsequios.

Achava-me em São Paulo, já mandado sahir para esta Corte deportado, quando fui convidado para vir á Corte. Não aceitei o convite, e como me pareceu não haver submisso soffrer um acto illegal e ante-constitucional, recalcitrei ou dei em contrario algumas razões; mas respondeu-se-me, que o que a Constituição prohibia

era a prisão dos Senadores, e não qualquer outro acto que o Governo julgasse conveniente praticar com Senadores. Temi pois algumas outras consequencias; temi ser conduzido á cadeia para levar nas grades alguma correcção de açoutes, visto que isso não era prisão, e por conseguinte, na opinião do Govêrno, podia praticar-se: o que é pois que eu havia fazer, eu que, com um sopro podia cahir em terra?...

Bem me lembrava dos meios de resistencia a ordens illegaes; mas que meios tinha eu para isso? Se eu pudesse, daria por certo este exemplo ao Brasil de resistir a ordens illegais, sem o que será sempre nominal nossa liberdade, e nos escravos dos atrevidos.

Nada porem podendo contra a violencia, retirei-me.

É verdade que nessa ocasião eu estava bastante enfermo e desprovido de meios, pois tinha apenas 20\$000 na algibeira.

Requeri que se me mandasse pagar o trimestre vencido da minha pensão, que era 1:000\$000, pois era preciso ter com que subsistir; mas respondeu-se-me "*que não havia dinheiro, e que mesmo devia ficar isso como penhor para as indemnisações a que eu estivesse sujeito*".

Sahi, pois, como me achava; vim á Corte, não me deixaram desembarcar; demorei-me algumas horas, e sahi sem saber para onde. É verdade, como já disse, que recebi beneficios em toda a parte.

Nas poucas horas, que aqui estive, foram a bordo differentes pessoas offerecer-me dinheiro, e uma até me obrigou a receber alguns centos de mil reis que levava.

Mesmo nesse paiz, onde estive degradado, encontrei muitos homens benevolos, que offertaram dinheiro e tudo o mais. Por êste lado, pois, nada sofri; mas muito da parte do Govêrno, que de tudo me privou, até do que era meu.

Portanto, Srs. soffri tudo isto. Prisão, deportação e seis meses de degredo. quasi 4:000\$000 de multa, e de que estou privado até hoje.

Mas o Governo não está satisfeito ainda; mandou por isso formar esse processo, e não ficará satisfeito senão com o meu exterminio. Estou pois entregue ao Senado; faça elle de mim o que quizer; a vida em mim será pouca... soffra-se tudo.

Tenho dito em geral, como posso o que era preciso que se soubesse; demais, o público já o sabe, e fará a devida justiça a quem merecer".⁽⁹⁾

(9) Egas, Eugênio — obra citada — págs. 230 e 231.

Em julho Feijó vai para S. Paulo e fica com os parentes na casa da Rua da Freira. O seu estado geral agravava-se continuamente. Em agosto teve uma grave recaída, em setembro outra mais grave.

Veio a falecer no dia 10 de novembro, às 11 horas da noite.

Seu corpo foi embalsamado, revestido com os paramentos sacerdotais e encerrado num sarcófago de chumbo.

O sepultamento deu-se na Igreja do Carmo no dia 15 com grande acompanhamento de pessoas das mais diversas condições sociais, amigos e adversários políticos. Honras militares lhe foram tributadas pela tropa de tôdas as armas, na sua qualidade de Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro.

1852 — seus despojos foram transportados para a igreja da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência e ficaram perdidos durante 65 anos.

1917 — graças às diligências e pesquisas efetuadas pelo Instituto Histórico de São Paulo foram os mesmos e o vaso contendo o seu coração, encontrados nos jazigos do Ordem de São Francisco.⁽¹⁰⁾

1941 — 26 de outubro — feita a mudança do coração de Feijó, para outro vaso no cemitério de S. Francisco.

1943 — 11 de maio — nova exumação do corpo de Feijó, procedendo-se a minucioso exame (Revista do I. H. G. de S. Paulo vol. XLIII, anexo XXVI, págs. 281 a 311).

APRECIACÃO — As paixões da época não permitiram que fôsse avaliado em tôda a sua grandeza o brasileiro que, em vida, conquistou, pelo seu valor moral, as mais elevadas posições em sua pátria.

Sem a ajuda de pai ou parentes, tudo deveu ao próprio esforço; nunca sentiu opressão moral de qualquer espécie no reto desempenho dos seus cargos e no rigoroso cumprimento dos deveres.

Que contraste com a época presente, onde as mediocridades e os incapazes ascendem a lugares de destaque simplesmente por que possuem pais, parentes e padrinhos que se assenhorearam de posições chaves na política!

Aquela sombra resplandecente e grandiosa perturbou a visão dos contemporâneos e fêz emudecer a pena e a palavra dos que ainda o temiam; não o compreenderam ou não puderam avaliar a colossal individualidade que acabara de desaparecer.

(10) Freitas, Affonso A. de — *Os Despojos do Padre Feijó* — Instituto Histórico de S. Paulo — 1918.

Melo Moraes, na Galeria dos Brasileiros Ilustres, não aceita como revolucionária a atitude de Feijó no levante de Sorocaba. Justifica-a como uma contra-revolução que não visava a carta constitucional nem a dinastia imperante, mas sim o "estado de coação" a que haviam reduzido D. Pedro II: — "Não obstante a sua vida exemplar, o seu amor da pátria, o seu devotamento a sua posição de Ministro da Coroa, de Senador, de Regente do Imperio, foi desterrado injustamente, e mesmo processado como cúmplice da revolução de S. Paulo, o que êle à luz clarissima do dia justificou e provou que desde 1821 até esse dia, nunca professou outros principios que não fossem a monarquia constitucional representativa e a liberdade bem entendida". (Oswaldo Orico — Feijó — nota 30 págs. 236 e 237).

A vida e os atos dêste imenso patriota, inclusive a sua atuação marcante na época tumultuada do Primeiro Reinado foram relegados ao mais completo esquecimento durante todo o século XIX; só presentemente podem ser compreendidos e analisados.

Diversos biógrafos vão devassando pormenores de tão grande personalidade: Dr. Mello Moraes ainda em 1861 na *Necrologia de Feijó*, Eugênio Egas em 1912 no *Estudo* aliás de documentação autêntica, Oswaldo Orico em 1932, Tarquínio de Souza no seu esplêndido e substancioso volume de 1957, etc.

Muito ainda precisa ser feito por um dos maiores homens do Brasil. Como divulgação foram executados apenas: duas cédulas de papel-moeda em 1919 e 1923, uma moeda no valor de 500 réis cunhada em 1935 e um selo emitido em 1952. É muito pouco. Não existe provavelmente no Brasil e principalmente na sua terra natal, São Paulo, um monumento digno da envergadura de tão lúcido estadista.

Após êsse sucinto esboço cronológico da vida do notável brasileiro, faremos uma análise singela dos elementos existentes no Museu Histórico Nacional e que se acham ligados àquela imensa individualidade.

Reprodução colorida do quadro a óleo do padre Diogo Antônio Feijó.

Propriedade do autor.

Foi feito no ano de 1964 pelo consagrado pintor patricio Autran Santana, baseado na litografia existente na obra de Auguste Sisson — *Galeria dos Brasileiros Ilustres*.

Notamos que o artista pintou apenas o busto, quando na litografia aparece o Regente a meio corpo.

Medidas — 63 cm X 52 cm.

Na parte posterior da tela a legenda: — Regente Padre Diogo Antonio Feijó — de uma litografia de Auguste Sisson. Pintado por Autran Santana em 1964. Mandado fazer por Antônio Pimentel Winz.

Fig. 1 — *Feijó por Auguste Sisson.*

Litografia existente no trabalho de Sisson — *Galeria dos Brasileiros Ilustres* — É a representação mais conhecida do eminente paulista quando desempenhava o cargo de Regente do Império. Feijó, segundo seus biógrafos, quase nunca usava os trajes eclesiásticos, preferindo os civis; nos seus domicílios, em S. Paulo e no Rio, Daniel Parish Kidder, pastor metodista, entrevistou-o trajando simplesmente uma roupa de algodão listrado.

Fig. 2 — *Tratado das Obrigações da Vida Christã.*

Traduzido do francez pelo Capitão Manoel de Souza — Tomo I — Lisboa na Typographia Rollandiana — 1779.

Estado precário de conservação — Medida — 15 cm.

Reprodução da fôlha de rosto.

Indicação da Divisão de Documentação do M. H. N. — “Feijó — Diogo Antônio (padre) Livro que lhe pertenceu e fôra de seu padrinho e educador padre Fernando Lopes de Camargo — Livros nº 21”.

Gustavo Barroso no *Catálogo Geral do M. H. N.* Iª Secção Archeologia e Historia organizado em 1924 nos fornece na página 71 a seguinte referência: — Nº 288 “Tratado das Obrigações da Vida Christã” edição Rollandiana de 1779 que pertenceu ao padre Feijó e fôra de seu padrinho e educador o Padre Fernando Lopes de Carvalho. *Procedência*: Aquisição do Museu Histórico.

Como vemos, não corresponde à realidade.

O certo é Padre Fernando Lopes de Camargo, seu tio materno e padrinho de batismo. Este sacerdote era o sétimo filho do capitão Inácio Soares de Barros e D. Marta de Camargo Lima, aquêle, filho do sargento-mor Roque Soares de Medela e de D. Ana de Barros, e esta, filha do capitão Fernando Lopes de Camargo e D. Maria de Lima Siqueira. O padre Fernando Lopes de Camargo e sua irmã viúva D. Maria Gertrudes de Camargo cuidaram de Feijó desde a infância até os 14 anos quando foi para Guaratinguetá, passando a ser educado pelo padre João Gonçalves Lima.

Observamos na fôlha de rosto o monograma do seu tio e padrinho.

Fig. 3 — *A esquerda — Imitação de Cristo.*

Imitação de Christo escrita em latim por Thomaz de Kempis e traduzida por Fr. Antônio de Padua e Bellas — Lisboa na Typographia Rollandiana — 1826.

Estado precário de conservação — Medida — 13 cm.

Reprodução da fôlha do rosto.

Indicação da Divisão de Documentação do M. H. N. — “Livro de orações que lhe pertenceu. Estado de conservação precário — Livro nº 15”.

No Catálogo de Gustavo Barroso vemos a seguinte nota (pág. 71) — Nº 289 “Imitação de Christo”, edição Rollandiana de 1826, que pertenceu ao Padre Feijó e fôra de seu padrinho e educador o Padre Fernando Lopes de Carvalho. *Procedencia*: Aquisição do Museu Histórico.

Umaz palavras sôbre Thomaz de Kempis.

Escritores franceses opinam ser esta obra da autoria de “*um desconhecido monge do 13º Século*”. O padre Camillo Mello no trabalho *Della Imitazione de Cristo*, Desclée 1877 proclama João Gersen (1180-1245) como o autor do célebre trabalho.

O verdadeiro, porém, é o monge Thomaz de Kempis nascido em 1380 na pequena vila de Kempen (da qual tirou o sobrenome) pertencente à diocese de Colônia. Serviu na ordem dos Canônicos Regulares de Santo Agostinho, no monte de Santa Inês na cidade de Swol. Permaneceu ali durante setenta e dois anos, vindo a falecer aos noventa e dois em 1471. Disse o grande Michelet as seguintes palavras: “Depois da Bíblia, que vem de Deus, é a Imitação de Cristo, de todos os livros o mais admirável e popular; nenhum logrou em tão alto grau a estima dos homens, nenhum tão adaptado, parece a todos os setores. É simples o estilo, sem ornato, incorreto às vêzes; a fôrça porém, a majestade dos pensamentos, imprimem-lhe uma como grandeza maravilhosa; rescendem tôdas as páginas unção verdadeiramente celeste, n'elas sente-se como perpassar o sôpro do Espírito Santo”.

A direita — Livro de orações do Padre Feijó

Péssimo estado de conservação. Acha-se tão estragado internamente que é muito difícil de ser lido qualquer trecho; deve ter sofrido ação da água, pois as páginas estão coladas umas às outras, formando um todo compacto.

Medidas — 20,7 cm × 14,6 cm.

Reprodução da capa de couro muito deteriorada.

Indicação da Divisão de Documentação do M. H. N. — “Livro de Orações que lhe pertenceu — Livro nº 14. Péssimo estado de conservação”.

Diz Gustavo Barroso: — Nº 287 — Livro de orações que pertenceu ao Padre Feijó e fôra de seu padrinho e educador o Padre Francisco Lopes de Carvalho. *Procedencia*: Aquisição do Museu Histórico.

Fig. 4 — *Carta de Feijó ao Coronel Ferreira do Amaral*. Documento em bom estado de conservação.

Papel com marca d'água: GIOVANNI GHECCHI.

Medida — 20,7 cm X 14,6 cm.

Época: Julho de 1831 a Agosto de 1832

Indicação da Divisão de Documentação do M. H. N. — “Comunica ao Coronel nada poder fazer a favor da pretensão de um frade devido a resistencia oposta pelo nuncio. Estado de conservação bom. Localização: M-3-6-18... col. J.J. Raposo adquirida pelo Museu em 1923”.

Segundo o Catálogo de 1924 de Gustavo Barroso (pág. 71) — Nº 282 Carta autografa do Padre Feijó ao Coronel Ferreira do Amaral. *Procedencia*: Collecção J. J. Raposo, adquirida pelo Museu Histórico.

“Recebi a sua com satisfasão e agradecimento e bem sinto q. ecobre vá inquietando nesa os espiritos; mas é tpº de inquietações; se elas acabão por. um lado principiº, paõ outro. Emquanto ao seu Frade já lhe disse, que não discubria geito na intervenção do Governo em semelhante pretensão; e q. só por meio do Nuncio se poderia tentar alguã coiza, e iso mmº em duvida, por q. este jamais quer imitar os Prelados,

A D. seja felis, edisponha, de mim como quizer.

Saud. ao Grde. Delfim

Rio 4 de Julho...

Do seu patrício afetuoso

Diogo Antônio Feijó”

Na pág. 2 verso o seguinte: “Ilmmº. Sr. Cel. Frcº Alvez
Ferrª do Amal.-S. Paulo

(Era o enderêço do destinatário pois na época ainda não existia sêlo).

Observação: Embora não tenha data, achamos presumível, pelo seu teor, ser êste documento da época em que foi Ministro

da Justiça (julho de 1831 a agosto de 1832). Feijó, quando deputado, a partir das sessões de 1827, vinha empolgando a opinião pública com idéias reformistas para o clero nacional. A questão do celibato que atingiu o auge no período 1830-31, durante a qual êle foi um dos maiores paladinos, favorável ao casamento dos padres, iria acarretar grandes inimizades contra o futuro Regente. À frente dos seus antagonistas clericais estava o arcebispo da Bahia D. Romualdo Antônio de Seixas, futuro Marquês de Santa Cruz. Era natural que qualquer pretensão de Feijó intercedendo por algum sacerdote junto às autoridades religiosas, encontrasse das mesmas excusas, evasivas ou desculpas com o fim dos pedidos não serem despachados favoravelmente. É o que depreendemos dêste documento, no qual a má vontade em não atender é flagrante.

Fig. 5 — *Carta do Padre Feijó então Ministro da Justiça ao Dr. Francisco Alves de Brito.*

Documento em bom estado de conservação.

Papel com marca d'água: G. C. CINI

Medidas — 20,5 cm × 15,1 cm.

Época: 16 de Julho de 1831.

Indicação da Divisão de Documentação do M. H. N. —
"Carta a Francisco Alves de Brito pedindo que continue a prestar seus serviços à Pátria. Estado de conservação bom. Localização: M-3-3-1831"

"Il^{mo} Sr. Fr^{co} Alvez de Brito Conheso q. as nossas circumst^{as} são criticas; mas p^r. iso m^m. demandão maiores sacrificios; enesta occasião apatria não pode dispensar os bons serviços, conq. V. S. ja desde muito tp^o setem á ela prestado; e eu só com comp^{ros}. como o Sr. Brito é q. me animei a aceitar tarefa tão pesada.

O seu Suplente recusa tambem p^or. enfermo.

Rogo-lhe mt^o defavor o obsequio de continuar o seu emprego ate onde formos; das provid^{as} do Of^o incluso.

Deus lhe guarde mt^{os}. anos.

Diogo Ant^o. Feijó"

No verso o seguinte: "Rço verdr^o. original retro

Rio 23 de Agosto de 1853

Em test. de verde.

José Cardoso Fontes"

Na última pág.: "Rda. em 16 de Julho de 1831"

Observação: Pelos têrmos da missiva, notamos que o então Ministro da Justiça lutava com enormes dificuldades para manter as pessoas de confiança nos cargos públicos. Muitos, alegando doença, se retiravam e até os suplentes ficavam enfermos. Naquela ocasião ninguém queria desempenhar fun oes que exigissem sacrificios ou os compromettessem com os oposicionistas. Feijó usa um tratamento cordial e até roga o favor de continuar no emprêgo. Embora  le fôsse o "homem próprio para tempo de revolu o", deixa transparecer neste documento o seguinte desabafo: — e eu só com comp^{ros} como o Sr. Brito   q. me animei a aceitar tarefa ta o pesada".

Tarquínio de Souza define no seguinte período as agruras de um Ministro da Justiça naquela ocasião: "Ser ministro da Justiça em julho de 1831 era resignar-se a não ter mais noite para dormir, nem soss ego, nem um só instante de paz e íntimo recolhimento. Mais do que isso, era, com o perigo da morte sempre próximo, a certeza de que os melindres mais delicados estariam expostos aos ataques mais torpes da calúnia de todos os despeitados". (11)

Fig. 6 — *Nova Carta do Ministro Feijó ao Dr. Francisco Alves de Brito.*

Documento em bom estado de conserva o.

Papel com marca d' gua: J. GREEN e SON

1 828

Medidas — 24,5 cm X 20 cm.

 poca: 20 de Dezembro de 1831.

Indica o da Divisão de Documenta o do M. H. N. — "Ordena em nome da Regência que reassuma o cargo de Juiz de Paz. Localiza o: M. 4-2-1831".

"Constando ao Govêrno, q. V. M. se axa melhor dos encomedos, por cuja causa obtivera licença, e urgindo a cauza publica, q. V. M. se encarregue da Vara de Juis de Pas deq.   proprietário, e q. tão dignamente dezempenhou Ordena a Regencia em Nome do Imperador q. V. M. passe imediatamente a eizercer o d  Emprego, participando ao Juis Suplente p  sua inteligencia.

D  ge. V. M. mtos. anos. Palacio do Rio de Jann .

20 de Dezembro de 1831

Diogo Antonio Feijó

Dr. Francisco Alves de Brito"

(11) Souza, Octávio Tarquínio de — obra citada — pág. 146.

Observação: Como vemos, esta missiva tem a data de 20-12-1831, ao passo que a da Fig. 5 traz a data de 16-7-1831, um período de quase seis meses. Feijó esperou pacientemente meio ano que o amigo se curasse e voltasse ao serviço; como não aconteceu, foi obrigado a impor o seu retorno imediato usando de uma linguagem em tom imperativo: "Ordena a Regencia em Nome do Imperador q. V. M. passe immediatamente a eizercer o d°. Emprego".

Tendo sempre em vista o bem público, o padre Feijó não se importava que este amigo passasse a ser d'ora em diante mais um entre os inúmeros desafetos que procuravam solapar o seu trabalho honesto e reivindicador do bom nome da nação.

Fig. 7 — *Carta de Feijó a um amigo, elogiando a atuação do Desembargador Nabuco no tempo em que o missivista foi Ministro da Justiça.*

Documento em ótimo estado de conservação.

Papel sem marca d'água.

Medidas — 21,5 cm × 14 cm.

Época: 30 de junho de 1841.

Este manuscrito pertencia, juntamente com outros sobre os mais variados assuntos, à Coleção Eusébio de Queiroz adquirida pela Divisão de Documentação do M. H. N. em 1965.

"Ex^mº. N.

Por achar-me ainda sem melhora da paralisia não pude ter o praser de o ver, e abraçar em sua casa o que farei porém logo que possa. Como ha chegado o tempo das Graças vou lembrar a V. Ex^a o Des^{or}. Nabuco. Quando fui Ministro encontrei na actividade, zelo, e intelligencia d'este Magistrado grande auxilio. Certamente pouco poderia eu fazer em tempos tão calamitosos se não fosse por elle coadjuvado. Foi activo e laborioso em extremo, e sem o menor interesse não só na Administração da Justiça, como com seos conselhos e pareceres; encarregando-se até de causas, que lhe não competião como reparo nas cadêas, sustento, e accomodaçãõ dos presos, e a disciplina dos mesmos. Emfim eu conheci que o Governo tinha n'este homem hum habil fiel, e prompto coadjuvador, em tudo quanto o encarregasse.

Parece-me por tanto estar no caso de merecer do Governo alguma demonstraçãõ do apreço que faz d'elle; e se S. M. o Imperador o souber não deixará de o contemplar com alguma Graça. Adeos Deus lhe G^{de}. felismente.

Corte 30 de junho de 1841

De V. Ex^a Coll^o affectu^o ob^o S^o D. A. Feijó".

Observação: No início da carta, Feijó queixava-se de não ter tido melhoras com a paralisia que o acometera. Convém lembrar, que na época de sua eleição para Regente do Império, em Outubro de 1835, foi atacado pela primeira vez por uma paralisia, provavelmente, um acidente vascular, um angiospasma resultante de hipertensão. Reagiu em pouco tempo, mas o mal já estava instalado na sua constituição férrea.

Em 1839 sofreu novo ataque no retiro de São Carlos; uma hemiplegia deixou-o de todo sem ação do lado esquerdo. Permaneceu durante muitos dias acamado e só paulatinamente foi-se recuperando, porém já não era o mesmo.

Em 1841 estando na Côrte, raramente comparecia às sessões do Senado devido à saúde abalada.

Esta carta foi escrita pouco mais de meio mês antes de receber a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, o que se deu pelo Decreto de 18-7-1841. Segundo Tarquínio de Souza: — “Quase sem poder andar”, para mostrar o seu reconhecimento, “foi êle beijar a mão” do imperador, cujo trono sustentara mais do que ninguém em 1831-1832, quando, da Europa, D. Pedro I o mandava saudar como o “muito honrado Paulista que tem sabido conter os anarquistas e apoiar os homens de bem”.⁽¹²⁾

É interessante notar, que mesmo doente, Feijó não se esquecia de um bom amigo de outros tempos e pedia ao destinatário que não se furtasse de levar ao Imperador o seu nome com objetivo de *o contemplar com alguma Graça.*

Em fins de agosto deixava a Côrte, retornando para o sítio de São Carlos.

Fig. 8 — *Botão de metal dourado do Padre Feijó.*

Diâmetro — 2,3 cm.

SUPEREIN

Na parte posterior a seguinte indicação: V G

PERFECTIONNE

Representa em relêvo uma cabeça de cachorro contornada por ramos de flôres.

Gustavo Barroso, no Catálogo de 1924, diz o seguinte — nº 284 — Botão e emblema (coroa) da farda do Padre Feijó, regente do Império. *Procedencia:* Offerta da Bibliotheca Nacional ao Arquivo Nacional — (pág. 71).

(12) Sousa, Octavio Tarquínio de — obra citada — pág. 328.

A etiquêta existente na Sala dos Leques, vitrine 7, diz o seguinte: — “Botão de roupa de caça que pertenceu ao Padre Diogo Antônio Feijó”.

Observação: Desconhecemos qualquer inclinação do Padre Feijó para as lides venatórias; nenhum dos seus biógrafos menciona êstes derivativos quando se encontrava afastado da Côrte e da política, no seu sítio de São Carlos. Enquanto não surgirem provas documentais a respeito, preferimos seguir Gustavo Barroso que considera um botão da indumentária de Regente do Império.

Fig. 9 — *Emblema de bronze dourado do Padre Feijó.*

Medida — 4 cm X 4 cm.

Representa uma coroa imperial forrada, de bronze dourado. Ver indicação de Barroso na (Fig. 8).

A etiquêta existente na Sala dos Leques, vitrine 7, diz o seguinte: “Emblema da farda do Padre Feijó quando Regente do Império”.

Observação: Não existe nenhuma iconografia do Padre Feijó que confirme ter êle usado farda; as clássicas reproduções nos mostram apenas em trajes civis da época.

Fig. 10 — *Oratório do Padre Antonio Feijó — Aberto.*

Êste móvel encontrado na Sala Frei Henrique de Coimbra, nos oferece um aspecto bastante singelo. Muito liso, fechado nas partes laterais, apresenta um frontão em arco, encimado por uma cruz. O fundo compreende várias tábuas colocadas transversalmente.

As medidas são as seguintes:

Altura total do ápice da cruz até a base — 275 cm.

Altura total do frontão e a cruz — 60 cm.

Altura da parte interna do oratóriõ — 140 cm.

Largura interna do oratório — 80 cm.

Segundo o Catálogo de 1924: — N° 306 — Oratório que pertenceu ao Padre Feijó. *Procedencia:* Aquisição do Museu Histórico — (pág. 73).

Fig. 2 — *Oratório contendo as duas imagens do Padre Feijó.*

Vemos o Cristo crucificado e N. S. das Dores.

Observação: Seguindo o depoimento de Eugênio Egas, anotamos o seguinte período: “A chacara do Paraíso, que ainda se pôde visitar, é situada nos altos da Moóca. É um velho sobrado, com duas alas, bastante extensas. No pavilhão central ha uma

larga entrada, calçada com grandes pedras aparelhadas. A esquerda vê-se a capella com seu simples, mas attrahente altar, onde Diogo Feijó celebrava as missas, que resava para os seus escravos e empregados. Ainda lá está a pedra tosca, que servia de pia baptismal. O nicho, que está sobre o altar, guardava a imagem de N. S. da Piedade, a inspiradora do severo paulista. (os grifos são nossos). Viam-se mais um crucifixo e a imagem de S. Francisco de Assis. Nessa capella, apenas podiam estar o celebrante, o sachristão e meia duzia de pessoas. Na larga entrada, ouviam a missa, attentos e respeitosos, os empregados e os escravos".⁽¹³⁾

Observamos que êle fala em N. S. da Piedade, ao passo que a do Museu é N. S. das Dores; o crucifixo também é citado. Esta memória foi escrita em 1912 e o Museu adquiriu as peças em 1924. A N. S. da Piedade poderia não ser do tipo de representação clássica, com o Cristo morto no regaço e sim um modelo aproximado de N. S. das Dores ou então má interpretação de Eugênio Egas?

Tarquínio de Sousa nos diz no rodapé 21 o seguinte: "O Dr. Lino Vieira mostrou ao A. um relógio de ouro e *uma imagem de N. S^a das Dores que pertenceram a Feijó.*"⁽¹⁴⁾ Como vemos, os autores discordam.

O mais antigo trabalho dêste autor sôbre Feijó data de 1942. O mesmo estudo (Vol. VII) porém mais ampliado da *História dos Fundadores do Império do Brasil* data de Novembro de 1957; portanto as peças já tinham sido adquiridas pelo Museu em 1924.

Gustavo Barroso anota no seu Catálogo o seguinte: —

Nº 285 — Imagem de Nossa Senhora, que pertenceu ao Padre Feijó.

Procedencia: Aquisição do Museu Historico — (pág. 71)

Nº 308 — Crucifixo que pertenceu ao Padre Feijó.

Procedencia: Aquisição do Museu Historico — (pág. 73)

Como deprendemos, Barroso não define qual o tipo de Nossa Senhora, se é das Dores ou da Piedade.

— Êste notável historiador, primeiro diretor e conservador, no trabalho de sua lavra "A Arte Cristã no Museu Histórico" (Vol. IV dos Anais) descreve as diferentes representações da Mãe de Cristo, desde a época bizantina, fazendo ver que sômente em fins do século XIII é que a sua imagem começa a se humanizar: — "Vê-la-emos com o Divino Filho nos braços, com a meia lua,

(13) Egas, Eugênio — obra citada — pág. 69.

(14) Sousa, Octavio Tarquínio de — obra citada — pág. 20.

com o rosário, com o escapulario, transpassada de espadas com o Senhor morto ao colo... etc. As invocações multiplicam-se: Nossa Senhora do Rosario, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Piedade, etc." (pág. 36) "Nossa Senhora da Piedade com o corpo flácido de seu Divino Filho sôbre os joelhos, de que são espécimens clássicos as das igrejas medievais de Mussy-sur-Seine, Bayel e Santo Estevão de Beauvais. Nossa Senhora das Dores com as sete espadas, correspondentes às quedas do Senhor no caminho do Calvário, tal qual está nas antigas xilografias até o século XVI" (pág. 64).

Completando suas assertivas, cita as palavras de Bréhier⁽¹⁵⁾ quando esquematizou a arte religiosa nos diversos períodos, dizendo do último o seguinte: "6º — depois do século XVI, — sem idéia fundamental, caprichosa e obediente aos temperamentos individuais, havendo artistas e podendo-se considerar desaparecida a Arte, como síntese". (pág. 23)

Podemos concluir que os santeiros portugueses ou brasileiros procuravam dar um toque peculiar às suas criações artísticas, variando detalhes da peça.

Nossa Senhora das Dores possui na sua representação clássica sete espadas; a do Padre Feijó tem apenas uma.

Fig. 12 — *Crucifixo visto de frente.*

Estado de conservação perfeito; apenas os dedos de ambas as mãos estão partidos. Bela imagem de madeira do Senhor crucificado. Note-se a expressão fisionômica. As gôtas de sangue são constituídas por pequenos rubis; observar na (Fig. 13) onde êstes detalhes se acham mais acentuados; face, ombro, tórax e quadril esquerdo. Resplendor de prata e as letras I. N. R. I.

Possui as seguintes medidas:

Cruz: Altura — 132 cm. Largura do braço — 51,5 cm.

Cristo: Altura do corpo — 56,5 cm. Distância entre os braços — 48 cm.

Tarquínio de Sousa no seu documentado trabalho, relata o seguinte a respeito do fervor religioso do Regente: — "No seu sítio arranjava um oratório, onde dizia missa. Aos domingos e dias santos, depois de celebrar, fazia tocantes prédicas ao imenso povo da vizinhança que se reunia a cumprir o preceito da missa, chamando-o ao temor de Deus e ao culto da Virgem junto à cruz, de que era mui devoto". ⁽¹⁶⁾

(15) Bréhier, Louis — L'art chrétien — La cathédrale de Reims

Fig. 13 — *Vista lateral do crucifixo.*

Fig. 14 — *Nossa Senhora das Dores.*

Perfeito estado de conservação.

Escultura de madeira de princípios do século XIX.

Altura — 55 cm.

Nota: No trabalho de Oswaldo Orico — Feijó (O Demonio da Regencia) 1932 — encontramos entre as pág^{as}. 96 e 98 a fotografia de N. S. das Dores com *um resplendor de prata.*

Fig. 15 — *Pêndulo-armário do Padre Feijó.*

Estado de conservação regular, um pouco atacado pelo cupim.

Início do século XIX.

Marca — Não foi encontrada.

Medidas — Altura total: 260 cm.

Madeira — Vinhático castanho.

Caixa — Largura: 40 cm. Profundidade: 23 cm.

Alçado — Largura: 36 cm. Profundidade: 19 cm.

Base — Largura: 49 cm. Profundidade: 26 cm.

Sala D. Pedro I — Etiqueta: "Relógio armário que pertenceu ao Padre Diogo Antônio Feijó".

O Catálogo de 1924 nos dá a seguinte referência: — N^o 307 — Relógio que pertenceu ao Padre Feijó. *Procedencia:* Aquisição do Museu Histórico — (pág. 73).

Fig. 16 — *Estôjo com um faqueiro de prata pertencente ao Padre Feijó.*

Estôjo de couro e veludo muito estragado medindo 22 cm × 17,5 cm.

As lâminas das facas estão enferrujadas e um pouco estragadas.

Contém oito facas e oito garfos.

Não foi possível distinguir em nenhum destes objetos a marca do prateiro.

Barroso no Catálogo de 1924 nos revela o seguinte: — N^o 292 — Faqueiro de prata que pertenceu ao Padre Feijó e era de seu uso. Faltam-lhe duas facas. *Procedencia:* Aquisição do Museu Histórico — (pág. 71).

Fig. 17 — *Travessa de porcelana inglesa Minton.*

(16) Sousa, Octavio Tarquinio de — obra citada — pág. 324.

Estado de conservação regular — possui uma rachadura que se estende até o centro da mesma; falta um pequeno pedaço do bordo superior e no inferior existe uma massa escura.

Na parte posterior a indicação: Fountain Sanery.

Medidas extremas: 39 cm X 31 cm.

Côr azul e branca. Imitando louça da Índia.

O Catálogo de 1924 nos revela: — N° 291 — Travessa de uma casa acastelada, um barco e um chafariz. Apenas o artista procurou decorar à moda oriental com o objetivo de dar um aspecto tipicamente chinês aos telhados ponteagudos e alongados, forma curvilínea ao barco e a fonte, tudo com profusão de crisântemos, cravos, papoulas, anêmonas, miosótis, etc. O mesmo se dá na cerca-dura.

O Catálogo de 1924 nos revela: — N° 291 — Travessa de louça antiga da Índia, do serviço do Padre Feijó.

Sala Smith de Vasconcelos — Vitrine 7 — 1ª Prateleira — Etiqueta: — “Serviço do Padre Diogo Feijó — porcelana inglesa Minton”.

Fig. 18 — *Travessa de porcelana Tunstall.*

Estado de conservação regular — possui uma rachadura que atinge 1/3 da peça. Escurecida pelo uso que teve.

Porcelana branca oitavada. Sem decoração.

Medidas extremas — 45 cm X 35 cm.

Encontramos no Catálogo de 1924 a indicação: — N. 290 — Travessa de louça branca antiga, do serviço do Padre Feijó.

Procedencia: Aquisição do Museu Histórico. (pág. 71).

Sala Smith de Vasconcelos — Vitrine 7 — 3ª Prateleira. Etiqueta: — “Serviço do Padre Diogo Antônio Feijó — Louça inglesa Tunstall”.

Cabaça para mate do Padre Feijó.

Do Catálogo de 1924 anotamos o seguinte: — N° 286 — Cabaça para matte, que pertenceu ao Padre Feijó.

Procedencia: Aquisição do Museu Histórico — (pág. 71).

Nota: Não tendo sido fornecido o objeto em questão, não foi possível fotografá-lo, avaliar o seu estado e fazer uma apreciação.

Observações: Todos os objetos do Padre Feijó relacionados nos Catálogos de 1924 se encontravam na época na Sala dos Capetes.

Fig. 19 — *Cédula de 1\$000 — Tesouro Nacional República*
10 a Estampa — 2ª Série — N I

Dimensões — 149 mm X 66mm

Emitida — 18-8-919. Substituída — 1-12-1950.

Com reverso. Fabricante — American Bank Note Company.

Efígie do Regente copiada da litografia de Sisson; apenas o olhar está um pouco modificado.

Existente no Álbum III — Cédulas do Tesouro Nacional República.

Fig. 20 — *Prova de Nota — Tesouro Nacional República*

Ensaio não aprovado de cédula executada na Oficina de Gravura da Casa da Moeda.

200\$000 — Dimensões — 172 mm X 91 mm. Com reverso.

A efígie de Feijó foi copiada da litografia de Heaton e Rensburg.

Existente no Álbum X — Modelos.

Fig. 21 — *Modêlo aprovado — Banco do Brasil*

Lei nº 4 635 A de 8 de Janeiro de 1923.

100\$000 — 1a Estampa — 1a Série.

Dimensões — 160 mm X 76 mm.

Reverso — Trecho da Avenida Niemeyer.

Fabricante — American Bank Note Company.

Efígie do Padre Feijó copiada da litografia de Sisson.

No Álbum X — Modelos.

Fig. 22 — *Moeda e sêlo com a efígie de Feijó.*

Moedas —

(A) — 500 réis de 1935 — Série dos Varões Ilustres do Brasil.

Bronze de Alumínio — Decreto nº 24 257 de 16 de maio de 1934.

Anv. O busto do Regente do Império, Diogo Antônio Feijó, a 3/4 à esquerda, tendo a cabeça circundada pela inscrição — REGENTE FEIJÓ Iniciais do desenhista e gravador C. B. (Calmon Barreto).

Rev. No centro uma coluna coríntia encimada pela inscrição circular — BRASIL — entre dois filetes. À esquerda do campo o valor — 500 — e à direita a palavra RÉIS, em posição horizontal. No exergo a data 1935 e as iniciais do desenhista e gravador W. T. (Walter Toledo).

(B) — 500 réis de 1936, 1937, 1938 —

Bronze de Alumínio.

Nota: Todos êstes exemplares estão na Vitrine 53 da Sala Guilherme Guinle.

(C) — 500 réis de 1935 — (Nº 27)

Ensaio de pêso da moeda de 500 réis com o busto do Regente Feijó

Anv. e Rev. Serrilha estriada — Níquel —

Módulo: 22,5 mm. Pêso: 3,85 grs. Muito raro.

(D) — 500 réis de 1935 — (Nº 28)

Ensaio de pêso da moeda da 500 réis com o busto do Regente Feijó

Anv. e Rev. Serrilha estriada — Bronze de Alumínio

— Módulo: 22,5 mm. Pêso: 6 grs.

(E) — 500 réis de 1936 — (Nº 51)

Prova de cunho da moeda de bronze de alumínio com o busto do Regente Feijó. Alpaca — Módulo: 22,5 mm.

Nota: Todos êstes exemplares estão na Vitrine 54 da Sala Guilherme Guinle.

Sêlo —

Comemorativo do Padre Diogo Feijó — 1952 —

Filigrana: "BRASIL * CORREIO", 5 mm. Picot. II 1/2. 60 centavos. Côr castanho laranja.

Tiragem: 1 milhão.

Nota: No Album de Selos do Brasil existente na Divisão de Numismática, Condecorações e Filatelia do M. H. N. encontramos êste exemplar.

Obscrvação: Não foi encontrada nenhuma medalha referente ao Regente, embora tivéssemos pesquisado em várias obras especializadas sôbre o assunto.

BIBLIOGRAFIA

- Tarquínio de Sousa, Octavio — *História dos Fundadores do Império do Brasil* — Vol. VII — Diogo Antônio Feijó —
— 1957 — 2ª Edição —
- Egas, Eugênio — *Diogo Antonio Feijó* (Estudo) — 1912
— S. Paulo —
- Coleção das Leis — 1831 — 2ª Parte — Aditamento —
- Freitas, Affonso A. de — *Os despojos do Padre Feijó* —
Instituto Histórico de S. Paulo — São Paulo — 1918 —
- Moraes, Dr. Mello — *Necrologia de Feijó* — 1861 —
- Barroso, Gustavo — *Catálogo Geral do M. H. N. 1ª Secção:*
Archeologia e História — 1924 —
- Barroso, Gustavo — *A Arte Cristã no Museu Histórico.* —
Vol. IV dos Anais do Museu Histórico Nacional — 1947 —
- Bréhier, Louis — *L'art chrétien — La cathédrale de Reims*
—
- Orico, Oswaldo — *Feijó (O Demonio da Regencia)* — 1932
- Romero, Edgard de Araújo — *Catálogo das Moedas Brasileiras do M. H. N. República* — (Anais do M. H. N. —
Vol. XI — 1960) —



Reprodução colorida do quadro a óleo do Padre Diogo Antonio Feijó



Fig. 1 — Feijó por Auguste Sisson (Foto: João Oliveira Rocha)

TRATADO
 DAS OBRIGAÇÕES
 DA
VIDA CHRISIÃ,
 PARA O UZO DE TODOS OS FIEIS,
 Ou expozição das obrigações mais importantes
 do Christão, a fim de se desempenhar
 com Deos, para consigo mesmo, para com
 o proximo, e para com o seu estado,
Com varios exercicios de devoção,
 PELO PADRE DEOTRACREN-
 THEATIN. ref-
 TRADUZIDO DO GONC. de
 PELO CAPITÃO MANDR. DE SOUZA. a
 TOMO.



LISBOA,
 NA TYPOGRAFIA ROLLANDIANA. i-
 MDCCLXXIX.
Com licença da Real Mesa Censura p. 2-

Fig. 2 — Tratado das obrigações da Vida Christã (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 3 — à esquerda — Imitação de Cristo — à direita — Livro de orações — (Foto: João Oliveira Rocha)

M. Feijó

... a sua com satisfação, e agradavelmente
... bem feito, e creio vai inquietando mais
... o espirito, mas é tempo de inquietar-se, se
... não acalorá-lo um pouco proximamente p. outro
... enquanto a sua parte já lá se dá, e não
... a culpa q. isto na intervenção de Barros ou
... te pertencem, e p. si p. mais do Nuncio se
... poderia tentar alguma coisa, e isto em
... de, p. q. isto se não quer imitar os Países

... e seja feita, disponha sempre
... como quiser. Saud. ao Ex.º de Feijó
... Rio de Janeiro.

De seu pet.º afeto e c.

Diogo Antonio Feijó

Fig. 4 — Carta de Feijó ao Coronel Ferreira do Amaral (Foto: João Oliveira Rocha)

111

João Feijó
Dr. Feijó

Conheço q. os nomes circumstantes são cri-
ticos; mas p. p. m. ^{me} dimensão maior são
críticos; e muita cearia aberta não pode
diligenciar os seus serviços, corrig. N. B. já deu
de muito tempo. setim a' da proutado; e eu
so' com sempre sem. av. B. Brito e' q.
me animar a evitar sempre sua perada.

Opus sup. deve tachen p. informes
Bogelhe em. defava, Chiquin de con-
tinuar opus impuzo ate com servando;
eg. dar prout. de op. ineburo.

Dr. Feijó me al.

D. Feijó

Dr. Feijó

Fig. 5 — Carta do Padre Feijó então Ministro da Justiça ao Dr. Francisco Alves de Brito. (Foto: João Oliveira Rocha)

Constante ao Governo, q' V. M. aya' mltas de
encanato, por uja causa obvia breca, e urgente
a causa publico, q' V. M. a m'arique da Voz de Jij
de Pa' lig' e' propriatari, e q' dai' lig' e' decompuntem
Grma a lig' e' com' t'ome de Jij, q' V. M. por
immuta' e' a circo' ad' Imp'oz, participando a
Jij sig' e' p' f'ra intelligencia
Jo' e' a V. M. m' a' d' Palaco de Br' de Jij
de de Dezembro de 1831

Diogo Antonio Feijó

Dr. Francisco Alves
de Brito

Fig. 6 — Nova carta do Ministro Feijó ao Dr. Francisco Alves de Brito
(Foto: João Oliveira Rocha)

Caro

Estas noticias me dão muita satisfação e me
fazem ter a impressão de que a obra que se está fazendo
pouco a pouco se vai realizando. Bem se sabe que sempre se fez
que os seus trabalhos a V. Ex.^a e Sr. Desembargador. Quanto ao
desempenho da sua actividade, não só a intelligencia
e a arte de trabalhar grande auctoria. Entretanto pouco
pouco se vão fazendo os trabalhos que se vão fazendo
por elle e se vão fazendo. Os seus actos, e trabalhos são extensos,
e são a honra e gloria da sua vida. A sua actividade
de justiça, como sempre se manifestou, e passou; mais
se vão fazendo os seus actos de justiça, que lhe são sempre
como sempre se manifestou, e passou; mais se vão fazendo
os seus actos de justiça, e se vão fazendo. Quanto ao
quanto se vão fazendo os seus actos de justiça, e se vão fazendo.
Seu trabalho sempre se manifestou, e passou; mais se vão fazendo
os seus actos de justiça, e se vão fazendo. Quanto ao
quanto se vão fazendo os seus actos de justiça, e se vão fazendo.
D. F. Feijó

Fig. 7 — Carta de Feijó a um amigo, elogiando a atuação do Desembargador Nabuco no tempo em que o missivista foi Ministro da Justiça (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 8 — Botão de metal dourado do Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 9 — Emblema de bronze dourado do Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)

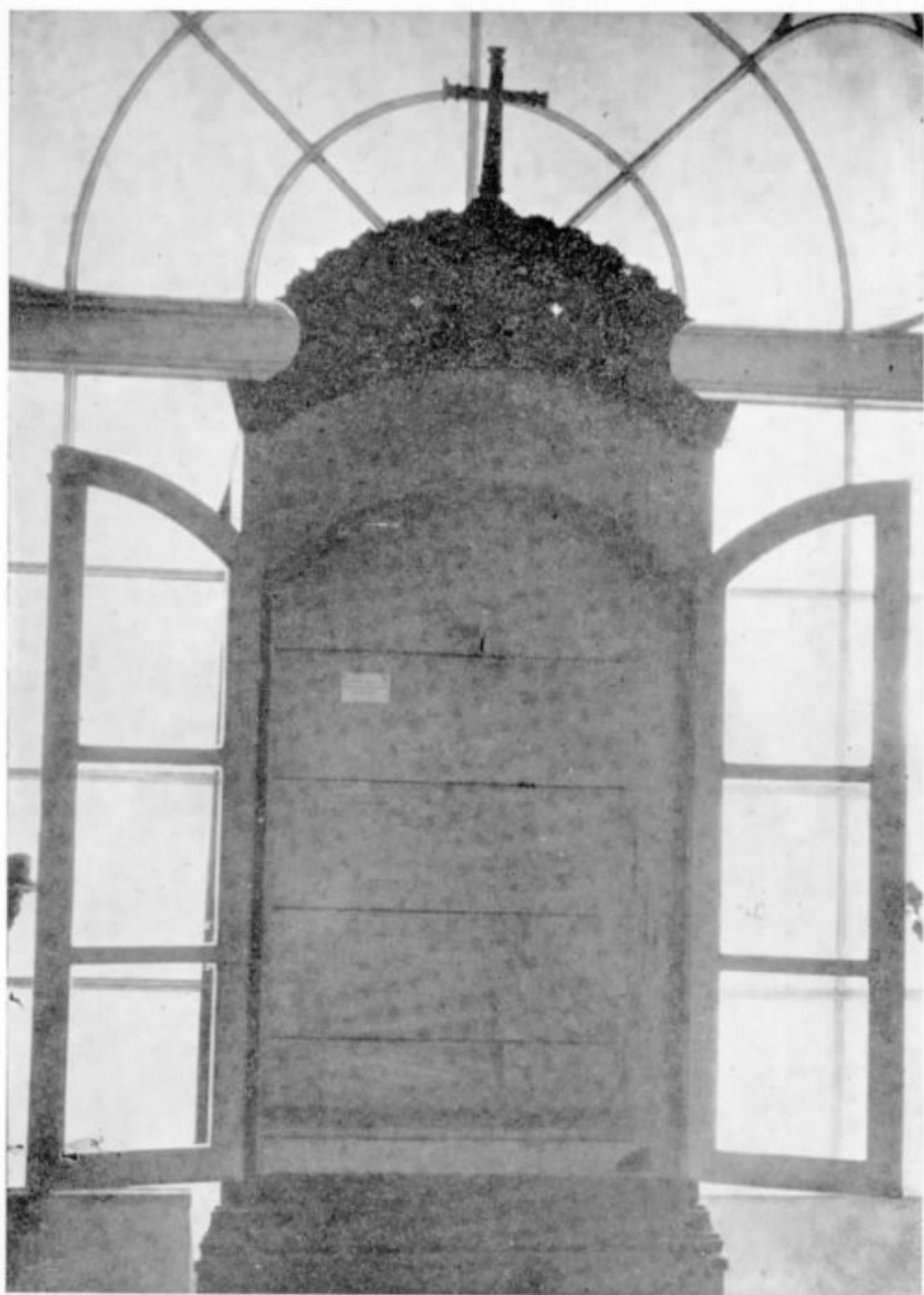


Fig. 10 — Oratório do Padre Antonio Feijó — Aberto — (Foto: João Olveira Rocha)



Fig. II — Oratório contendo as duas imagens do Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 12 — Crucifixo do Padre Feijó visto de frente (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 13 — Vista lateral do crucifixo do Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 14 — Nossa Senhora das Dores que pertenceu ao Padre Feijó
(Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 15 — Pêndulo — Armário do Padre Feijó
(Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 16 — Estojo com um faqueiro de prata pertencente ao Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)

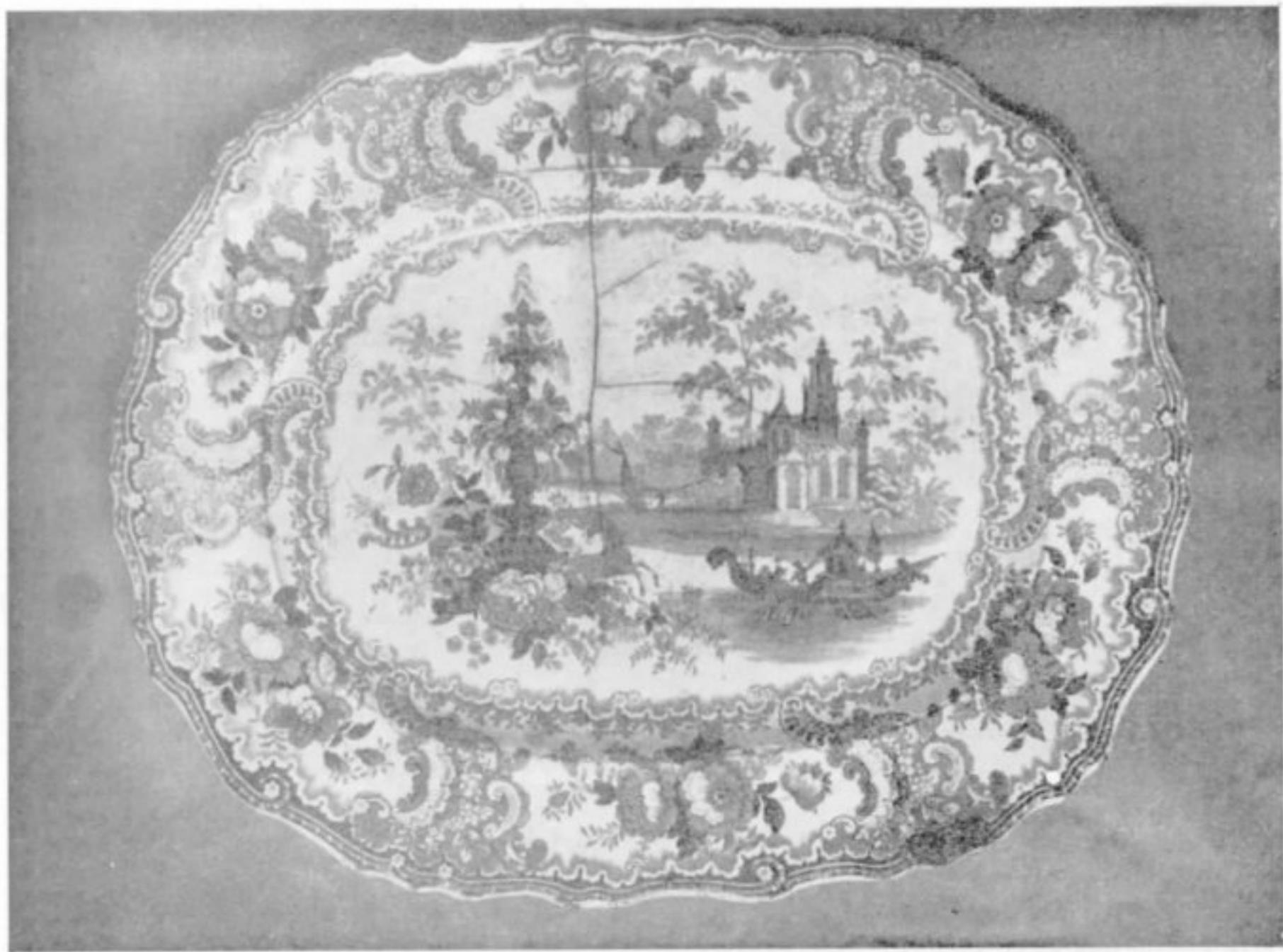


Fig. 17 — Travessa de porcelana inglesa Minton do serviço do Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)

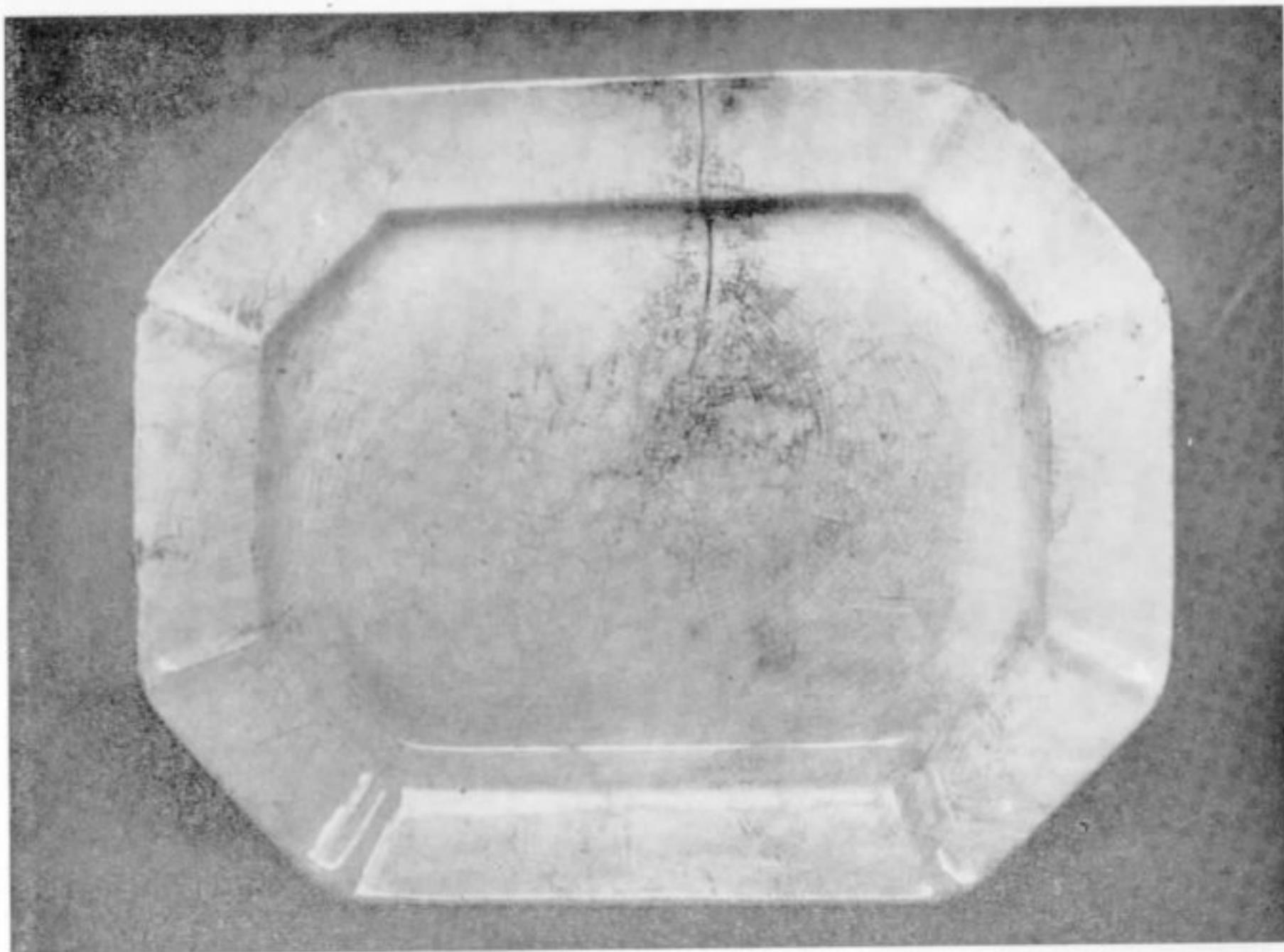


Fig. 18 — Travessa de porcelana Tunstall do serviço do Padre Feijó (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 19 — Cédula de 1 000 — Tesouro Nacional República
(Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 20 — Prova de Nota — Tesouro Nacional República
(Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 21 — Modelo aprovado — Banco do Brasil (Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 22 — Moeda de 500 réis de 1935 — Anverso
(Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 23 — Moeda de 500 réis de 1935 — Reverso
(Foto: João Oliveira Rocha)



Fig. 24 — Selo de 60 centavos emitido em 1952
(Foto: João Oliveira Rocha)

AS TAPEÇARIAS DAS ÍNDIAS

Joaquim de Souza Leão

Talvez o maior impacto para quem visitou a exposição "Os pintores de Maurício de Nassau", esplêndida iniciativa conjunta dos governos holandês e brasileiro que teve lugar em junho de 1968 no Museu de Arte Moderna, fôsse o produzido pela presença das monumentais tapeçarias das Índias que se destacavam contra a branca nudez da ala nova d'êste Museu: três das chamadas "Modernas" vizinhando com cinco das "Antigas". As primeiras vieram-nos de Paris e as segundas de São Paulo.

Ao descrever a América, em seu panegírico ao Conde de Nassau sentia-se o poeta e latinista Barlaeus estimulado por tudo o que lhe era nôvo: a terra, a gente, os bárbaros costumes... Igualmente ufano daquilo que trouxe do Brasil, concebeu seu patrono para decorar o palácio que acabava de construir na Haia, no coração mesmo da velha residência dos Condes de Holanda, um jôgo de oito painéis, tendo como tema os habitantes, as estranhas fauna e flora da América como da África, painéis que valeriam por uma alegórica exaltação do cenário atlântico de suas conquistas e iriam implantar na Europa o gôsto pelo exotismo. A idéia foi revestir de telas pintadas a totalidade das paredes de uma peça principal, ao estilo do que fazia van Campen para a famosa Sala d'Orange — o atual palácio real da Haia — gênero de decoração muito apreciado nos séculos dezessete e dezoito, principalmente na Holanda. Incumbido dessa decoração foi o pintor Albert Eckhout trazido, com seu companheiro Franz Post ao Brasil, por Maurício de Nassau.

Do Mauritshuis, escreveu o mesmo Barlaeus, em seu gongorismo: "a entrada de mármore... de cujo pórtico suspendeu (João

Maurício) para os letrados... pinturas e tapizes". Neste pórtico ou saguão, Guillaume Lamberty, testemunha ocular do incêndio que em 1704, devorou o palácio, louvara, em sua *História do Século XVIII*, os afrescos que subiam pelas paredes lisas da escadaria, obra, na certa do mesmo Eckhout, que, talvez, completasse a ornamentação pintando-lhe o teto renascentista com pássaros do Brasil, conforme o partido por êle adotado anos depois em um castelinho perto de Dresden (Hofloessnitz).

Como se sabe, Eckhout continuou ainda por algum tempo ao serviço do conde, quando Post já estava desligado desde 1645 ou 46.

Nomeado lugar-tenente do Príncipe Eleitor de Brandeburgo em seus feudos renanos, Maurício de Nassau cedeu-lhe em 1652, entre outras coisas do Brasil, aquelas grandes telas que êle talvez não tivesse chegado a armar enquanto habitou o seu palácio. Mas, arrependendo-se, recuperou-as em 1667 de Berlim, a fim de fazê-las copiar em tapeçaria. Incumbido da tarefa foi o tecelão Max van der Gucht, um flmngo estabelecido na Holanda (Haia e Delft), tarefa essa que foi executada no tempo *record* de quatro meses e em duplicata (nos Gobelins, cada um dêsses jogos exigiria de 1 a 2 anos para serem tecidos).

Mediam as ditas tapeçarias, como é de supor-se, os mesmos quatro metros de alto por aproximadamente três, quatro e cinco metros de largo, as dimensões que conhecemos dos respectivos modelos graças a uma correspondência do mesmo ano (1667), publicada pelo biógrafo de João Maurício, Ludwig Driesen (1848). Um daqueles jogos seria logo remetido para Berlim, em troca dos quadros. Sabe-se que agradaram a Frederico Guilherme, mas ignora-se o destino que tiveram. O outro guarneceu o Mauritshuis, como veremos, e seria, depois de falecido Nassau, trasladado para o solar da família em Siegen.

Se Barlaeus não se deteve a descrever-nos outras partes do palácio, existem plantas pormenorizadas e desenhos arquitetônicos do seu interior pelo grande arquiteto que foi Pieter Post, do mesmo decorador senão seu construtor. Conhecemos também a relação de uma visita, um tanto *surrealista*, à casa de Maurício pouco depois de sua morte, por Jacob van Hennin, brabantino de Antuérpia, publicada, em 1681, num livrinho que em resumo se intitula *Os cinco sentidos*. O capítulo relativo à *Vista* é uma curta descrição da Haia e de alguns de seus monumentos. Fica-se sabendo por essa raridade bibliográfica jamais citada, creio eu, que muita coisa trazida do Brasil e da África continuava ainda no palácio, a des-

peito dos três régios presentes que Nassau havia feito em vida de suas coleções, entre elas as tapeçarias. Removido êsse recheio para Siegen pelo sobrinho e herdeiro de João Maurício, lá iria perder-se noutro incêndio em 1695, deixando porém vestígio num inventário de 1690, em que vêm elas mencionadas.

Passemos a palavra a Hennin: "Vemos logo ao subir a escada... mouros e mouras, brasilienses, tapuias e outros selvagens... que são também canibais. Como adorno, abrem a fogo dois buracos na cara... tatuam os braços e pernas, também o corpo, com os mais caprichosos desenhos... As mulheres, impudicas... passam o tempo a mastigar raízes... preparando uma bebida que as faz dançarem e gritarem como gatos. Cá estão as aldeias, os engenhos, etc., tōda sorte de plantas, frutas e palmeiras; lá, a praça forte do Recife, outras vilas e fortalezas. Vejamos ainda as elegantes salas decoradas e mobiliadas com luxo. Cristais de rocha, lustres de âmbar, poltronas e cadeiras em preciosas madeiras do Brasil ou em negro ébano, com embutidos de marfim... Que ricos espelhos, que beleza de damascos e tapeçarias, estas de assuntos brasileiros e das Índias"! Ei-los reaparecendo, os tais tapizes! E, note-se, já sob o apelido das Índias, que os Gobelinos consagrariam: *La Tenture des Indes*. Sem mais precisão. O título pegou, prestando-se, aliás, à confusão entre Índias do Ocidente e do Oriente, isso por causa do tigre e do elefante, pelo visto, que nelas aparecem.

Tentemos visualizar em qual das salas do Mauritshuis poderiam ter sido acomodadas. Duas apenas, idênticas na planta pelas suas dimensões entram em consideração. Uma no primeiro pavimento que olha para o Vijver, o lago-viveiro sōbre o qual espelha o palácio sua fachada neo-clássica. Esta sala, porém, conforme os referidos desenhos de Pieter Post, apresentava então paredes seccionadas por pilastras, sustentando escudos heráldicos de alguns Nassaus ilustres, cujos retratos pendiam acima. Nichos guarnecidos de bustos, flanqueavam as chaminés monumentais. Não havia, pois, espaços livres para as tapeçarias. Apenas o correspondente salão nobre no piso superior, com seu alto pé direito e seus 14 por 9 metros, comportava os oito panos. Ali os espaços eram inteiramente nus como deixam ver os desenhos. Conferem êstes espaços com as tapeçarias, na altura como nas larguras, se convenientemente arrumadas; isto é: cabiam do lado da entrada, duas das mais largas e duas das estreitas em continuação, dobrando as esquinas até o ressalto das chaminés; do lado oposto, ficariam as outras estreitas entre os vãos das janelas, enquanto nos demais cantos entravam as quadradas. Assim, por sinal, está arrumada no palá-

cio do governo em Malta a única série completa das *Anciennes Indes*, e a única também reunida num recinto fechado, como no Mauritshuis.

Nassau, contudo, não ficara satisfeito. A rapidez com que a tarefa foi executada e seu baixíssimo preço — 12 florins a vara quadrada — parecem dar-lhe razão (nos Gobelinos o custo vai ser de 120 *livres* ou duas vezes e meia mais). A obra conhecida dêsse fecundo e *sapresto* artesão, Max van der Gucht, apresenta com efeito altos e baixos. Não é, pois, para surpreender que o príncipe aspirasse vê-la realçada pelos artistas parisienses da nova Manufacture Royale que Lebrun presidia e vinha se impondo no gênero como a suprema consagração da arte ornamental do século.

Acresce que embaraços financeiros devidos à guerra movida por Luís XIV contra os Brandeburgo, com a Renânia ocupada e Nassau privado de seus rendimentos, impeliam-no a agir. Irresistível fascínio, aliás, exercia em tãda a Europa a faustosa personalidade do soberano. Explica-se, pois, o presente: à ambição artística conjugava-se a esperança de uma contrapartida em contante. Assim, o que de melhor ainda guardava o príncipe de suas coleções brasileiras ia ser despachado para Paris: oito quadros grandes (os modelos de Eckhout) e 42 menores (29 dos quais, paisagens de Post), fora utensílios, armas e indumentária indígenas. Estiveram na exposição, seja dito de passagem, remanescentes dêsse presente: os referidos modelos, através das tapeçarias que os reproduzem, e seis das primeiras telas de Post, não só cronologicamente como as de mais valia, por serem as únicas que se conhecem pintadas no Brasil sob impacto do nôvo ambiente, tão realistas e pessoais.

Doente, João Maurício não podia apresentar-se ao Rei como era de seu desejo — palavras de lisonja — e pressentindo que se avizinhava o fim de seus dias, escreve-lhe de Cleve em fevereiro de 1679: “je prends la liberté de présenter à V. M. une curiosité à laquelle j'ai travaillé huit années en suite pendant ma demeure au Brésil, en sorte que V. M. verra de beau Pays qui n'a pas son pareille au monde, en pourtrait par diverses pièces (isto é, os oito *cartons*), représésentant les hommes, les bestiaux, oiseaux, poissons et fruits tout à la grandeur de vif, desquelles on pourra former una tapisserie la plus rare qu'on aye jamais vue, pour en meubler une grande salle ou galerie”.

Eis em resumo, a perfeita descrição dos quadros grandes, quais os conhecemos pelas tapeçarias. Que Nassau não se enganava quanto a seu valor decorativo, o tempo veio comprová-lo.

A emocionante história do presente constituiu, na verdade, uma das pesquisas que mais atenção despertou dos estudiosos

dêste capítulo da arte holandêsa, no Brasil como no estrangeiro. Desde José Higino, o primeiro a publicar parte da correspondência do príncipe com o Rei e seus ministros, correspondência que êle descobriu no arquivo da Casa d'Orange em 1885, juntamente com a lista descritiva dos quadros que acompanhou a remessa, do próprio punho de João Maurício; desde Souto Maior, que narrou em *Fastos Pernambucanos* seus bens sucedidos esforços por descobrir no Louvre, o que sobrara do presente, aos artigos que publiquei no *Anuário do Museu Imperial* e, recentemente, em *L'Oeil e Gazette des Beaux Arts*. No estrangeiro, desde Pannhuijs, que a resumiu para o Congresso Internacional de Americanistas (1924), desde Thonsen, em sua obra pioneira *Albert Eckhout* (1938), a Benisovich, no *Burlington Magazine* (1943) como na *Revista do Patrimônio* (1945) e a Mme. Jarry numa conferência pronunciada na Haia (1953).

Por êsse *dossier*, constituído de umas 60 cartas, vê-se o cuidado com que Nassau se preocupou em organizar e fazer chegar ao Rei sua coleção, incluída na bagagem de Colbert, plenipotenciário à paz de Nimega. Seus emissários em Paris relataram como foi a apresentação na Salle de la Comédie do Louvre, a visita que ali lhe fêz Luís XIV, o cco aprovativo da Côrte. A morte de seu amigo, o Marquês de Pomponne, seria um contratempo e êle faleceu sem ver a concretização do plano.

Maurice Fenaille, em sua monumental história dos Gobelinos, relata como foram finalmente encomendadas as tapeçarias, série que iria conhecer tamanho êxito, repetida dezenas de vêzes, durante mais de cem anos. Não há mesmo outro exemplo nos anais da tapeçaria. Com a saída de Lebrun (1685), verifica-se uma mudança nos estilos. De exclusivamente alusivos que haviam sido à gloria do Rei desde sua fundação em 1662 (*Les triomphes d' Alexandre, Les Maisons Royales*, etc.), passam a ser, de preferência, decorativos (*Les Musiques, Belles Chasses, Sujets de la Fable*). Abria-se assim a porta para os modelos de Eckhout. Reaparecia o Brasil em moda na França, um século depois de Villegaignon e Montaigne, nôvo capítulo a somar-se ao gôsto "índio"!

Os referidos modelos já haviam sido restaurados uma primeira vez em 1678, ainda no Mauritshuis, quando ali se preparava o despacho dos quadros para Paris. Tinham os mesmos ficado uns vinte anos mal acondicionados em rolos demasiados pequenos, pelo que, entre Haia e Berlim, e volta, as telas sofreram em viagem, descascando nas extremidades. É o que nos revela uma segunda correspondência do mesmo real arquivo, a qual, devido ao seu caráter administrativo havia até há pouco escapado aos historiadores

de arte. Iriam elas ficar ainda oito anos em depósito no *Garde Meuble*. Novos retoques foram necessários para a entrega aos teares.

Entre 1687 e 1730 seriam repetidos nada menos de oito vezes, sendo que os primeiros jogos — oito tapêtes — mediam 4 metros e 70 de alto, por isso chamados *Les Grandes Indes*, diferenciando-se dos três que se seguiram, *Les Petites Indes*, de 4 metros (incluídas as molduras). Uns panos eram quadrados, outros estreitos. As duas séries receberam uma sóbria cercadura de fôlhas de acanto corridas, sendo algumas tecidas em baixo liço e outras em alto liço, pelo que apareciam as figuras ora para a direita ora para a esquerda, segundo a diversidade da técnica.

Dêsses primeiros jogos, também conhecidos como *Anciennes Indes*, desapareceu grande parte; um por exemplo queimou-se totalmente no palácio de Inverno em Petersburgo (1837). O único jôgo completo é o que se encontra em Malta, como ficou dito. Peças avulsas pertencem ao *Mobilier National*, distribuídas entre ministérios e embaixadas. Quatro, provavelmente do primeiro jôgo, foram leiloados há dois ou três anos no Palácio Labia, em Veneza.

Encontram-se das *petites*, seis, em Berna. Os cinco do Museu de São Paulo provêm da Villa Medici e depois de Highcliffe Castle, adquiridas que foram, em Paris, do espólio napoleônico, segundo versão da família, por Sir Charles Stuart, embaixador na época da *Restauration*. Reuniu êle em seu romântico castelo néo-gótico em frente à ilha de Wight, precioso mobiliário do primeiro Império assim como rica livraria, inclusive de clássicos portugueses. É o mesmo Stuart que, antes de Paris, fôra ministro em Lisboa e em 1825 veio ao Rio, como mediador entre pai e filho (D. João e D. Pedro) negociar nossa independência.

Quando os originais de Eckhout gastaram-se nos teares com o freqüente manuseio, recebeu em 1735 o animalista François Desportes, que já os havia *raccomodé* em 1692, a incumbência de pintar novos modelos. Entre 1737 e 1741 expôs êle nos *Salons de l'Academie Royale* oito grandes e belíssimas telas, medindo 4 por 4 metros, hoje encontradas em museus provinciais (Gueret, Reims e Marseille).

Inspirado nos modelos primitivos, introduziu Desportes modificações na composição, adaptando-se ao gosto da época. *Rajeunit* foi a expressão por êle usada. Justifica-se, pois, o qualificativo de *Nouvelles Indes* que receberam as novas séries, também repetidas oito vezes, delas existindo uma série completa, no palácio episcopal de Praga, onde as Tapeçarias ocupam três salas, encastreadas em suas *boiseries rocaille*. Séries incompletas encontram-se

no Quirinal, em Viena e em Stuttgart, tôdas presentes régios. Também em Madrid: quatro no palácio Liria. Avulsas e de várias datas possui o Mobilier. Suas ricas molduras Luís XV, imitando madeira, apresentam os lírios da França nos cantos e as armas reais entre palmas, ao alto.

São controvertidas as opiniões sôbre o papel dos artistas dos Gobelins na preparação dos modelos. Acreditam alguns que também as *Anciennes* sejam obra dêles. Entretanto, sua participação, a julgar pelos têrmos do *Comptes des Bâtiments du Roi*, foi meramente: *réparé, retabli, nettoyé e raccomodé*, cada qual na sua especialidade. Em lugar algum é feita menção a novos *cartons*.

Os pagamentos recebidos por essas tarefas (2 102 *livres* em 1687, 3 000 em 1692) parecem, de resto modestos em comparação às 16 000 *livres* que Desportes cobrou entre 1738 e 1741 pelos novos modelos.

De mais a mais, as *Anciennes* conservam o espírito da obra firmada por Eckhout, qual o podemos apreciar nos três grandes painéis expostos no Museu de Arte Moderna, pela primeira vez saídos de Copenhagem. São em tudo semelhantes ao único *carton* das *Anciennes*, que sobreviveu algo deteriorado e guardam os Gobelins: *Le roi porté*. Isso tanto nas proporções quanto na composição, sendo lícito aceitar-se que se trata de um original de Eckhout. Houvesse a equipe de Lebrun realmente criado modelos novos, outros *cartons* do holandês teriam sobrevivido, já que não submetidos à usura dos teares. Como concluiu Madame Jarry, conservadora do *Mobilier*, na referida conferência de 1953, "é mais razoável deixar a Eckhout a responsabilidade inteira dêsses *cartons*".

Nas *Modernes*, Desportes deu livre curso a seu talento. Sem prejudicar a nota exótica, acrescentou êle novas plantas e animais que êle pôde estudar na *Menagerie du Roi* em Versailles, tais como pavões, aves do paraíso, etc. Todavia, respeitou os originais de Eckhout, como o demonstram numerosos estudos provenientes de seu *atelier*, conservados em Sèvres, que são cópias exatas das *Anciennes Indes* e dos desenhos aquarelados de Leningrad, que vieram igualmente para a exposição. É a zebra assaltada por uma onça, com um rinoceronte atrás, o cactus em flor com vários pássaros pousados.

Cabriolam tatus, misturam-se peixes e crustáceos, ramagens de coqueiros e jucas, tudo como nas *Anciennes Indes*. Mas, no que respeita à composição, as *Nouvelles* são mais arejadas, há mais

expressão e dinamismo. Estamos no século dezoito. Imitam estas a arte da pintura com maior riqueza de nuances, que, por vêzes, esmorecem, mas a frescura do colorido lhes comunica uma arrebatadora passagem do real ao irreal. É o que ressalta da comparação dos belos exemplares aqui trazidos. Como decoraram o grande vestibulo do museu e como, ao mesmo tempo, as favorecia a imensa parede alva com o necessário espaço e recuo! Em suma, umas e outras são das criações mais *réussies* dos Gobelins e foram o ponto alto da exposição.



Le roi porté

Modêlo de Eckhout para uma das *Anciennes Indes*



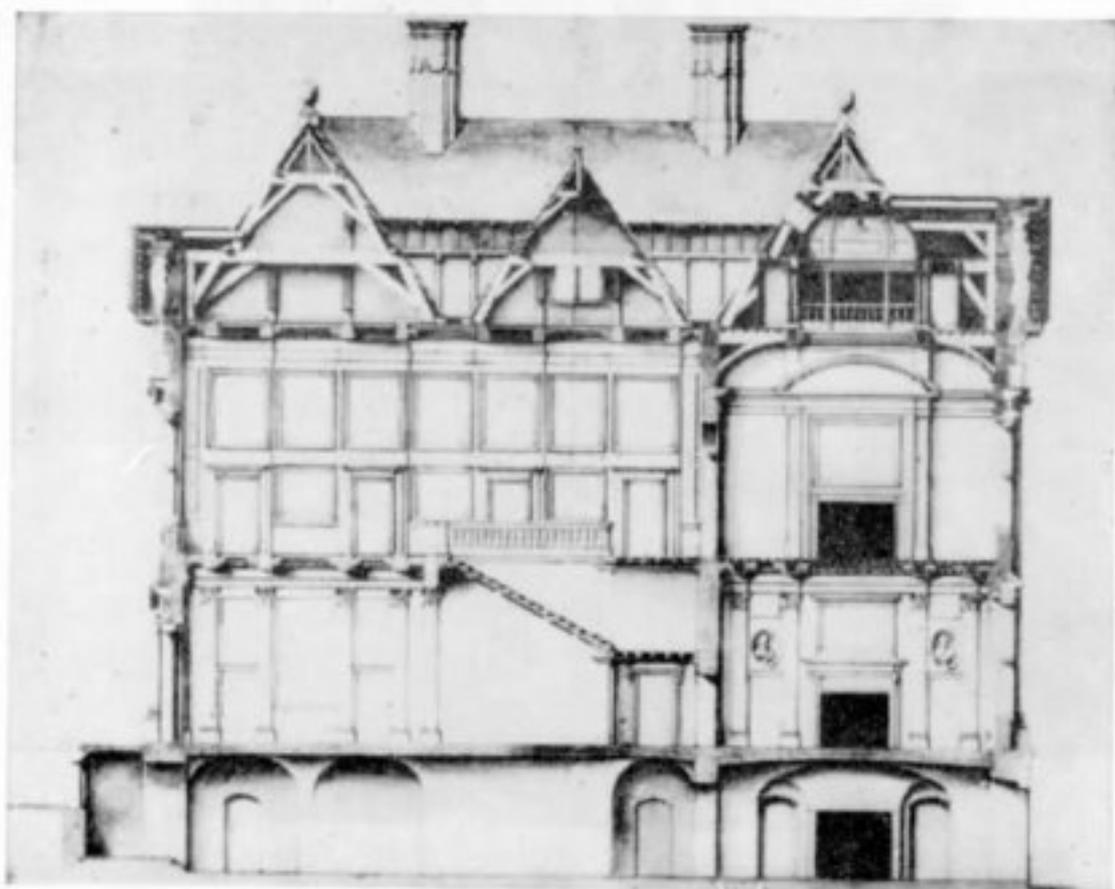
François Desportes
Estudos para as tapeçarias
Modernes Indes



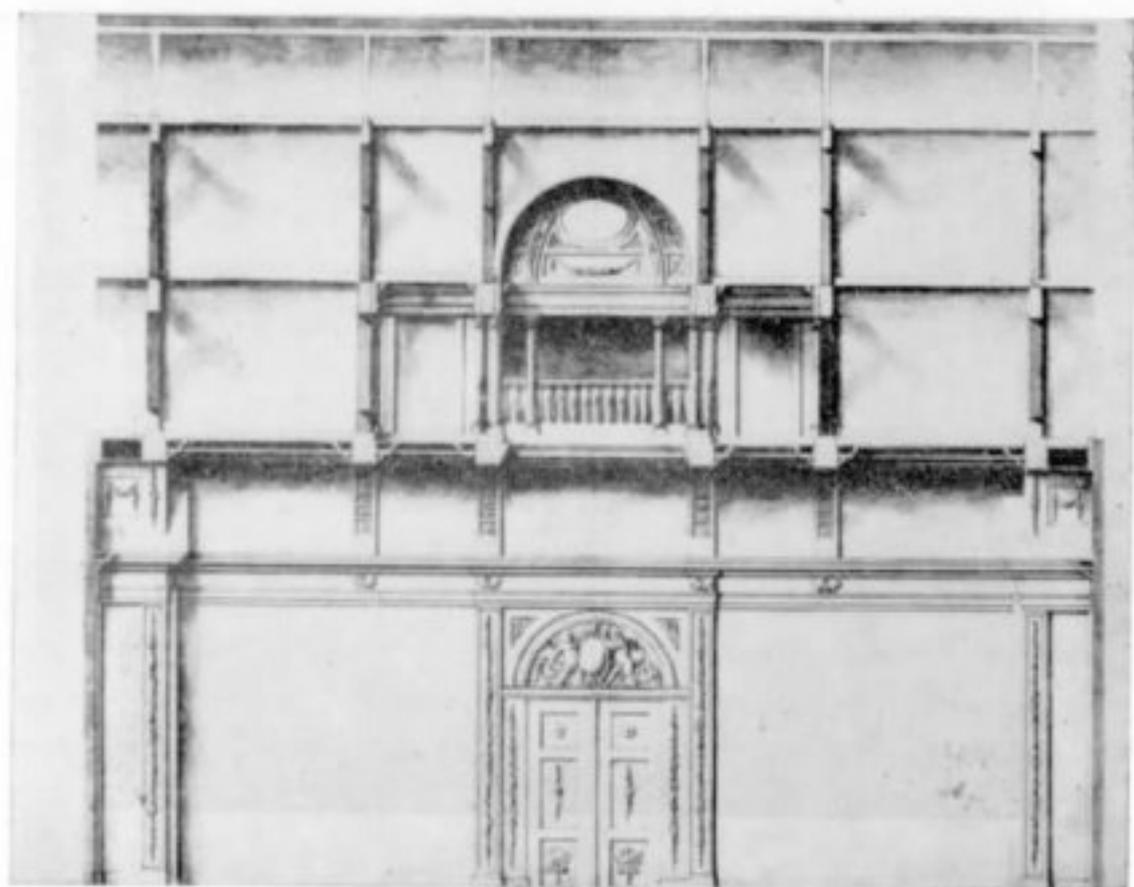
Sala do Conselho
Palácio do Governo, La Valetta (Malta)



François Desportes (1739)
Modêlo para a Tapeçaria
"O indio caçador"



Desenho de Pieter Post (1652)
Corte Transversal do Mauritshuis, Haia



Desenho de Pieter Post (1652)
Parede lateral do salão dourado (Mauritshuis)

AS CARTAS DE AMIZADE DO MARQUÊS DO LAVRADIO⁽¹⁾

Enéas Martins Filho

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Recente aquisição pelo Arquivo Nacional de dois volumes do copiador das *Cartas de Amizade* de D. Luís de Almeida Portugal, 5º Conde de Avintes e 2º Marquês de Lavradio, veio abrir novo campo de pesquisa para a História do Brasil durante o governo do 11º Vice-Rei (3º depois da mudança da sede do Estado para o Rio de Janeiro).

Êsses documentos, despidos da pompa e da convencionalidade do formulário epistolar oficial, permitem com um pouco de imaginação — e a imaginação, tanto quanto a pesquisa e a análise é indispensável para que se escreva a História, permitem evocar a figura do *vice-rei marquês*, passando, de coche ou a cavalo, com o seu séquito de *oficiais de sala*, acompanhado, talvez, pelo sargento-mor de engenheiros Francisco João Róscio, indo inspecionar, na direção de Mata Cavalos, as obras de atêrro e saneamento, entre os outeiros de Santo Antônio e de Pedro Dias, onde em breve, iria surgir a rua que, até hoje, conserva o seu nome.

Iniciamos assim esta evocação que vai ser feita através dos *copiadores* das Cartas de Amizade, escritas da Bahia e do Rio entre 5 de maio de 1768 e 12 de maio de 1776, preciosa coleção de documentos inéditos cuja recente aquisição veio enriquecer o já fabuloso acervo do nosso *Arquivo Nacional* e que a bondade de

(1) Conferência proferida sob o patrocínio do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 1966, no Auditório da Escola Nacional de Belas Artes e publicada neste volume dos "Anais do Museu Histórico Nacional" com autorização do historiador Pedro Moniz de Aragão, diretor do Arquivo Nacional.



Vice-rei marquês de Lavradio

meu muito prezado amigo e ilustre colega Pedro Paulo Moniz de Aragão incumbiu-me de apresentar.

Falei em documentação inédita e penso que a expressão não é exagerada, pois, que eu saiba, das cartas que constituem os dois novos Códices do Arquivo Nacional, apenas cinco pequenos trechos foram até hoje divulgados, no livro *O Vice-Reinado de D. Luís de Almeida Portugal*, publicado em 1942, pela Companhia Editôra Nacional e de autoria de D. José de Almeida, 6º Marquês do Lavradio.

Embora a figura de Lavradio seja bastante conhecida, peço permissão para traçar um breve resumo biográfico que servirá, quando mais não seja, para, como dizem os franceses, *camper nôtre personnage*.

Nasceu Luís d'Almeida a 27 de junho de 1729, na Quinta da Conceição, Julgado de Ribaldeira, província da Estremadura, Concelho e Comarca de Torres Vedras, no Distrito e Patriarcado de Lisboa.

Era filho de D. Antônio de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo, 4º Conde de Avintes e 1º Marquês do Lavradio que, além de Coronel do Regimento de Elvas foi Governador do Reino de Angola e 8º Vice-Rei do Brasil. Sua mãe, D. Francisca das Chagas era filha dos marquêses de Gouveia e irmã de D. José de Mascarenhas, duque do Aveiro.

Pizarro e seus continuadores e seguidores — que são muitos — comprazem-se em desfiar, com a volúpia de colonistas sociais de nossos dias, os nomes de Lavradio: D. Luís de Almeida Portugal Soares, Alarcão, Eça e Melo e Mascarenhas.

São, entretanto, modestos pois omitem os nomes de Pereira, Aguilar, Fiel de Lugo, Silva, Mendonça e Lencastre a que o vice-rei-marquês também tinha direito.

Esta lista de 13 sobrenomes, ou apelidos, pode servir para explicar a quantidade de "tios" e "primos do meu coração" que vamos encontrar entre os destinatários das CARTAS DE AMIZADE.

A 28 de julho de 1729 foi batizado na Ermida da Conceição, situada na Quinta do mesmo nome, por seu tio-avô o cardeal D. Tomas de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, tendo como padrinhos seus avós maternos.

Primogênito de família nobre e de tradição militar, era natural que fôsse encaminhado para a carreira das armas e, assim, em 1739, com apenas 10 anos, sentou praça como soldado, no Regimento de Elvas, do qual, como já vimos, seu pai era o coronel.

Diz o seu biógrafo que o pequeno Luís, desde logo, tomou parte nos exercícios militares da unidade. Não sabemos, entretanto, se a exemplo do sucedido a Turenne, nas muralhas de Sedan, adormeceu uma noite sobre a carreta de um dos canhões.

A ausência de seu pai, ocupado, aquém e além mar, no serviço d'El Rei, fêz com que a tarefa de educação de Luís de Almeida ficasse a cargo de seu tio, D. Tomas, Principal de Almeida, eclesiástico de saber e prestígio, que levou o zêlo pela formação intelectual do sobrinho ao ponto de provê-lo de um preceptor francês, cujo nome, infelizmente, o biógrafo de Lavradio não registrou.

Vale notar, entretanto, a grande influência que o tio exerceu sobre o sobrinho, influência essa que se revela através das 35 cartas que escreveu, da Bahia e do Rio de Janeiro ao "Tio e Senhor do Coração", dando conta de particularidades de sua vida, discutindo negócios de família, informando-o sobre os problemas de seu govêrno e pedindo-lhe sempre conselho e proteção.

Em 1746 foi armado cavaleiro por seu tio materno, D. José de Mascarenhas, Duque do Aveiro, o mesmo que, 13 anos mais tarde, iria expirar no patíbulo, no sangrento e sinistro epílogo da chamada *Conspiração dos Távora*.

Aos 20 anos, portanto em 1749, Luís de Almeida parte em viagem para aprimorar a educação. Visita Madrid e Paris e nesta última cidade permanece até depois da ascensão ao trono de D. José I.

Nada sabemos — pelo menos o seu biógrafo nada nos conta — sobre sua estada nas duas côrtes. Pode-se, entretanto, presumir que a passagem por Paris tenha influído na formação intelectual de Lavradio.

Na época, na capital francesa, ao lado da elegante e *rafinée* dissolução de costumes, fervilhava a atividade intelectual.

Luís XV reinava em Versalhes mas Voltaire pontificava nos salões de Paris, enquanto d'Alembert e Diderot davam os últimos retoques na *Enciclopêdia*, cujo primeiro volume iria aparecer em 1751.

O interêsse pelas ciências revelava-se através dos gabinetes de história natural e de física, organizados e mantidos pela aristocracia e é quase impossível que Luís de Almeida, vivendo nesse meio, ao qual tinha acesso *par droit de naissance* não tivesse sofrido sua influência.

E essas duas influências, a galante e a científica evidenciam-se durante a sua estada no Brasil pois, se por um lado, como reza a tradição carioca, *S. Ex. limpava as ruas mas sujava as casas*,

por outro, encorajava o desenvolvimento intelectual, através das *Academias* que promovia nos salões do Terreiro do Carmo e cuidava de fomentar a agricultura e animar uma incipiente indústria.

Correspondência oficial e *CARTAS DE AMIZADE* no-lo mostram tentando organizar companhias de capital misto, ao mesmo tempo que vemo-lo enviar à metrópole exemplares de plantas exóticas e animais para enriquecer pomares e as coleções de história natural.

A quinta de Oeiras, propriedade particular de Pombal, foi uma das mais bem aquinhoadas com tais remessas.

Mas a questão da influência cultural francesa sobre Lavradio é ponto que caberá aprofundar aos que se dedicarem ao estudo e análise das *CARTAS DE AMIZADE*.

Voltemos ao nosso personagem. A 29 de outubro de 1752, casou com D. Mariana Teresa Rita de Tavora, filha dos Condes de São Vicente e dêsse consórcio nasceram D. Maria Rosa, D. Francisca Teresa, D. Antônio Maximo (futuro 3º Marquês do Lavradio) e D. Joana, nomes que vamos encontrar, com muita frequência nas "Cartas de Amizade".

O terremoto de Lisboa, em 1755, e o atentado contra D. José I, em 1758, abalam física e moralmente o reino de Portugal e dos escombros dêsses dois abalos surge consolidado o prestígio de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O processo dos Tavora cinde a aristocracia. Os Almeida, apesar dos laços de parentesco que os ligavam aos Tavora ficam ao lado de Sebastião José.

Em 1759 estoura nova bomba: a expulsão dos jesuítas e logo a seguir, D. Antonio de Almeida, 1º Marquês do Lavradio, é nomeado 8º Vice-Rei do Brasil. Parte para a Bahia e aí falece, depois de menos de seis meses de govêrno.

Luís de Almeida torna-se então 5º Conde de Avintes e 2º Marquês de Lavradio e é nomeado Coronel do Regimento de Cascais.

Enquanto sopra sobre o reino a *buffera infernale* dos processos, intrigas e condenações e se implanta o regime da delação e da espionagem do *Gabinete de Abertura*, dedica-se Lavradio, com afinco, aos seus deveres profissionais, com tanto desvêlo e entusiasmo que, em breve, o seu Regimento de Cascais transforma-se na *légio prima inter pares* do exército português, recebendo como mercê, ter a palavra *EXEMPLO* bordada em sua bandeira.

Na Europa Ocidental alastra-se a *guerra dos 7 anos* na qual o Pacto de Família acaba por envolver a Península. Invadido Portugal marcha Lavradio para a frente de batalha onde, com brilho, serve sob as ordens do Conde de Lipe, o que lhe vale a promoção ao posto de brigadeiro de infantaria.

Entre 1763 e 1767, enquanto o processo do Padre Malagrida e outros de menor repercussão continuam aterrorizando Portugal, Lavradio mergulha numa *aurea mediocritas*, dedicando-se exclusivamente ao seu Regimento de Cascais e ao estudo e aplicação no novo Regulamento Militar preparado pelo Conde de Lipe.

Diz-nos o seu biógrafo que seu nome chegou a ser lembrado para o cargo de aio do primogênito da Infanta — a futura D. Maria I — mas que Pombal temendo que Lavradio, em tal posto, se tornasse um possível rival, fez com que ele fôsse para governar a Bahia.

É asserção que se funda, provavelmente, em documentação existente nos Arquivos da Casa de Lavradio. Dela não temos outra prova ou notícia. O fato é que a Carta Régia de 26 de agosto de 1767 nomeia Luís de Almeida Governador e Capitão General da Capitania da Bahia de Todos os Santos, para onde segue, a 24 de fevereiro do ano seguinte, a bordo da nau *Nossa Senhora Madre de Deus e São José*.

Em sua companhia viajavam outros dois novos governantes para capitánias brasileiras: D. José da Cunha Grã e Ataíde, Conde de Povolide, para a de Pernambuco e D. José Luís de Meneses, Conde de Valadares, para a das Minas Gerais.

Três bons administradores, embora maus marinheiros, como se pode julgar da carta que, em 5 de maio de 1768, Lavradio escreveu da Bahia, a seu tio, o Principal de Almeida, narrando as peripécias da travessia.

Interromperei, por um instante, este resumo biográfico para deixar que o Marquês do Lavradio, com suas próprias palavras, descreva os males e desconfortos dessa viagem de 42 dias:

“Fizemo-nos à vela dia 24 de fevereiro, sendo um vento tão escasso que não fôsse a grandíssima fôrça que tinha a corrente d’água não seria possível o deitarmos, nesse dia, fora da Barra. Porém, finalmente, saímos com muito bom sucesso e trouxemos até este pôrto de Pernambuco, em 6 de abril, com 42 dias de viagem.

Os primeiros 5 dias passei sem vomitar, porém, de tal forma ansiado e falto de minhas ações naturais que andava como insensato. No 5º dia para o 6º principiei a vomitar e me durou este penosis-

simo trabalho 11 dias, em que não pude nem por um só instante levantar-me da cama.

Passado este tempo levantei, porém, há dois dias de estar erguido me vi na precisão de deitar-me mais 3 dias. Depois que me ergui desta recaída não tenho tido insulto maior, porém, fiquei de tal forma enjoado que nem um só dia tenho deixado de ter a cabeça tonta. Os passeios que dou são trocando as pernas como bêbado. Nada que como me sabe bem. Finalmente eu julgo que tenho vindo sempre enjoado, ainda que estes senhores chamem a isto ter passado bem. E se este é o bem destas jornadas, julgue V. Ex. o que será o mal.

Temos feito nossa viagem com bastante felicidade e, enquanto a mim, milagrosamente, porque vindo nós muito chegados à costa, de que todos sempre fogem, que é a de Leste, não encontramos ao passar a equinocial nenhum daqueles descômodos que ordinariamente ali se encontram e, muito mais, quando se vem com uma navegação semelhante. Passamos sem trovoadas e nenhuma doença perigosa e seria coisa insuportável se chegassem junto a nós algumas das trovoadas que vimos ao longe, porque ao passar o Cabo de Palmas, onde eu julgo ser a bôca ou entrada do inferno, eram os horizontes todos cheios de trovoadas. Os relâmpagos medonhos, os trovões de um som desusado e, finalmente, se aquela boa festa se chega mais para nós, não haveria ninguém que se não pusesse metido no centro do inferno. O meu Vergne teve tal medo que se lhe fêz, de repente, junto a uma fonte, a maior parte dos cabelos daquela parte brancos.

Minha família tôda enjoou, uns mais do que outros. Francisco Antônio da Veiga (Veiga Cabral, futuro Conde de Mirandela) e o Físico Mor ainda chegaram aqui enjoados, porém, Francisco Antônio sempre muito mais, e este principiou o enjôo logo ao sair da Barra, porém, nunca perdeu a vontade de comer e o gôsto à galinha e ao caldo e isto lhe serviu de muito.

Os meus dois colegas Condes de Valadares e Povolide, o primeiro enjoou logo que saímos, vomitou horrorosíssimamente e havia dias em que vomitava cinco a seis vêzes, porém, com a felicidade que imediatamente acabava de vomitar entrava a comer com tanta vontade e gôsto que parecia que não tinha tido nada. Com este trabalho estêve 20 e tantos dias de cama, porém, já há dias que passa bem e saiu desta tormenta mais gordo.

O de Povolide passou os primeiros 12 dias sem enjoar e quando nos parecia que seria o único que passasse bem, veio-lhe um ataque de sua gôta reumática com grandíssima fôrça que o tem feito padecer infinito. Tive o gôsto que as minhas prevenções lhe

fôsem de utilidade porque o não consentir o meu médico que êle se sangrasse, o grande uso que lhe fêz fazer do leite de minhas burras o obrigou a umas tais descargas que êle confessou que nunca as tivera maiores, nem recebera semelhante alívio em tão pouco tempo. Finalmente, ficou bom, de forma que já estêve capaz de ir tomar posse de seu govêrno”.

Voltemos, entretanto, ao nosso resumo biográfico.

Lavradio permaneceu 11 anos e alguns meses em terras do Brasil — ou da América, como êle escreve — como Governador da Bahia de 19 de abril de 1768 a 14 de outubro de 1769 e como 11º Vice-Rei do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, de 4 de novembro de 1769 a 5 de abril de 1779.

Não entrarei em detalhes sôbre êsse que pertence à Grande História e minha incumbência, hoje, é tão-sòmente apresentar as Cartas de Amizade. Direi apenas que em 1774 Lavradio foi promovido a Tenente-General dos Exércitos de S. M. F. e que, terminando seu período de govêrno foi chamado para o Conselho da Guerra, escolhido para Presidente do Desembargo do Paço, nomeado Vedor de S. M. a rainha e Governador da Tôrre de São Julião da Barra, cargo que exerceu até sua morte, em 2 de maio de 1790.

Passamos, agora, a falar sôbre as

CARTAS DE AMIZADE.

Os dois Códices números 1 049-1 e 1 050-1, do Arquivo Nacional, são copiadores de cartas particulares escritas por Lavradio, como já tive oportunidade de mencionar, entre 5 de maio de 1768 e 12 de maio de 1776, a parentes e amigos residentes em Portugal, em África, nos Açores e no próprio Brasil.

São, ao todo, 566 cartas, sendo 139 escritas da Bahia, entre 5 de maio de 1768 e 13 de outubro de 1769 e 427 escritas do Rio de Janeiro, entre 6 de novembro de 1769 e 12 de maio de 1776.

As primeiras 388 cartas constituem o Códice 1 049-1 e as 178 restantes o Códice 1 050-1. Vê-se, assim, que 70% das cartas foram escritas num período de 4 anos e 2 meses, enquanto que os 30% restantes estendem-se pelo período de 6 anos e 7 meses.

Registra-se, portanto, um decréscimo do que poderemos chamar de densidade epistolar, explicável pelo aumento das atividades administrativas do Vice-Rei, muito maiores e muito mais amplas que as de um simples Governador de Capitania, complicadas ainda pela Guerra no Sul, bem como pelo desaparecimento de alguns

dos correspondentes de Lavradio, tais como Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho e Mendonça — irmãos de Pombal — com os quais muito se carteava — que morrem nos primeiros meses do período de govêrno do nôvo Vice-Rei.

Nota-se, igualmente, que a partir de 1769 e especialmente depois de 1772, diminuiu sensivelmente o número de cartas para Portugal, crescendo a correspondência com os governadores das Capitâneas do Sul, por motivos que teremos oportunidade de analisar, um pouco mais adiante.

É para lamentar que os Códices não abranjam todo o período da estadia de Lavradio em terras do Brasil e que faltem, justamente as relativas ao período final do seu govêrno no qual se inclui a *viradeira*, quando a habilidade de Lavradio deve ter sido submetida a uma dura prova.

Dela, aliás, saiu-se brilhantemente, pois apesar de ter sido um dos *homens de Pombal*, a quem em várias Cartas de Amizade chama de "seu segundo pai" ou de "seu único protetor" conseguiu, depois da morte de D. José e da queda do ministro, manter-se ainda por dois anos à testa de um govêrno que, com razão, êle mesmo qualifica de *maior pôsto do Império*.

É verdade que, graças a uma sábia política de alianças matrimoniais, era sogro de D. José de Noronha, filho do Marquês de Angeja, grande favorito de D. Maria I e sucessor — ao menos nominal — de Sebastião José.

As cartas contidas nos dois Códices são mais officiosas do que prôpriamente íntimas, embora aí apareçam algumas com essa natureza (casamento das filhas, questões financeiras particulares e conselhos ao filho, D. Maximo e a seus dois genros, os condes de Vila Verde e de Tarouca).

Mas, na sua maioria, são cartas para justificar uma attitude, amparar um projeto ou uma proposta ou para manifestar o ponto de vista pessoal do Vice-Rei sôbre determinado problema político ou administrativo.

A título de exemplo citarei a carta escrita da Bahia, em 1 de maio de 1769, a D. Maria Madalena de Mendonça, irmã de Pombal e prioreza do convento de Sta. Joana em Lisboa, na qual Lavradio pede as preces da comunidade para apressar o seu regresso do Brasil.

É uma forma elegante, discreta e indireta de fazer chegar aos ouvidos do todo-poderoso Ministro a expressão de um desejo que, oficialmente, Lavradio não podia nem devia manifestar.

Aliás, é o próprio Lavradio quem nos dá a tônica dessas Cartas de Amizade quando escreve a João Gomes de Araujo, em dezembro de 1768: "nas minhas contas sou obrigado a dizer e informar como governador mas... nas minhas cartas, como Marquês do Lavradio (posso) implorar os bons ofícios de meus amigos..."

Entretanto, nem só para implorar, serviam tais cartas. Eram sobretudo utilizadas para exprimir, mais livremente, opiniões e pontos de vista puramente pessoais que, sem quebra da imparcialidade que se impunha ao Vice-Rei, não podiam ser expressos em correspondência oficial.

Por exemplo: em determinada carta oficial Lavradio encaminha uma lista de oficiais da tropa regular, aguardando promoção. Nesse ofício cinge-se, estritamente, aos dados oficiais exigidos. Mas, na mesma data, escreve ao primo, D. Tomás da Silveira e Albuquerque, membro do Conselho da Guerra, para esclarecer que um dos candidatos, justamente o que encabeçava a lista, por reunir mais antigüidade e tempo de serviço "não presta para nada, é muito mole, preguiçoso, não tem inteligência e é miserável..."

Mostra êste caso o interêsse que haverá em comparar a correspondência oficial com a correspondência de amizade para que através de tal comparação possa-se formar um juízo real sobre a época do 11º vice-reinado, dos seus homens e dos seus problemas.

As cartas de amizade oferecem um vasto campo de pesquisa, pois os problemas de ordem administrativa, jurídica, militar, econômica, social e financeira do Brasil são ali expostos sem restrições nem rebuços e despidos do que talvez possamos chamar de *manto diáfano* da linguagem oficial.

Os médicos encontrarão um campo de pesquisa interessante, não só para o estudo dos assuntos ligados à saúde pública que ali são abordados como encontrarão, também, minuciosa descrição dos males, achaques e *perebas* que de quando em vez atormentaram a pessoa de S. Ex. o Vice-Rei Marquês, incluindo detalhes de uma operação de pequena cirurgia: a extração de um bicho-de-pé.

Os genealogistas, por sua vez, encontrarão amplas oportunidades de estudo para deslindar os parentescos e alianças da Casa de Almeida, através do estonteante enxame de tios, primos, irmãos e sobrinhos *de meu coração* com quem Lavradio se carteia.

Quanto aos estudiosos de nossa História Militar estou certo que encontrarão também farto material ao estudar na longuíssima carta dirigida, em 21 de outubro de 1774 a Antônio Carlos Furta-do de Mendonça, então Governador da Capitania das Minas Ge-

rais, que é um comentário minucioso e altamente instrutivo das ordens oficiais expedidas para a organização do contingente mineiro destinado à Campanha do Sul.

Vejam os, entretanto, alguns detalhes de natureza mais íntima e pessoal que reponham nas cartas aos amigos mais chegados, especialmente nas dirigidas ao tio, o Principal de Almeida e a D. Lourenço José de Brotas de Lencastre e Noronha, Conde de Prado (futuro 5º Marquês de Minas) seu companheiro e amigo verdadeiramente íntimo.

É sobretudo interessante comparar o tom das cartas dirigidas ao tio-sacerdote com as destinadas ao amigo e companheiro "roué et bon vivant".

Da leitura das cartas ao Principal de Almeida tem-se a impressão que Lavradio, tanto em Salvador como no Rio de Janeiro levava uma vida austera, ocupada unicamente com o bem público e com deveres de seu cargo, afastado do mundo, suas pompas, suas glórias e... suas tentações.

Das segundas, entretanto, surge imagem bem diversa.

Em uma delas, escrita da Bahia, Lavradio agradece ao primo do coração, ter *liquidado* satisfatoriamente um problema deixado por ele, em Lisboa, relacionado com uma jovem que o contexto da carta nos permite deduzir tratar-se de uma bailarina francesa. Infelizmente, no copiador, foi deixado um espaço em branco após a palavra *Mademoseille*. Possivelmente Lavradio ao ditar a carta omitiu o nome da jovem, devendo tê-lo preenchido de próprio punho ao assiná-la.

Em outra carta, ao mesmo destinatário, depois de abordar dois ou três tópicos de natureza militar, passa a descrever ao *primo do coração as dulcinéas dêste país ardentíssimo* e entra em detalhes que é preferível ouvir em suas próprias palavras.

"Êste país, meu Prado, é ardentíssimo. As mulheres têm infinita liberdade. Tôdas saem, à noite, sós. Andam quase nuas a pouco mais de meia cintura para cima, porque as camisas são feitas com tal desgarre que um ombro e o peito da mesma parte necessariamente aparece todo. Saem de chinelas e de todo êste modesto preparo podes tu tirar a conclusão do que se seguirá.

Tu, neste país, não te bastariam nem os meus conselhos nem o meu modesto exemplo, nem, finalmente, as tuas experiências para te não arruinarem em breve tempo. Só se fôres Governador, porque êsse, ainda que queira ser mau, não tem um instante que possa ser seu".

Daí a dois anos, escrevendo do Rio de Janeiro, ao mesmo correspondente, diz-lhe que as dulcinéas cariocas são *marchetadas de jacarandá* e entra em detalhes anatômicos sobre a região torácica das referidas dulcinéas, detalhes estes que me permito omitir.

Vejam, agora, um exemplo da utilização das Cartas de Amizade como "cobertura" de decisões tomadas por Lavradio num caso de invasão de prerrogativas eclesiásticas que gerou um atrito com o Primaz do Brasil.

Forçado a agir para evitar que manifestações de fanatismo religioso ameaçassem o sossego e a ordem pública, Lavradio escreve a Paulo de Carvalho e Mendonça, irmão, padre, de Pombal, a quem, apesar de uma diferença de quase 20 anos de idade trata de *meu Paulo*, dizendo-lhe que recebeu notícias do "desacôrdo do miserável Bispo de Coimbra (D. Miguel da Assunção) indagando "quando haveremos de ver extinto o abominável fanatismo" e acrescenta: —

"Nesta Capitania, graças a Deus estou livre desta peste. Já aqui teve uma ocasião de querer aparecer uma profetiza e alguns pregadores indiscretos, porém de estalo, os fiz acabar e contarei o caso: — Sentindo-se na noite de 1º de agosto de 68 às 9 horas para as 10 um grande abalo de terra, repetido este segunda vez pelas 11 horas, se amotinou com o susto todo este povo; abandonando as casas e saindo para os campos entraram a espalhar as mesmas vozes que em Lisboa, de mar de fogo e finalmente, que se acabava o mundo.

Saí imediatamente... e logo encontrei um pregador querendo absolver a todos, fazendo grandes exclamações e dizendo mil ignorâncias. Mande-o calar dizendo que... se tornasse a desanimar-me o povo eu o iria recolher onde êle não mais aparecesse...".

Passados alguns dias chegou-me a notícia de que uma Freira dizia que o castigo não parava aí. Mande a Prelada que a metesse em um cárcere a pão e água, por uns poucos dias e que se tornasse a profetizar eu a meteria em prisão muito mais rigorosa, até que visse cumprida a sua profecia.

Isto os atemorizou e emendou de tal forma que não há nem fumos desta maganagem e assim espero que venha a suceder na Europa, em se acabando de persuadir que as gentes não são tão tolas nem tão ignorantes como os abomináveis Jesuítas as tinham feito".

"Deus nos ponha em sossego que já não há paciência para sofrer semelhante casta de gente".

O Arcebispo da Bahia reclamou dessa atitude drástica como podemos deduzir de outras cartas de Lavradio, mas o Marquês como vimos, soubera apadrinhar-se e tudo terminou sem maiores danos.

As cartas de Lavradio no-lo mostram, igualmente atormentado por uma saudade crônica e impenitente: na Bahia suspira por Lisboa, no Rio tem saudades da Bahia e se viessemos a conhecer suas cartas de amizade posteriores a 1779 talvez o víssemos chorar saudades do Rio de Janeiro.

Chegando à Bahia suspira por "um quartinho no Campo de Santa Clara" e queixa-se do "fedor de catinga e raposinho que enche o ar", lamentando estar entregue "a negros, macacos e mais sevandijas, que são os com que tenho de lidar neste Mundo Nôvo para onde a Providência me destinou...".

Em suas primeiras cartas do Rio, escritas em novembro de 1769, já fala, entretanto, com saudades das belezas do recôncavo, achando que "mais vale o recanto menos público da Bahia do que esta magnífica cidade... rodeada de montanhas inacessíveis, que fazem uma vista sumamente desagradável...".

E logo a seguir felicita o seu sucessor por lhe ter cabido "por sorte assistir na melhor parte da América, pois se tivesse a infelicidade de vir ao Rio de Janeiro, então é que conheceria que coisa é clima a gente infernal" pois o Rio "é uma feira de gente grosseira onde vêm assistir alguns casquilhos para se divertirem em ver o concurso das gentes que vêm a ela".

E esclarece "estas gentes grosseiras são tôdas as que vão e vêm das Minas e os casquilhos os homens que aqui se acham estabelecidos, nos quais não reina mais que uma grande fofice e patarata".

E insiste em chorar suas saudades quando escreve a Miguel Serrão de Diniz, chanceler da Relação da Bahia, dizendo-lhe que "é tão grande a minha paixão que, um destes dias, contando-se-me que haveria um papagaio que continuamente estava repetindo "Viva a Bahia" o mandei logo comprar e acomodar ao quarto onde assisto", acrescentando que as "vozes do papagaio" tinham o dom de irritar os cariocas que recebia em audiência.

É também bastante cruel — ao menos nos primeiros tempos — nos seus comentários em relação às cariocas, pois informa ao mesmo Serrão que estas, nas ocasiões solenes, usam vestidos de veludo "que datam do tempo do Conde de Bobadela... e tenho admirado a bela arte com que têm sabido conservar tão preciosos móveis".

"As senhoras ou belezas desta terra... tenho-as visto, frequentemente, na Ópera aonde creio que os seus confessores as mandam ir, assim elas como os maridos, em satisfação de suas culpas e pecados, porque cada uma delas se acha no seu camarote, com o seu marido, ambos em grandíssima melancolia".

Mas a par disto nos dá uma brilhante descrição do "luzimento das festas" com que foi celebrada a sua chegada e posse, festas que duraram cinco dias e que terminaram com corridas de toiros.

E o seu pessimismo e o seu desânimo traduzem-se em outras cartas onde fala na "incomparável preguiça do Brasil" causa de ter achado este País "com pouco mais adiantamento que aquêle que lhe estabeleceu Pedro Álvares Cabral".

Até aqui, perlustrando as cartas dos primeiros anos de Brasil do Vice-Rei Marquês, tracei, talvez uma imagem pouco lisonjeira e um tanto pessimista de D. Luís de Almeida.

Seria injusto à sua memória um juízo formado exclusivamente pelos sentimentos íntimos que exprimiu nesta primeira fase.

Homem enérgico, dotado de cultura e com idéias largas, fruto, porventura, de seus contactos com os meios "eclairés" de França, reagiu e reagiu brilhantemente.

Procurou sacudir o torpor e o marasmo em que encontrou a terra, organizou a Campanha do Sul com todo o entusiasmo do militar que ama a sua profissão e o fruto desses esforços está bem registrado pelos resultados do censo que mandou realizar, em 1777, na Capitania do Rio de Janeiro, verdadeiro levantamento dos recursos econômicos da região e pelo famoso Relatório sobre o seu Govêrno que deixou em mãos de seu sucessor, Luís de Vasconcelos e Sousa.

Merece, igualmente, atenção e destaque, a sua correspondência pessoal (suas cartas de amizade) aos governadores das Capitanias da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Sta. Catarina, explicando seus planos e procurando convertê-los às suas idéias, pois o seu título de vice-rei, como escreveu o Conde d'Estaing, no plano para Invasão do Brasil em 1762 — que tive a honra de descrever, há pouco, no Instituto Histórico, era "une prééminence purement honorifique".

Para a obter, Lavradio não podia simplesmente ordenar, tinha primeiro que CONVENCER. E disto tenho a prova nas cartas de amizade, escritas aos Governadores "seus caros colegas", especialmente a partir de 1773.

Em 27 de novembro de 1790, a "Gazeta de Lisboa" publicava uma correspondência do Rio de Janeiro dizendo que o Senado da

Câmara e a Nobreza, logo que ao Brasil chegou a notícia de ter falecido "o Marquês do Lavradio, Vice-Rei que foi do Estado do Brasil e Capitão General daquela Capitania, em testemunho público de seu agradecimento, pela afabilidade e honra com que aquêlê Fidalgo tratou a todos, e pelo zêlo e atividade que num govêrno de 10 anos promoveu sempre os interêsses do mesmo Estado, fazendo adiantar a sua agricultura, dando valor a novos gêneros do país e animando e facilitando o comércio de exportação, resolveu fazer celebrar, pela sua alma, suntuosas exéquias, oficiando o Bispo Diocesano, ao som de boa orquestra de Música Vocal e Instrumental... recitando elegante e patética oração fúnebre o Reverendo Padre Mestre Frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho".

Os seus contemporâneos, o que é raro, compreenderam e deram valor aos esforços e à obra do grande Vice-Rei — Chefe militar, que se revelou, também, um grande administrador Civil.

Hoje, que as "Cartas de Amizade" de Lavradio estão de volta à Cidade onde foram escritas, cabe aos nossos historiadores estudá-las e analisá-las, para que êsse estudo e essa análise corroborem o juízo do "Senado da Câmara e da Nobreza" do Rio de Janeiro", fazendo surgir a verdadeira figura de Lavradio — nem anjo nem demônio — simplesmente homem, com tôdas as fraquezas e virtudes que o têrmo encerra.

E êsse estudo colocará Luís de Almeida Portugal, no lugar que lhe cabe na História desta Terra, na qual tanto lutou, tanto trabalhou e tanto fêz: "Por el Rei, Pela Lei e pela Grey".

SÃO PEDRO, UMA IGREJA DO BRASIL NO EGITO.

Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

O Brasil e o Egito, dois países tão distantes, mas que em virtude do interêsse de D. Pedro II, pela terra dos Faraós, tornaram-se espiritualmente próximos no que diz às tradições e ao seu passado, — estão em hemisférios opostos, mas em latitudes idênticas, a partir do equador, com clima e com muitos problemas, como o das sêcas, para resolver. — A grande admiração do Imperador D. Pedro II pelo velho Egito, é conhecida; realizou duas memoráveis viagens àquele país, em 1871 e 1876, tendo planejado uma terceira para 1888, que não chegou a efetuar. — Tudo quanto era possível conhecer sobre o Egito, D. Pedro II conhecia, inclusive existiam várias múmias no Museu do Rio de Janeiro, adquiridas por D. Pedro I a um mercenário em trânsito pelo Rio, sendo algumas delas extremamente raras e valiosas. — Essas múmias, durante milênios, desafiaram o tempo em sua terra, mas, na Guanabara, dentro de poucos anos, tornaram-se vítimas e alimento predileto do nosso terrível “cupim”. —

O nosso segundo Imperador, que, em suas duas viagens ao Egito, nos deixou anotações parciais (1) sobre sua viagem de 1876, mantinha contactos permanentes com os egiptólogos da época. Poucos, entretanto, sabem que o Imperador do Brasil tinha uma Igreja que lhe era dedicada em Alexandria, na qual, em tôdas as Missas, era lembrado, e que, no dia 2 de dezembro de cada ano, era celebrada uma Missa solene em sua intenção. ²

A Igreja de São Pedro, que existe até hoje em pleno funcionamento, tem, como centro e origem, a família dos Condes Debbané. O Conde Miguel Debbané, cidadão napolitano (³) era cônsul geral das Duas Sicílias no Egito, e, com a queda daquele

Reino, ficou repentinamente sem o seu cargo, que devia, talvez, dar-lhe maiores despesas do que rendas, mas que, todavia, lhe proporcionava uma posição de destaque. Com a queda do seu Rei, Francisco II, o Conde Debbané lembrou-se de que uma princesa do Reino das Duas Sicílias era Imperatriz do Brasil. — Não sabemos se Debbané se dirigiu à Imperatriz, ou qual terá sido o caminho seguido, o fato é que, em 19 de Dezembro de 1867, o encontramos Cônsul Geral do Império do Brasil. Assim, dirigia-se êle, em francês, naquela data, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio Coelho de Sá Albuquerque:⁴ “Alexandria, 19 de Dezembro de 1867.”⁵ Senhor Ministro, tenho a honra de expor a Vossa Excelência que a Capela Consular, atual, me parecendo demasiadamente pequena, tenho o projeto de mandar fazer u’a maior e mais rica, às minhas custas, em Alexandria, em terreno que me pertence, junto ao meu edifício consular; a mesma será dedicada a São Pedro, Patrono de nosso Imperador,⁶ e conservará, perpétuamente, o nome de Capela Consular do Império do Brasil, e, colocada sob a proteção brasileira, *manterá para sempre, nestas paragens, a lembrança gloriosa*. Cada dia, a missa será celebrada para a conservação dos dias de Sua Magestade o Imperador, de Sua Magestade a Imperatriz e da Família Imperial, e a cerimônia anual, para a qual nós celebraremos a festa patronímica⁷ de sua Magestade, adquirirá mais esplendor e mais solenidade. Portanto, eu vos peço, Senhor Ministro, se vós aprovais minha proposta, de ser o intérprete da mesma, junto ao nosso Soberano. Se eu fôr suficientemente feliz de obter, por vossa benevolência, a alta sanção Imperial para o projeto que tenho a honra de vos submeter, de m’a participar, para que eu possa, imediatamente, mandar começar os trabalhos, vos seria profundamente reconhecido”. Esta simpática iniciativa encontrou eco imediato no Brasil e, no dia 6 de fevereiro de 1867, o Ministro comunicava a Debbané a autorização Imperial. Começou-se a preparação do terreno e, no dia 2 de dezembro do mesmo ano, foi colocada a pedra fundamental,⁸ na presença, como convidado de honra, do Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, que se encontrava, de passagem, em Alexandria. Como o Conde Debbané pertencia ao Rito Grego-Unido, rito católico que está sendo praticado, não somente no Oriente, mas também nos Balcãs e na Rutênia, bem como em certos lugares da Itália Meridional, os Católicos Ítalo-Gregos, a Igreja Consular de São Pedro foi consagrado naquele rito. Sobre a colocação da primeira pedra, o Conde Debbané enviou ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, o futuro Visconde do Rio Branco,⁹ pormenorizado relatório em francês, o qual transcrevemos, pois, deve ter sido

a primeira cerimônia solene e pública, relativa ao Brasil no Egito: "Senhor Ministro,¹⁰ — O aniversário da Sua Magestade, o Imperador, graças à ajuda das circunstâncias, foi celebrado êste ano com uma solenidade completamente nova e estou feliz de poder relatar o acontecido a Vossa Excelência. No dia 2 de dezembro, desde manhã, seguindo o hábito, as bandeiras de tôdas as Potências Estrangeiras, representadas no Egito, estavam hasteadas nos edificios consulares, e as do govêrno egípcio nos fortes da cidade e nos navios de guerra ancorados no pôrto. Às oito horas, uma Missa solene foi celebrada na Capela Consular, por Monsenhor Joanikios, Arcebispo de Palmyra, Representante, em Alexandria, de Sua Grandeza Monsenhor o Patriarca do Rito Greco Melkita, rodeado pelo seu Clero. Eu assisti a esta cerimônia em grande uniforme, com os funcionários de meu Consulado Geral. No meio das numerosas pessoas que vieram para juntar-se ao cortejo consular, tenho satisfação de poder mencionar Sua Excelência o Senhor Christiano Benedicto Ottoni, Membro do Conselho de Sua Magestade o Imperador, que se achava de passagem por Alexandria. Estava feliz de poder, tão longe da Mãe-Pátria, participar da celebração do aniversário de nosso bem-amado Soberano e de encontrar em nós corações que batiam, em uníssono, com o seu. Após o Te Deum de Ação de Graças, que se seguiu à Missa e as orações de conservação dos dias de SS. MM. o Imperador, a Imperatriz e todos os Membros da Família Imperial, eu aclamei três vêzes o nome do Imperador, no meio de calorosos aplausos da assistência. Por fim, para aumentar a repercussão da cerimônia, eu tinha escolhido aquêl dia solene para colocar a primeira pedra da capela, *a qual, a meu pedido, o govêrno do Imperador me autorizou a mandar construir sob a sua proteção.* Por consequência, às dez horas, na saída da Missa e do Te Deum, me dirigi, com Monsenhor o Arcebispo e todos os assistentes, ao terreno ao lado do meu jardim, onde as fundações da futura capela tinham sido preparadas para as circunstâncias, tendo tido lugar a colocação da primeira pedra, conforme demonstra o verbal, do qual Vos remeto a cópia em anexo.¹¹ A assistência era numerosa e, durante tôda a cerimônia, uma banda de música, especialmente convocada para a festa, se fazia ouvir no meio de explosão de petardos. Esta cerimônia imponente deixará no espírito de todos aquêles que dela participaram, uma lembrança indelével. Tomei tôdas as medidas necessárias para que os trabalhos sejam conduzidos ativamente, de modo que, dentro de um prazo próximo, o edificio, iniciado sob tão felizes auspícios, se transforme em realidade. Eu reuni, para um grande banquete, o Senhor Conselheiro Ottoni, os funcionários

do meu Consulado Geral e algumas pessoas distantes. Vários "toasts" foram levantados à saúde de Sua Majestade o Imperador, que foram acolhidos com entusiasmo. Tenho que mencionar que, no mesmo dia, Sua Excelência Ibrahim Bey veio em uniforme, em nome de S. Excia. o Senhor Ministro a. i. dos Negócios Estrangeiros do Egito, no Cairo, me apresentar as felicitações do Governo Egípcio. Eu ousou acreditar, Senhor Ministro, que a descrição acima terá plenamente satisfeito a Vossa Excelência e eu Vos pediria de levá-la ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador e depositar aos pés do seu Trono as minhas humildes felicitações. Eu ficaria realmente feliz de saber que o Nosso Augusto Soberano se dignou aprovar esta fraca demonstração do meu zelo e do meu respeitoso acatamento".

Assim transcorreu o dia 2 de dezembro de 1868, no Consulado Geral do Brasil, em Alexandria. Além do texto francês inserido na pedra fundamental, foi feito também um em língua árabe que fala sobre a origem, o destino e caracteres desta Igreja, sendo a primeira parte uma espécie de autobiografia do Conde Debbané, bem como uma confirmação de suas idéias políticas.¹² Ao mesmo tempo, Debbané fez uma fundação, cuja administração era destinada sempre a um membro de sua família e a qual deveria zelar pela manutenção da Igreja de São Pedro.¹³ Também o Arcebispo de Palmyra, Monsenhor Joanikios, juntou um ato declaratório que, igualmente, foi inserido na pedra fundamental e na pedra que ficou debaixo do altar mor.¹⁴

Dois anos exatamente decorreram da festa do lançamento da primeira pedra, quando, no mesmo dia e mês do ano 1870, a Igreja já foi inaugurada, para mais uma vez coincidir com o aniversário do Imperador.

As cerimônias da consagração foram, desta vez, oficializadas por Sua Grandeza Monsenhor Gregorius Youssef, Patriarca de Antiochia, de Alexandria, de Jerusalém e de todo o Oriente, sendo que em pouco diferiram das de 1868, pois, houve música, bandeiras hasteadas, salvas, banquete, brindes, etc. No fim do seu relatório ao Ministro do Exterior,¹⁵ Debbané sublinha que "a Igreja é a única, no Oriente, que ostenta a bandeira do Brasil, estando digna, sob todos os pontos de vista, de representar nosso longínquo país e nosso grande Império." O Patriarca Gregório, também não deixou passar a oportunidade e, para comemorar a grande data, fez uma longa proclamação.¹⁶

Nesta Igreja foi celebrada, também, uma Missa em ação de graças pelo êxito das nossas tropas na guerra do Paraguai.

Os anos foram passando, o Consulado devia ter feito outras cerimônias suntuosas naquela Igreja do Brasil, no Oriente. Encontramos referências¹⁷ da visita dos Imperadores, quando de sua viagem ao Egito em 1871, à Igreja que tinha sido dedicada a São Pedro "Príncipe dos Apóstolos", pois, o de Alcântara os orientais pouco deviam conhecer. Em 1906, o Capelão da Igreja foi nomeado Cônego Honorário da Catedral do Salvador, na Bahia, por Dom Jerônimo Tomé da Silva.

O tempo foi fazendo, também, sua obra de destruição na Igreja de São Pedro, na qual foram sepultados, não somente seu construtor, mas vários membros da Família Debbané.

Em 1912, o Conde Nicolas Debbané realizou uma conferência¹⁸ no Instituto Egípcio, sobre D. Pedro II no Egito, baseando-se no Diário do Imperador, na viagem ao Alto Nilo.¹⁹ Este fato e mais a apresentação de Oliveira Lima, valeram-lhe a eleição a sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 23 de Agosto de 1912.²⁰ Nicolau Debbané, que foi o terceiro Administrador, depois de Miguel e José Debbané, faleceu no Rio de Janeiro, em 1937. O seu sucessor foi o seu irmão, Conde Ferdinand J. Debbané, arquiteto ilustre em Alexandria. O mesmo, verificando o estado precário em que estava a Igreja construída por seu avô, resolveu restaurá-la nos anos de 1955 a 1957. Durante estes trabalhos de restauro, a Igreja foi ampliada, em virtude do número de fiéis ter aumentado consideravelmente. Conservou-se, porém, apaixonadamente, o estilo, mudando-se as entradas, que passaram a ser laterais, tendo sido aplicado na fachada lateral o escudo do Brasil República. No dia 7 de julho de 1957 tiveram lugar a reinauguração e a benção do novo altar realizada por Monsenhor Elie Zoghby, Arcebispo Titular da Núbia, Vigário Patriarcal Geral do Egito e Sudão e numeroso Clero. Um cântico bizantino, vindo especialmente do Cairo, cantou a Missa, em maior parte em língua árabe. Retomando a velha tradição esteve presente o Embaixador do Brasil e Senhora Carlos Maximiano de Figueiredo e o Secretário da Embaixada e Senhora Faust Cardona, que presidiram, com o Conde Ferdinand Debbané, a cerimônia de reabertura do templo. Foi assinado um pergaminho pelos presentes, bem como Monsenhor Zoghby pronunciou uma significativa homilia.²¹

A Igreja de São Pedro, construída graças à generosidade da Família Debbané, constitui, até hoje, um marco, um monumento ao Brasil, nas longínquas terras do Egito.

O Conde Miguel Debbané, sobre o qual o Brasil tanto fascínio exerceu, e cujo entusiasmo por D. Pedro II foi tão acentuado, merece a gratidão e o reconhecimento do povo brasileiro.

NOTAS

- (1) — Dom Pedro II — Viagem ao Alto Nilo, em 1876 = Publicado pelo Dr. Afonso de E. Taunay, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 72, 2ª parte, pág. 217, 1912. —
- (2) — Devemos parte da documentação que nos possibilitou a publicação deste trabalho, ao Ministro Faust Cardona, que serviu como Secretário e Encarregado de Negócios no Cairo, na época da restauração da Igreja de São Pedro. — Queremos, de público, externar os nossos melhores agradecimentos ao prezado Diplomata e Amigo. —
- (3) — A Família Debbané é de origem síria, tendo um ramo se fixado em Nápoles. — Faltam maiores detalhes, inclusive sobre a concessão do Título de Conde. — O Conde Miguel Debbané iniciou sua vida como comerciante, tendo reunido sólida fortuna. —
- (4) — Conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, nasceu na Freguezia de Muribeca, Pernambuco, a 18 de Outubro de 1821. Faleceu a bordo do vapor "Paraná", em frente à costa da Bahia, a 22 de Fevereiro de 1868. — Presidente das Províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia e convidado para o Rio Grande do Sul, que deixou de aceitar. — Ministro de Estado da Agricultura e Estrangeiros. — Pernambucano dos mais ilustres. — Maiores detalhes no Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres, Francisco Augusto Pereira da Costa, Recife, 1882. —
- (5) — Ofício Nº 28 — Correspondência Consular de Alexandria de 1867. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
- (6) — Debbané, como católico-ortodoxo, não conhecia São Pedro de Alcântara, daí dedicar a Igreja a São Pedro Príncipe dos Apóstolos "Patrono do Imperador". — A Igreja foi, portanto, dedicada, por engano, a São Pedro Apóstolo. —
- (7) — Confusão de Debbané, queria dizer aniversário. —
- (8) — Ofício nº 15, de Debbané a José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Assuntos Estrangeiros, de 9 de Dezembro de 1868. — Ministério das Relações Exteriores. —
- (9) — José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, a 20 de junho de 1870 — Archivo Nobiliarchico Brasileiro, Barão Smith de Vasconcellos, Lausanne, 1918. —
- (10) Ofício nº 15 de Debbané a José Maria da Silva Paranhos, Ministro dos Assuntos Estrangeiros, de 9 de Dezembro de 1868. Ministério das Relações Exteriores.
- (11) — O teor do verbal francês é o seguinte: "Chancelaria do Consulado Geral do Brasil no Egito. — Extrato dos Atos Públicos, Anexo nº 1 ao despacho nº 15, de 9 de Dezembro de 1868, do Consulado "No ano de mil oitocentos e sessenta e oito, terça-feira, dois de dezembro, às dez horas da manhã. Nós, Conde De Debbané, Cônsul Geral do Brasil no Egito, assistido de Sua Grandeza Monsenhor Joannikios, Arcebispo de Palmyra, representante de Sua Grandeza o Patriarca do Rito Grego Melchita e acompanhado de Sua Excelência o

Senhor C. B. Ottoni, Membro do Conselho de Sua Magestade o Imperador do Brasil, de passagem por Alexandria, assim como dos Funcionários do meu Consulado Geral e diversos assistentes, todos, abaixo assinados. Após haver assistido à Missa solene, celebrada por Monsenhor Joanikios, em honra do dia do aniversário de Sua Magestade o Imperador do Brasil, nos dirigimos ao terreno onde deverá ser construída a Capela de São Pedro, e, lá chegando, descemos, com o Monsenhor, na abertura feita para as funções e nos encontramos, no lugar indicado para o altar da dita capela, Monsenhor tendo recitado as orações do costume e tendo dado a sua bênção, nós colocamos a primeira pedra da capela acima citada, a fechando com pá e massa. Em seguida, nós redigimos o seguinte verbal, em três originais, para que seja, com nossa declaração em lingua árabe, anexado e um depositado em uma caixa de metal branco e incluído na primeira pedra, o segundo fechado na nave da citada capela e o terceiro para ficar nos Arquivos do Consulado Geral do Brasil em Alexandria. Os três originais, após terem sido lidos em alta e boa voz foram selados com nosso sinete consular e firmado por nós, por Monsenhor Joanikios e por todos os acima citados, em Alexandria, no dia, mês e ano mencionados.

Assinado:

Conde Miguel Debbané (L.S.)

Joanikios, Arcebispo de Palmyra, Representante de Sua Grandeza o Patriarca de Alexandria, Cairo e Dependências.

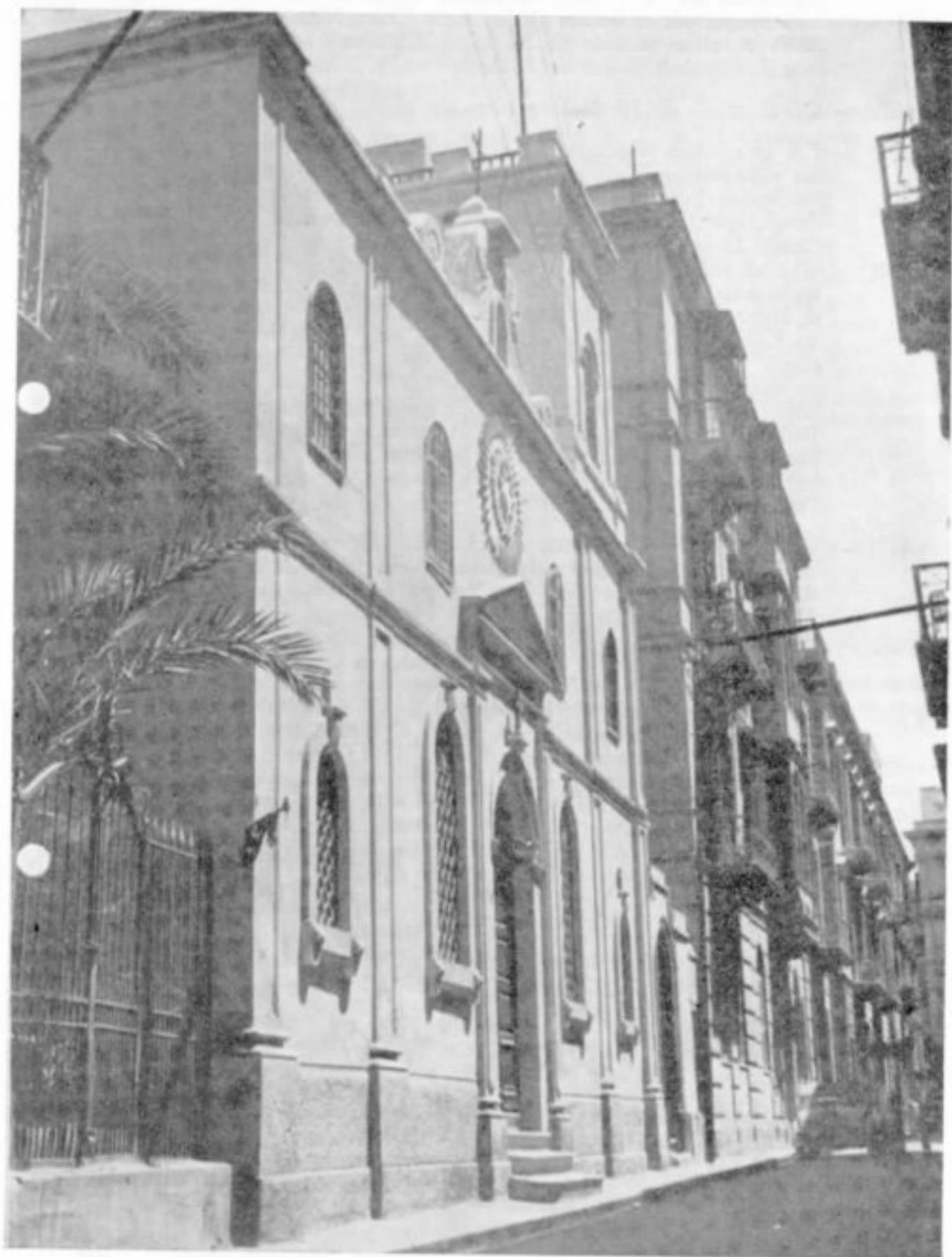
Christiano Benedicto Ottoni
etc. etc.

- (12) — Não conhecemos o texto em lingua árabe, que parece ter sido mais de caráter particular, biografia do Conde Miguel Debbané, origens familiares, etc.
- (13) — Na mesma ocasião do lançamento da pedra fundamental, o Conde de Debbané tomou várias disposições, entre as quais o Art. V dizia: "Cada dia, durante o Santo Sacrificio, que será celebrado no Altar-Mor, se mencionará o nome de Sua Magestade o Imperador do Brasil, e, cada ano, no dia de aniversário de seu nascimento, se celebrará uma Missa solene em intenção de sua Magestade, para proteção de sua Augusta Pessoa e da Família Imperial, porque Ele é o protetor desta Igreja e o defensor dos seus direitos".
A Igreja tinha, além do Altar-Mor, dedicado a São Pedro, o Altar ao lado do Evangelho, dedicado ao Arcanjo São Miguel e o da Epistola à Anunciação de Nossa Senhora.
- (14) — Na proclamação oficial que o Arcebispo Joanikios fez na ocasião, podemos destacar o que se segue: "...Nós, em virtude dos poderes que nos são conferidos no Egito, celebrando a festa de Sua Magestade o Imperador do Brasil, terça-feira 2 de dezembro de 1868, após ter celebrado a Santa Missa na Capela provisória, instalada na casa de S. E. o Conde, procedemos, seguindo as regras litúrgicas de nosso Rito Grego, a colocação da primeira pedra, *Em Nome do pai e Do Filho e Do Espírito Santo Amem*. Na pedra agora colocada, foi colocada uma caixa contendo declaração feita pelo Conde, pelo presente ato, uma relíquia da verdadeira Cruz, com os textos litúrgicos exigidos e as relíquias dos Grandes Santos Miguel, Joanikios, Panteleimon, Hilário, e seus Companheiros.

Feito sob o Império de Sua Magestade Fidelissima Dom Pedro II, Imperador do Brasil, no XXIIº ano do evento de Sua Beatitude Gregorius José ao Trono Patriarcal de Antióquia, de Alexandria e de

Jerusalém, do VII^o ano da subida ao Trono de Constantinopla de Sua Magestade o Sultão Abdul Aziz Khan, filho do Sultão Mahmoud Khan e sob o reinado de S. A. o "Khédive" Ismail Pacha, filho do falecido Ibrahim, filho de Mohamed Aly...".

- (15) — Ofício nº 7, de 10 de Dezembro de 1870.
- (16) — Em sua longa alocução, o Patriarca Gregorius, entre outras coisas, diz o seguinte: "Nós dirigimos nossas palavras e nossos agradecimentos, muito justamente merecidos, a Sua Magestade o Imperador do Brasil, que Deus proteja aquêle que, concedendo a Sua Excelência o Conde Debbané, Cônsul Geral do Brasil, a nacionalidade Brasileira, o acumulando de honras e dignando-se de colocar sob a Sua Alta Protecção esta Igreja, tem feito um favor a tōda nossa comunidade, que se honra ela mesma de tōdas as honras e todos os favores concedidos ao Conde Debbané". E ainda: "Que esta Igreja tendo sido perfeitamente terminada e ornamentada, o fundador por sua solicitação de 19 de dezembro de 1867, obteve pela autorização de 6 de fevereiro de 1868, a colocação da Igreja sob a protecção de Sua Magestade Dom Pedro II, Imperador muito Cristão e muito Poderoso do Brasil, o Soberano que ama tanto a Deus, que, por esta razão, o Altar Mór foi dedicado ao Patrono de Sua Magestade o Imperador do Brasil, São Pedro, Príncipe dos Apóstolos".
- (17) — O Historiador e eminente Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Prof. Francisco Marques dos Santos, em seu belo trabalho "Aspectos da primeira viagem dos Imperadores do Brasil à Europa e Egito (1871-1872) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 188, pág. 55 a 91, 1945, nos relata que, quando de Sua chegada, os Imperadores do Brasil, seu genro, o Duque de Saxe, assim como o irmão dêste, o Príncipe Philippe, foram recebidos ao chegar em Alexandria, a bordo do Puhna, no dia 28 de outubro de 1871, entre outras altas autoridades, pelo nosso Cônsul Conde Miguel Debbané. Sōmente ao deixarem novamente o Egito, parece que os Monarcas visitaram, como diz Marques dos Santos: "No dia imediato, 11 (de novembro de 1871), depois de visitar o jardim do nosso cônsul, Conde Miguel Debbané, partiram para Brindisi, às dez horas e um quarto, a bordo do vapor Ceylon". Nos jardins de Debbané, que tanto mencionava em suas cartas aos ministros dos Negócios Estrangeiros, estava já inaugurada a Igreja de São Pedro, que, evidentemente, D. Pedro II e a Imperatriz devem ter visitado.
- (18) — Conferência publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 75, 2^a parte, pág. 131, 1912. —
- (19) — Dom Pedro II = Viagem ao Alto Nilo, em 1876 = Publicado pelo Dr. Afonso de E. Taunay, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 72, 2^a parte, pág. 217, 1912.
- (20) — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 75, 2^a parte, 1912.
- (21) — "Le Lien" — Revue Grecque — Catholique, Année XXII, N^o 2, Aôut 1957, 165 Av. Ramsés — Cairo.



IGREJA DE SÃO PEDRO Alexandria — Egito — Fachada principal em seu estado Original. (Foto Racine, 13. Rue Stambul. Alexandria)



IGREJA DE SÃO PEDRO — Alexandria — Egito — Fachada principal, após os trabalhos de restauração e reforma parcial de 1955 a 1957. (Foto Racine, 17, Rue Talaot Harb Pacha, ex-Rue Sтамbul, Alexandria).



IGREJA DE SAO PEDRO — Alexandria — Egito — Vista das entradas laterais em seu estado atual. (Foto: Petraki)



IGREJA DE SÃO PEDRO — Alexandria — Egito — Detalhe de uma das entradas laterais em seu estado atual. (Foto Petraki)



IGREJA DE SAO PEDRO — Alexandria — Egito — Vista para o Altar-Mor, em seu estado atual. A grade foi colocada após a reforma de 1955-57. (Foto Petraki)



IGREJA DE SAO PEDRO Alexandria — Egito — Vista geral da nave da Igreja em seu estado atual. Os icones e o Altar pertenciam a antiga Igreja inaugurada em 1870. (Foto Petraki)



IGREJA DE SÃO PEDRO — Alexandria — Egito — Vista do Altar-Mor, em direção ao côro e à antiga entrada principal. (Foto: Petraki)



IGREJA DE SÃO PEDRO — Alexandria — Egito — Vista de uma das saídas laterais. (Foto Petraki)



IGREJA DE SÃO PEDRO — Alexandria — Egito — Visão do corredor da Sacristia (Foto Petraki)

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DAS TELECOMUNICAÇÕES, NO BRASIL E NO MUNDO

por José Jansen

Primórdios e desenvolvimento no mundo

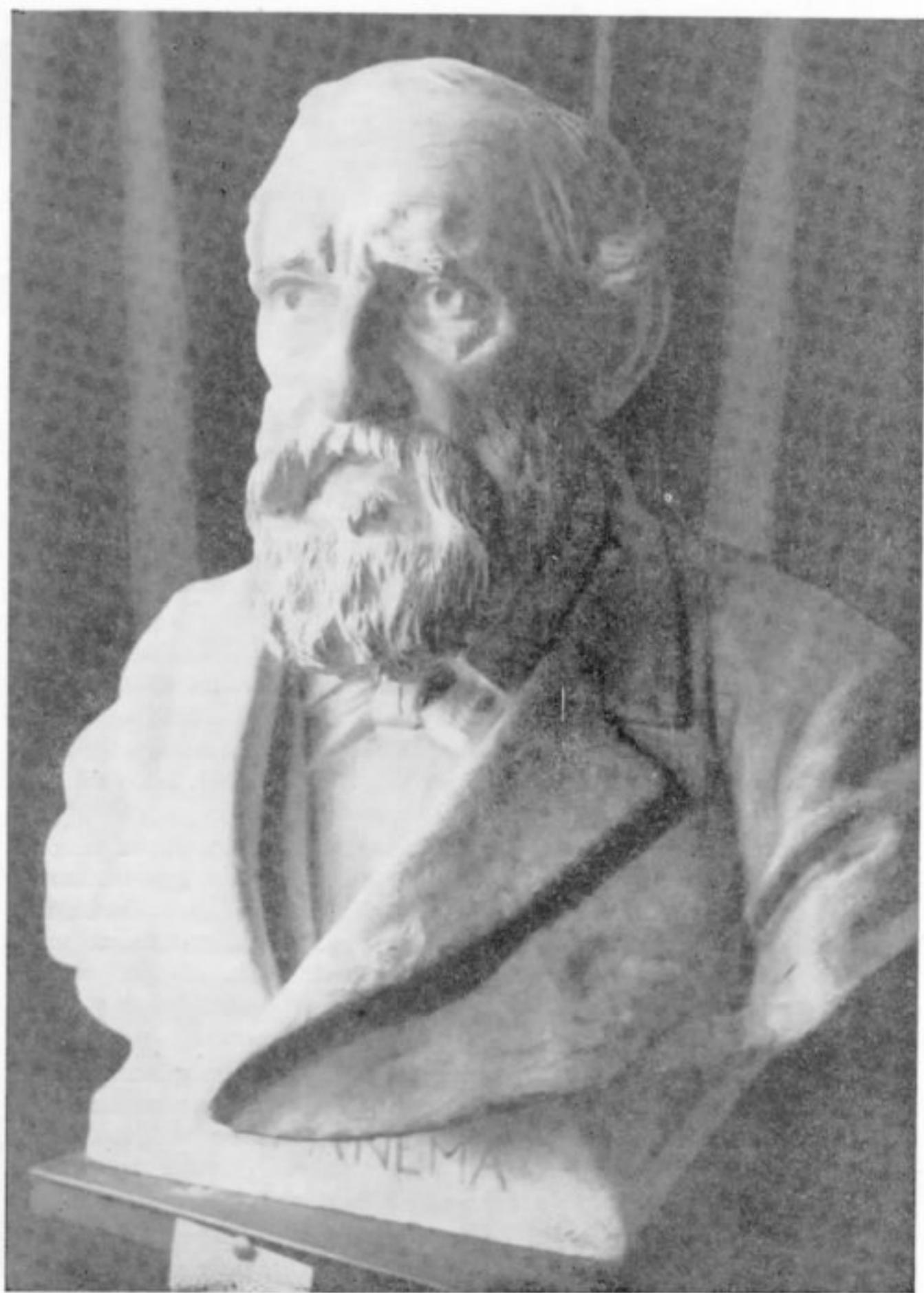
Para melhor coordenação dêste sucinto relato das telecomunicações, embora tendo como intenção principal o seu aparecimento no Brasil, é conveniente um bosquejo sôbre as suas origens no mundo.

Quando o homem se libertou da pura animalidade, as clãs e tribos primitivas sentiram a necessidade de comunicações à distância, sem participação do mensageiro a pé, para avisar a presença de caça ou perigos iminentes e assim surgiram as sinalizações por meios acústicos, (gritos em cadeia ou tambores); por meio de fumaça, durante o dia e do fogo durante a noite.

Até mesmo na mitologia encontramos um episódio de telecomunicação e temo-lo na partida de Teseu, para eliminar o minotauro, quando prometeu que no caso de alcançar êxito substituiria por brancas as velas negras que levava em seu barco mas, ao voltar vitorioso, esqueceu-se da substituição e Egeu, seu pai, vendo as velas negras, ficou tão desolado com o suposto fracasso do filho que jogou-se ao mar que hoje tem seu nome.

Cedo passou a ser enorme a universalidade das telecomunicações nessas formas primitivas e conta a história que seus recursos foram utilizados por muitos guerreiros famosos da antiguidade e no decorrer dos tempos, a utilização guerreira das inovações nas telecomunicações quase sempre precedeu à civil.

Mas essas formas de comunicações à distância passaram a não satisfazer o homem que, sempre procurando descobrir os segredos da natureza, começou a conhecer e pesquisar as possibilidades da eletricidade.



Barão de Capanema

Em 1791 CLAUDE CHAPPE, inspirado nas experiências de Amontour, um século antes, conseguiu em onze minutos, transmitir por sinais uma mensagem à distância de 35 quilômetros, tendo um só posto intermediário.

Pouco depois essa inovação foi contestada por Breguet e Béthencourt, causando grande desgosto a Chappe que veio a suicidar-se mas sua rede telegráfica continuou a prestar serviços durante muito tempo, em França.

Em vários pontos do mundo civilizado os cientistas buscavam meios para aperfeiçoar as telecomunicações. O telégrafo-elétrico não passava então de vagas experiências e, conforme consta, a primeira transmissão de sinais elétricos à distância foi feita no fim do século XVIII, por Lesage, de Genebra.

Oestedt descobriu, em 1820, a ação das correntes elétricas sobre a agulha imantada, o que deu a Ampere a idéia de um aparelho utilizando essa propriedade.

Treze anos depois Gauss e Weber construíram sua aparelhagem, ligando dois postes a um metro e meio de distância e, em Gettingen (1837), estabeleceu-se comunicação num percurso de mil metros.

Assim, de experiência em experiência, progredia a possibilidade de ligações em maiores distâncias.

Vale a pena lembrar que tais tentativas não eram feitas sem suscitar protestos e incompreensões. Acusavam os que a ela se dedicavam até de bruxaria e num jornal de Hamburgo, dêsse tempo, há reclamação protestando contra os perigos que os fios poderiam causar ao ar ambiente.

Convém esclarecer, para o leitor leigo, que a telegrafia elétrica tem por base a ação de uma corrente elétrica, produzida em um ponto sobre instrumento apropriado colocado em outro ponto, a certa distância. Partindo-se dêste princípio há uma enorme série de outros princípios a serem utilizados e que vêm sendo desenvolvidos com o progresso.

No ano seguinte àquelas experiências de Gauss e Weber, foi instalada a primeira grande linha de comunicações franqueada ao público, ligando Berlim a Francfort e, no fim de 1849, outras cidades da Alemanha se intercomunicaram.

Nos Estados Unidos da América a primeira ligação considerável do telégrafo foi de Washington a Baltimore, em 1844, quando começou a ser utilizado o aparelho inventado por Thomaz Morse e, três anos depois, naquele país o telégrafo elétrico já cobria uma área de 2700 quilômetros, entregue a companhias particulares.

Na França, sob Luís Napoleão Bonaparte, embora ainda muito usado o sistema criado por Chappe, já como monopólio do Estado, o telégrafo elétrico veio a ter o estímulo conveniente pela lei de 29 de novembro de 1850, regulamentando êsses serviços para o estado e, quatro anos depois, os municípios se comunicavam.

Na Inglaterra, datam de 1837 os ensaios de Cooke e Wheatstone e foram instaladas algumas estações nas vias férreas, mas só em 1870 o govêrno comprou os emprêsas particulares e, a exemplo da França, transformou o telégrafo elétrico em monopólio estatal.

Na Bélgica a primazia das instalações do telégrafo elétrico coube ainda a Cooke e Wheatstone, em 1846, passando ao domínio do Estado quatro anos depois.

A estatização foi-se tornando medida generalizada: na Suíça, em 1851; na Holanda, em 1852; na Noruega, em 1854.

O rápido desenvolvimento das telecomunicações no mundo inspirou a necessidade de coordenação, entre países, para facilitar uma regulamentação internacional e, depois de algumas convenções entre poucos países, foi criado um bureau internacional em 1868, pela Convenção de Viena.

A utilização do telégrafo elétrico no dizer de Hoefer é "a conquista do homem sôbre o espaço e o tempo" e, para Figuiet é a maior revolução do pensamento humano, deixando em segundo plano a descoberta do Nôvo Mundo e da imprensa.

Os homens de ciência, em constante pesquisa sôbre os fenômenos que a Natureza guarda, não satisfeitos com as vantagens do telégrafo elétrico, enveredaram por outros setores, em busca de mais completa eficiência e, em sua insatisfação sonharam alcançar a teledinâmica, isto é, a transmissão de energia à distância sem auxílio de condutores metálicos. Nesse sentido foram-se somando estudos de Hertz, Righi, Tesla, Brandy e outros.

Vários físicos, em diferentes países, encontraram elementos cuja coordenação coube ao engenheiro físico italiano Guilherme Marconi (1875-1937) que muito jovem ainda se ocupou em constantes estudos e experiências relativos às ondas hertzianas e, aproveitando experiências dos que abriram as primeiras luzes sôbre tais fenômenos, chegou a uma das maiores conquistas de nossa época.

Cinco anos antes de despontar o século XX, já havia êle feito as primeiras experiências da telegrafia sem fio que posteriormente aperfeiçoou na Inglaterra, nos anos seguintes e, depois de várias provas fundou uma companhia para explorar seu invento pois, ao

alvorecer do século, suas patentes já continham os elementos essenciais para uma transmissão a grande distância, sem utilização do fio.

Em 1909, juntamente com o alemão Carlos F. Brau, alcançou o Prêmio Nobel de Física.

Estando Marconi na Itália, coube-lhe acender, pela primeira vez, as luzes da gigantesca estátua do Cristo Redentor, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Até a primeira metade do século XIX os meios de comunicação eram os mais rudimentares no Brasil.

Os serviços de correios evoluíram muito lentamente no período colonial; dependiam da precariedade das estradas e de antiquados meios de transportes.

A 1^o de setembro de 1822, estando D. Pedro em São Paulo, José Bonifácio, em face da correspondência chegada de Portugal, convocou o ministério, sob a presidência de Da. Leopoldina e após as deliberações chamou os correios Paulo Emilio Bergaro e Major Antônio Ramos Cordeiro, para levarem ao príncipe regente as notícias mais recentes, recomendando-lhes a importância da mensagem.

Embora arrebatando vários cavalos, na corrida desenfreada, só no dia 6 às 4 e meia da tarde os dois correios alcançaram o destinatário e sua comitiva.

Tais deficiências nas comunicações eram idênticas ou piores em todo o território nacional.

Sem ser pessoalmente, pelo mensageiro, só se podia transmitir pequenas mensagens específicas, a curta distância pelos sinais semaforicos, que podiam ser transmitidos em cadeia mas subordinados às condições do tempo.

Esta forma de telecomunicações foi utilizada no controle de portos, para cumprimento do tratado entre Brasil e a Inglaterra, pelo qual abolia-se o tráfico de africanos. Era necessário frustrar a constante transgressão de contrabandistas no comércio de escravos que desembarcavam sua carga humana, trazida pelos navios negreiros, aportando em lugares ermos.

Calcula-se que dessa forma, de 1831 a 1850, mais de 500.000 negros escravos entraram às ocultas no Brasil.

Quando reinava D. Pedro II a cidade do Rio de Janeiro contava os seguintes pontos, para esse fim: Morro do Castelo (posto

central), Morro da Babilônia, Fortaleza de Villegaignon (suprimido em 1847), Fortaleza de Santa Cruz, Ponta Negra, Cabo Frio e Itaipu.

Quando se tratasse de comunicação com a Fazenda de Santa Cruz, onde costumava estar o Imperador, devido à distância a mensagem era transmitida em cadeia com as seguintes estações: Cascadura, Monte Alegre, Viégas, Santa Clara.

Para uma pitoresca informação, vem a propósito dizer que os empregados nesses serviços ganhavam de 500 a 800 réis e as despesas gerais montavam em 600\$000 réis sendo depois reduzidos para 400\$000.

Poucos eram os usuários dêsse sistema de comunicações, limitado a atender à côrte, às Fortalezas e à sinalização dos portos.

Para êste fim havia postos no Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina.

Por muito tempo ainda continuou funcionando o semafórico como serviço autônomo. Sòmente em 1864 com o Decreto n° 3 889, de 10 de junho, foi determinada a fusão dos dois tipos de telecomunicações, (semafórico e elétrico), sob a direção da Repartição Geral dos Telégrafos.

CAPANEMA

Quando se tratar de telégrafo elétrico no Brasil, avulta-se a personalidade de Guilherme Schüch de Capanema, que marca uma nova era nas telecomunicações brasileiras e do qual nos ocupamos, a seguir.

Sabe-se que nasceu na freguesia de Antônio Pereira, comarca de Mariana, província de Minas Gerais, a 17 de Janeiro de 1824, data esta constante do seu título de doutor em matemática, expedido pela Escola Militar, no ano de 1849.

Foram seus pais o doutor Roque Schüch, naturalista e professor do Museu Nacional de Viena, que veio para o Brasil na comitiva da Arquiduquesa Da. Leopoldina, e sua espôsa Da. Josefina Roth.

O doutor Roque Schüch, notando a dificuldade que encontravam no Brasil para a pronúncia correta do seu nome de família, adotou o apelido de Capanema, proveniente de uma povoação próxima a Ouro Preto, e por êste nome se tornou popular o seu filho que foi mais tarde agraciado com o título de Barão de Capanema.

Pela ascendência paterna é fácil compreender-se o pendor do jovem Guilherme para as ciências físicas e sabe-se que o próprio

pai foi seu professor de primeira letras, geografia, história, línguas e conta-se ainda que aos dez anos de idade já acompanhava o doutor Roque em suas coletas de exemplares para estudos da fauna e flora brasileiras.

Aos quatorze anos, sob o patrocínio do govêrno Imperial, foi continuar estudos na Europa, no sentido de cursar engenharia. Seguiu recomendado ao Visconde de Barbacena que como diplomata se dirigia a Londres.

Da capital inglêsa foi encaminhado a Antuérpia e, desta cidade, a Munich onde foi orientado pelos cientistas Martius e Spix.

Depois de concluído o curso, na Escola Politécnica de Viena, voltou à sua pátria onde teve a melhor acolhida, da parte do Imperador D. Pedro II que, como também as princesas, teve por mestre de alemão e italiano o doutor Roque Schüch de Capanema.

Nesta altura o intelectual maranhense Odorico Mendes recomendou-o a Araújo Porto Alegre, então professor da Academia de Belas Artes e depois Barão de Santo Ângelo. Êste, por insinuação do doutor Azeredo Coutinho, lente de química da Escola Militar, indicou-o ao Imperador como sendo um bom candidato a professor na academia de minerologia desta escola mas, surgiu uma dificuldade: pela regulamentação em vigor só poderia ser professor da Escola Militar o engenheiro nela formado.

Sendo portador de sólida cultura científica, submeteu-se às provas necessárias, inclusive arte militar que estudou para êsse fim.

Teve a aprovação que lhe valeu a patente de capitão de engenharia, juntamente com o grau de doutor em matemática. A seguir veio a nomeação para lente substituto e mais tarde lente catedrático.

Neste mister empreendeu a atualização do material de que se constituía o Gabinete de estudos revelando de início suas possibilidades, passou então a ser solicitado para outras comissões científicas.

Suspenso o tráfego de escravos para o nosso país, em face do tratado internacional de 1826, as autoridades brasileiras estavam sempre em busca de providências que impedissem o contrabando de escravos trazidos pelas embarcações procedentes da África que aportavam em praias desertas, para desembarcar clandestinamente a carga humana.

Nesse intuito as autoridades chegaram à conclusão de que o tráfego semafórico não oferecia a celeridade conveniente para dar tempo de serem alcançados os pontos escolhidos pelos contrabandistas, antes do desembarque.

Era então ministro da Justiça o Conselheiro Euzebio Queiroz Coutinho Matoso Câmara que, desejoso de instalar no Brasil o telegrafo elétrico, mandou chamar o professor da Faculdade de Medicina, doutor Paulo Candido.

Para dar andamento àquele projeto do Ministro Euzebio o coronel Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão procurou o professor Guilherme Schüch de Capanema e obteve, por empréstimo, a aparelhagem do sistema Breguet usada em suas aulas de eletricidade aplicada, na Escola Central.

Logo foram tomadas providências para primeira comunicação que deveria ser do Quartel da Polícia na rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga), ao Morro do Castelo.

Os meios eram precários, como é fácil imaginar-se; preparou-se fio de cobre envolto em sêda embebida na resina e os isoladores foram improvisados com gargalos de garrafa.

Esta tentativa, sem a participação do engenheiro Guilherme Capanema, não alcançou o êxito desejado e, dias depois, o coronel Polidoro devolveu o material tomado por empréstimo, dizendo: "Tome lá suas máquinas que não prestam".

Capanema, não conformado com o que acabava de ouvir, instalou o aparelho de forma conveniente diante do coronel Polidoro e preparou os fios, passando-os por uma janela para outra sala vizinha onde permaneceu e iniciou o funcionamento da mesma aparelhagem Breguet que fôra utilizada naquela tentativa sem êxito, sendo transmitidos e recebidos os sinais convencionados, formando frases, satisfatoriamente.

Sabedor dêsse diálogo à distância o Ministro Euzebio mandou chamar o engenheiro Guilherme Capanema, incumbiu-o das providências para que preparasse a primeira linha telegráfica entre o Quartel General do Campo de Santana e a Quinta Imperial.

Seis meses depois de investido dessa incumbência chegou o material encomendado na Europa, constando de cinco aparelhos completos Breguet e um dupla corrente da casa Stouter de Leipzig.

Capanema, auxiliado pelos estudantes José Joaquim de Oliveira, Ernesto Gomes Moreira Maia, Bento José Ribeiro Sobragy e tendo como operários alguns presos da Casa de Detenção, procedeu ao assentamento da primeira linha que foi subterrânea, medindo 4 300 metros, inaugurada a 11 de maio de 1852. Estando o Imperador na quinta e o ministro Euzebio acompanhado de Capanema no Quartel General, teve lugar o diálogo à distância que originou instalação do telegrafo elétrico no Brasil.

No sentido de implantar tão eficiente meio de comunicação

como, utilidade pública no país o engenheiro, que ainda não completara 30 anos, teve de lutar com obstinação, mesmo contando com o irrestrito apoio do Imperador D. Pedro II.

Sua participação nos trabalhos de assentamento das primeiras linhas não tinha limites, e conta-se que montado num burro enfrentava grandes caminhadas, descendo para reparar postes, fios e isoladores como se fôra um operário vulgar.

Nada o demovia, nem o pouco caso de autoridades, nem a dificuldade em habilitar pessoal e, principalmente os limitados meios financeiros. Sua tenacidade ia conseguindo realizar a obra planejada e assim, a 17 de janeiro de 1854 foi baixado o aviso que constituiu o primeiro ato orgânico relativo ao telégrafo elétrico.

Um ano depois, em 1855, ao voltar Capanema da Europa, onde fôra visitar a grande exposição de Paris, para tomar conhecimento das novidades que o progresso lançava, foi nomeado Diretor Geral dos Telégrafos Elétricos com os vencimentos de 120\$000 (cento e vinte mil réis).

Aquêle aviso estabelecia o centro telegráfico no Ministério da Justiça, para comunicar-se com estações do Arsenal de Guerra e da Marinha, Secretaria de Polícia, Quartel dos Permanentes, Paços da Cidade e de São Cristóvão, Petrópolis e Quartel de Permanentes de Niterói.

Até então essas atividades telegráficas se limitaram a pequenos recados urbanos.

Passou-se então a cuidar da linha, ligando a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis, onde o Imperador costumava passar o verão, e em 1858, um ano depois da inauguração, essa linha foi franqueada ao público, gratuitamente, para pequenos recados, através de 50 630 metros, percorrendo a praia da Saúde, ponta do Matoso e Saco do Pinhão, na Ilha do Governador, estação de Mauá e Raiz da Serra, tendo 15 quilômetros de cabo submarino.

Três anos depois de inaugurada a linha para Petrópolis, e dois depois de seu franqueamento ao público, foi baixado o Decreto 2 614 de 21 de junho de 1860 que era o primeiro regulamento para os Telégrafos com a respectiva tarifa.

Além de outras providências êsse regulamento estabelecia que os textos de telegramas eram livres, desde que não contivessem insultos, perturbações da ordem pública e não ofendessem aos bons costumes.

Quanto ao pessoal, para a direção e os serviços dispunha-se

de um Diretor Geral que poderia ser Oficial Superior Capitão efetivo ou honorário do Corpo de Engenheiros; um ajudante que também poderia ser Oficial de Engenharia, porém de patente inferior à do Diretor Geral mas que tivesse como êste o curso completo de sua arma; um Encarregado Geral das linhas que poderia ser nacional ou estrangeiro, mas que possuísse habilitações científicas de engenharia; um corpo de empregados composto de um Escrivão, um Zelador de pilhas, um Encarregado da arrecadação, 6 Estacionários e 6 Adjuntos para a 1ª secção, 7 Estacionários e 7 Adjuntos para a 2ª secção e 2 Carteiros.

Dentre as atribuições do Diretor Geral cabia-lhe fiscalizar as finanças da Repartição, supervisionar o bom emprêgo dos ácidos, sais e tôda a preparação química, inspecionar os livros de escrituração e o arquivo.

Os trabalhos começavam às 6 horas da manhã e se prolongavam até as 6 horas da tarde durante o verão, e no inverno das 7 da manhã às 5 da tarde. No caso de ser necessário serviço extraordinário, obedecia a determinações do Ministério da Justiça.

De acôrdo com a tarifa, para os telegramas cobravam 80 réis, até 20 palavras. Para maior número, até outra vintena, mais 40 réis, duplicando-se a taxa para os telegramas noturnos. O Diretor Geral passou a ganhar 150\$000 mil réis mensais.

Quatro anos depois surgiu o segundo regulamento e sua tarifa, pelo Decreto 3 288, de 20 de junho que, além de outras disposições incorporava os telégrafos semafórico e elétrico, sob a chefia geral do Engenheiro Capanema.

Nesse ano a Côrte ligou-se a Cabo Frio, pelo telégrafo elétrico e o número de telegramas já chegava a 3 700.

A Repartição Geral dos Telégrafos estava localizada em frente ao Campo da Aclamação (atual Praça da República, onde hoje está o Corpo de Bombeiros).

Eram do conhecimento da história militar as dificuldades encontradas por Caxias, quando enfrentou a campanha do Rio Grande do Sul em junho de 1 851 e essas dificuldades permaneciam idênticas, quando de surpresa Solano Lopes invadiu Mato Grosso forçando o Brasil a entrar em guerra contra o Paraguai.

Em face das necessidades bélicas foi logo lembrada a participação proveitosa do Telégrafo Elétrico e o seu Diretor convocado para estabelecer linhas que ligassem a sede do govêrno com o teatro das operações e os comandos, em campanha, entre si.

Iniciando providências, no sentido de atender essa imperiosa

conveniência, o Diretor Geral dos Telégrafos projetou a extensão do fio até Pôrto Alegre e partiu do Rio de Janeiro com 4.000\$000 iniciando as obras em setembro de 1865 e concluindo-as dez meses depois.

Os parcos meios eram desanimadores mas Capanema, num esforço de homem compenetrado de suas obrigações, conseguiu a cooperação não sòmente das autoridades regionais e de particulares mas também dos operários, numa emulação geral como sabe ter o sentimento patriótico do brasileiro, nos momentos críticos.

Inauguradas 17 estações, ao longo do percurso dessa linha pioneira, tão bem lançada em suas bases, teve quase o mesmo roteiro, por quase um século.

Ao início da guerra, Capanema lembrou a conveniência de um trem telegráfico acompanhando a tropa mas essa idéia não teve apoio, no entanto ao assumir o comando geral Caxias pô-la em prática e dela muito se beneficiou a campanha.

A primeira linha, na área de operações, construída pelo engenheiro Alvaro Joaquim de Oliveira, ligava Tuiuti ao Passo da Pátria e quando da ocupação de Curupaiti as ordens foram transmitidas pelo telégrafo.

Em pouco tempo havia 318 léguas de linhas telegráficas além da linha de estrada de ferro e a média de telegramas, no Quartel General, foi de 80 a 100.

Terminada a guerra, além dos trabalhos de conservação do já existente, passou-se a construir ramais. Foram inauguradas as estações de São Paulo; São Gabriel, Campos, São João da Barra e, em breve, dispunha-se de 2 080 quilômetros de linhas ligando 51 estações e transmitindo 45 000 telegramas.

Ràpidamente a utilização do Telégrafo Elétrico se generalizava, entrando para o rol das necessidades públicas e, por tanto, urgia dispor-se da aparelhagem mais moderna que houvesse. Os aparelhos Bréquet, Stoherer, Werner-Siemens, de manivela e mostrador foram substituídos pelo Morse-Siemens e outras providências de ordem técnica iam sendo tomadas.

Também reformulações administrativas iam sendo providenciadas. A rêde foi dividida em Distritos Telegráficos, sob a chefia de engenheiros e foi criado o corpo de Ajudantes Técnicos.

Em 1879 já 13 províncias possuíam o seu telégrafo elétrico.

Pouco depois daquele primeiro diálogo de Telégrafo elétrico no Brasil começaram a surgir propostas pleiteando concessões, mas Capanema era contra essas medidas. Em 1853 houve proposta de ligação entre o Rio de Janeiro e Recife e Pará à Europa, mediante

subvenção de 177 contos de réis; sete anos depois a North Atlantic Submarine Telegraph Company pretendeu unir América e Europa por cabos submarinos, aterrando na Groenlândia e no Cabo de São Roque. Três anos após Pier Balestrini projetou ligar o litoral brasileiro à América do Norte e Europa, chegando-se a assinar uma convenção entre o Brasil, Itália, Portugal e Haiti.

Dois anos depois de ter terminado a guerra com o Paraguai o Governo concedeu ao Barão de Mauá uma autorização para lançar um cabo entre o Brasil, Portugal e Colônias, sendo no ano seguinte transferida a concessão à Brazilian Submarine Tel. e Co.

Em 1874, completada a interligação internacional; a Telegraph Construction and Maintenance que inaugurou seu serviço telegráfico por cabos submarinos realizou a primeira ligação internacional.

Depois que a linha telegráfica brasileira atingiu Jaguarão (1875), procurou-se continuar trabalhos para ligação internacional, no Sul (alcançando-se Uruguai quatro anos depois e Argentina em 1883).

Quando em 1877, houve a Convenção de São Petersburgo o Brasil aderiu, iniciando seus compromissos internacionais relativos às telecomunicações.

No decorrer do tempo não cessava o desenvolvimento da semente lançada por Capanema e o telegrafo elétrico ia estendendo sua rede pelo Brasil: Maceió e Recife (1873, Vitória e Bahia (1874), Paraíba (1875), Natal (1876), Fortaleza (1881) Teresina e São Luís (1884), Belém dois anos depois e no mesmo ano que Teresina e São Luís, Ouro Preto com prolongamento até Diamantina.

Dessa forma, quando foi proclamada a República já contava o Brasil 182 estações e 1 300 servidores.

Do Pará ao Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina já estavam lançados inúmeros ramais e sub-ramais.

No Maranhão a linha bifurcava-se em Itapecurumirim, indo a São Luís; na Bahia, de Viçosa à capital com entrosamento em Pujuca no Espírito Santo, os de Barra de São Mateus e Guarapari; na província do Rio de Janeiro, os de Campos a São João da Barra e São Fidelis, de Mangaratiba ao Lazareto (submarino); no Rio de Janeiro, os do farol e da cidade de Cabo Frio, Petrópolis, Santa Cruz (Côrte e Niterói); em Minas, até Diamantina; em São Paulo, o de Santos; no Paraná os de Antonina, Paranaguá e Curitiba; em Santa Catarina, os de Joinville e São Francisco,

Destêro ao Estreito e dêste a Santa Cruz (Barra do Norte); no Rio Grande do Sul, os de Pôrto Alegre a Uruguaiana.

Desde 1873 a Western and Brazilian Telegraph Co. (atual Western Tel. Co. Ltd.) estendia seus cabos pela costa do Brasil, graças a concessão da The Telegraph Construction and Maintenance que tinha sido de Charles T. Bright e agora passava à Western que começou suas atividades entre Rio, Bahia, Pernambuco e Pará.

A 24 de dezembro daquele, ano deu-se a amarração do cabo assistido pelo próprio Imperador que às 14 horas, em uma choupana improvisada passou às províncias de Bahia, Pernambuco e Pará, a seguinte mensagem:

"Já se acha o cabo submarino no território da capital do Brasil. A Eletricidade começa a ligar as cidades mais importantes dêste Império, como o patriotismo reúne todos os brasileiros no mesmo empenho pela prosperidade de nossa majestosa Pátria. O Imperador saúda, pois, a Bahia, Pernambuco e o Pará por tão faustoso acontecimento, na qualidade de seu primeiro compatriota e sincero amigo".

Dois anos depois os cabos já atingiam as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O alfabeto Morse, através de aparelhos Siemens, intercomunicava os centros produtivos do País.

Por despacho de 26 de fevereiro de 1881 o Imperador Pedro II conferiu ao engenheiro Guilherme Schüch de Capanema o título de Barão de Capanema.

Nesse mesmo ano, o Decreto de nº 8 354, de 24 de dezembro consolidava a obra já realizada. Dispunha-se de 135 estações com 7174 quilômetros de linha que expediam 6 milhões de palavras.

O Barão de Capanema deixou a Direção Geral dos Telégrafos a 15 de Novembro de 1889, quando o País passava do regime monárquico para o Republicano, depois de tê-la exercido, como nomeado, por trinta e quatro anos e aos 65 de idade.

TELECOMUNICAÇÕES NA REPÚBLICA

Proclamada a República, a 1 de outubro de 1890 inaugurou-se a estação de Goiás e a 31 de dezembro seguinte a de Cuiabá.

Pelos Decretos 372-A, de 2 de maio daquele ano e 1663 de 30 de janeiro de 1894, a Direção Geral dos Telégrafos foi reestruturada e passou a donominar-se Repartição Geral dos Telégrafos criando-se a Secção Técnica, velho projeto de Capanema e, no ano seguinte inaugurando-se na estação de Belo Horizonte.

No Paraná é criada a comissão militar, chefiada pelo capitão Felix Fleury de Souza Amorim que construiu a linha Guarapará à Colônia Militar da Foz do Iguaçu (1901-1906), no Rio Grande do Sul o tenente-coronel João de Deus Martins construiu a linha de Cruz Alta à Colônia Militar do Alto Uruguai.

No Brasil Central o capitão Cândido Mariano da Silva Rondon dirigiu a ligação de Corumbá a Curitiba, que se ramificou em vários ramais.

O telégrafo elétrico já alcançara Iguaçu, Bela Vista e Pôrto Murtinho quando, em março de 1907, teve início a grande obra do então major Rondon, que rasgando o sertão virgem de Mato Grosso ao Amazonas, auxiliado por militares e funcionários dos Telégrafos, foi autêntico bandeirante do século XX.

Prosseguindo a obra iniciada Rondon alcançou Santo Antônio do Rio Madeira, num total de 2 270 quilômetros dos quais 1 493 da linha tronco e 777 nos ramais de Parecis a Bugres, de Caceres à cidade de Mato Grosso e de Pôrto Velho a Guaramirim com 32 estações instaladas.

A obra foi de tal vulto que o presidente Theodoro Roosevelt, dos Estados Unidos da América, que percorreu a região, empolgado disse que: "Comparável a essa portentosa obra do esforço humano, oculta na floresta brasileira, só conhecia uma outra, de iguais dificuldades na execução e de vantagens reais para a humanidade — o canal do Panamá".

Essa autêntica epopéia, no sentido da intercomunicação de povos é materia para longo e minucioso estudo que, por si só, é dos grandes capítulos da história pátria.

Foi a conquista de 700 quilômetros de sertão, 600 quase inteiramente desconhecidos. Enfrentando dificuldades decorrentes do clima, Nada detinha aquêle punhado de homens decididos a cumprir sua missão na região amazônica, onde a configuração geográfica apresenta problemas desanimadores.

Em 1887 houve um pedido de concessão para estender cabo subfluvial até o estado do Pará e quatro anos depois foram feitas sondagens para estender cabos entre Manaus e Pará, mas ao serem iniciados os trabalhos, no comêço do ano seguinte, foram consideradas insuperáveis as dificuldades e o empreendimento interrompido.

Richard J. Reidy obteve concessão, em 1893, para lançar cabos subfluviaes, entre aquelas duas capitais sob a firma Amazon Telegraph Co. e inaugurou os seus serviços três anos depois, utilizando-se a radiotelegrafia, para as comunicações além de Manaus.

Já em 1902 o Brasil cuidava da instalação de serviço rádio naquela região e em face desse propósito negam concessão às empresas solicitantes.

Havia-se pensado em construir linhas terrestres à margem da Estrada de Ferro Madeira-Marmoré e de Coquetá até boca do Auaré, mas as dificuldades foram insuperáveis, na época.

Nos primeiros cinco anos do século XX com a The Amazon Wireles Telegraph and Telephony Co. Ltd., (incorporada pelo governo brasileiro, em 1912), foram inauguradas estações em Belém, Santarém e Manaus.

Pelo interior, até ligação com o Peru e Bolívia, já contava-se cerca de meia centena de estações.

Depois do êxito no sul com a experiência de ligações radiotelegráficas entre a fortaleza de Santa Cruz e a Ilha Grande com aparelhos Telefunken, em 1913, criou-se o Distrito Radiotelegráfico do Amazonas com estações em Belém e Santarém, no Pará; em Manaus, Labria e Pôrto Velho, no Amazonas; Cruzeiro do Sul, Senna Madureira, Xapuri, Tarauacá e Rio Branco, no Acre.

A 24 de junho de 1910, pelo Decreto 4053 foi baixado regulamento para serviços telegráficos.

Disponha-se então de 403 estações com linhas de 2 100 quilômetros de extensão com desenvolvendo 42 000, transitando 18 milhões de palavras dispondo os serviços telegráficos de 3 500 empregados com 1 035 telegrafistas.

Iniciaram-se convênios de telégrafo mútuo com grande número de empresas ferroviárias, (1906) e uniformizou-se a tarifa telegráfica.

Crescia continuamente a rede telegráfica e, ao surgir o Decreto 11 520, de 1º de março de 1915 com novo regulamento, o País dispunha de 1 700 telegrafistas servindo em 720 estações e, poucos anos depois, modernizava-se a aparelhagem entrando em uso aparelhos Grunwalt, os teletipos Morkrum e dispunha-se de 65 estações de rádio.

Os aparelhos Baudot passaram a ser utilizados em grande escala e, desde 1926, começou-se a usar os teletipos.

Num país de tão grande área territorial como o Brasil, as telecomunicações tinham campo vasto para desenvolvimento e assim, em 1930, dispunha-se de 2 387 telegrafistas e 1 450 estações com 59 000 quilômetros de linhas.

O Decreto nº 20 859, de 26 de dezembro de 1931, sob a denominação de Departamento dos Correios e Telégrafos fundia

os serviços postais e telegráficos sob uma só direção, contando duas diretorias técnicas, cada uma com suas superintendências de tráfego.

Fez-se grande revisão na aparelhagem no âmbito das telecomunicações, instalou-se uma oficina, para fazer face às contingências no momento e o laboratório de aferições, controle e pesquisas radio-elétricas, tendo a seu encargo as verificações técnicas.

Até essa data os serviços telegráficos oficiais não tinham alcançado idêntico desenvolvimento e o serviço pneumático só possuía 30 quilômetros, no perímetro urbano da capital do país.

Contava então o Departamento com 30 Diretorias Regionais, 63 000 quilômetros de linha desenvolvendo 12 000 quilômetros de linhas, distribuídas em 1 580 estações.

O serviço internacional no Brasil, por meio de cabos submarinos, estava a cargo das empresas: The Western Telegraph Co. Ltd., Compagnie des Cables Sud-Américains, Compagnie Italiana dei cavi Telegraph Sottomarini e All América Cables and Radio Inc., esta pelo Oceano Pacífico e outros pelo Atlântico.

Até a fusão dos serviços postais e telegráficos, a partir do engenheiro Capanema, tivemos vinte e quatro diretores de telegráfos.

Para sucinta apreciação panorâmica do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil, de 1861 até o Centenário da Independência, este quadro oferece elemento expressivo.

ano	estações	quilômetros	telegramas	quilômetro
1 861	10	65	233	55 444
1 865	23	187	3 088	77 625
1 870	51	2 000	44 775	1 091 103
1 889	182	10 969	637 382	7 917 432
1 901	403	21 155	1 163 522	17 829 135
1 922	1 058	45 934	6 600 681	140 132 309

INTRODUÇÃO AO NOBILIÁRIO MARANHENSE

por José Jansen

Compulsar velhos papéis leva-nos a elucidar fatos da história e não raro, a encontrar ensinamentos para o presente.

Bossuet com a autoridade de sua eloquência dizia que "... a História é o grande espelho da vida humana; instrui com a experiência e corrige com o exemplo".

Para tanto, havemos de nos ater a fatos reais, devidamente documentados e não argumentar sobre conjecturas. Por isso Camões, o vate lusitano por excelência, deixou escrito: "... o que a tudo em fim me obriga, he não poder mentir no que disser, porque de feitos tais, por mais que diga, mais me há de ficar ainda por dizer"...

O estudo da nobiliarquia não é conhecimento estanque na historiografia, muito pelo contrário, é parte no panorama dos vários aspectos de nossa formação social.

O tema não é inoportuno nem tão pouco manifestação de misoneísmo.

Antes de ser saudosismo vale pela demonstração de um passado que impõe ao presente o dever de alcançar nível que não o desmereça no seio da comunidade nacional, impelindo a novos e maiores cometimentos.

Pretendemos contribuir com alguns elementos subsidiários que somados a outros já devidamente tratados serão parte da história social maranhense.

Excluindo a família reinante, os títulos de nobreza concedidos no Brasil, como em geral, segundo a ordem decrescente de importância foram: *duque, marquês, conde, visconde, barão*.

As mercês de títulos nobiliárquicos foram outorgadas: pelo Príncipe Regente, Dom João; pelo Rei Dom João VI; pelo Imperador, Dom Pedro I; pelo Imperador, Dom Pedro II e pela Princesa Imperial Regente, Dona Izabel.

Vinculados aos assuntos da nobiliarquia, como se sabe, estão os da heráldica, que para uns é ciência e para outros é arte.

Nos princípios que regem a heráldica observa-se quanto se relaciona às côres, à representação simbólica dos esmaltes, aos elementos do braço, às formas e posições dos escudos bem como suas partes e divisões, atributos e elementos exteriores, havendo sobre o assunto farta bibliografia.

Na heráldica nacional são encontrados velhos símbolos, identificadores de antigas linhagens fidalgas do reino transmitidos à descendência radicada no Brasil e ainda a conjugação dêstes e daqueles. Isto porque a nobreza nacional tem duas procedências: uma portuguêsã, outra nacional e não sendo esta hereditária, extingue-se o uso do título com a morte do titular.

É comum ver-se confundir nobreza com fidalguia e por isso, vem a propósito, e convém aqui lembrar, o que faz notar o heraldista Paulo Braga de Menezes: "O que na Península Ibérica se denominou "Fidalguia", é o que, além Pirinéus, se denominou "nobreza" denominação genérica que abrange na França a "gentilhomerie", que, como a fidalguia ibérica, foi o núcleo e a base do conceito social duma classe, a que superpôs, posteriormente, a nobreza titular. A fidalguia era hereditária, transmitindo-se a tãda a geração "ad infinitum", e transmitida era em Portugal também à mulher mesmo casada com plebeu. Esta, ao casar, perdia a nobreza hereditária, por seguir a condição do marido, mas a transmitia aos filhos que a herdavam do avô materno. Nisto consiste a razão das "brincas" nos brasões. Estas indicam a procedência das armas e, em alguns casos, o grau genealógico que separa o armigerado do avô transmitente das armas. Quanto ao título nobiliárquico, êste não era hereditário, podendo recair em família diferente ou na mesma por encarte. Titulado podia ser qualquer a quem o rei concedesse título por "graça". A fidalguia era hereditária até a terceira geração, havendo os "filhamentos" continuados nas duas gerações precedentes, perdendo-se na quarta, renovando-se entretanto, por nova "graça", real ou imperial, no caso do Brasil, exemplificando: o Barão de Piratininga, cujos pais perderam a fidalguia, por não se terem filhado, a teve confirmada por "graça" imperial e mercê nova, no caso de renovação".

Cabe aqui referir que a titulação de fidalguia ou nobreza, emitindo o titular na *categoria de nobreza*, assegurava direito ao brasão, e direito hereditário às armas de sucessão, dependendo sempre porém de nova confirmação real ou imperial, dado que no Brasil, neste particular, o assunto foi sempre orientado pela regulamentação portuguêsã, sem alteração.

A titulação, dando direito ao uso do brasão era um atestado de categoria social com direitos civis e políticos exclusivos e excludentes.

É sabido que a concessão e ordenação de um brasão subordinava-se ao prescrito pelo direito heráldico nobiliárquico, segundo as regras da armaria e, portanto, as cartas de brasão eram de brasão de armas, nobreza e fidalguia.

Sabe-se que as emblemáticas, ou melhor, os símbolos dos brasões representam e elucidam sobre os motivos do enobrecimento dos respectivos portadores. Assim sendo, os elementos simbólicos variam, em épocas e lugares, e dessa circunstância vem a explicação para os elementos novos encontrados na heráldica brasileira.

Não nos parece inoportuno lembrar aqui a particularidade de que tanto no Reino de Portugal como no Império do Brasil, as *Honras de Grandeza* conferiram aos titulares da pequena nobreza, (barões e viscondes), os privilégios dos Grandes do Reino e do Império, equiparando-os aos condes inclusive no direito do uso do coronel condal, sobre o respectivo escudo de armas.

Na classificação das mercês maranhenses podemos consignar diferentes categorias, a saber: mercê direta com honras de grandeza como foi o caso dos Viscondes de São Luís do Maranhão e de Vieira da Silva; Barão (sem honras de grandeza) a Visconde com as mesmas honras, como o caso do de Alcântara; Barão com honras grandezas, como o de Itapicuru-Mirim e, por último, os barões (sem honra de grandeza) como os de Coroatá, Grajaú, Santa Rosa, São Bento, Itapari, etc.

A nobiliarquia é sem dúvida um aspecto dos menos vasculhados na história social maranhense, e só parcialmente e incidentalmente tem sido referida. Por mal conhecida de muitos e ignorada pela maioria tomamos a iniciativa de reunir estes subsídios para dar forma ao ensaio de seu estudo, agora melhor elucidado, face aos documentos que vão surgindo da poeira dos arquivos.

Tanto relativamente à genealogia quando à nobiliarquia maranhense muito há para pesquisar e foi assim pensando que empreendemos nossa pequena contribuição, malgrado os laconismos, obscuridades e divergências na escassa e dispersa bibliografia. No intuito de reunir alguma coisa para início de maiores empreendimentos.

Adredemente convém esclarecer que ficará convencionado considerarmos compreendidos no "Nobiliário Maranhense" não somente o relativo aos maranhenses natos mas, também, aos titulares de algum modo vinculados ao Maranhão.

Dada a exiguidade deste trabalho o leitor só encontrará min-

guadas réstias de luz, provindas de frestas da história, mas luz bastante para vislumbrar as diretrizes do assunto.

Por ser a primeira apreciação panorâmica da matéria, tem suas falhas que esperamos nos sejam devidamente apontadas, para serem sanadas antes de mais amplo empenhimento nesse sentido.

Dentre os maranhenses natos portadores de títulos nobiliárquicos, podemos enumerar:

- *Visconde de Alcântara*, José Inácio da Cunha
- *Barão de Coroatá*, Capitão Manoel Gomes da Silva Belfort
- *Visconde de Destêrro*, José Joaquim Ferreira Vale
- *Barão de Gurupi*, Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort
- *Barão de Grajaú*, Carlos Fernandes Ribeiro
- *Barão de Itapari*, José Joaquim Seguíns de Oliveira
- *Barão de Itapicuru-Mirim*, José Félix Pereira de Burgos
- *Barão de Jaguari*, Marcos Antônio Brício
- *Barão de Matoso*, José Joaquim Rodrigues Lopes
- *Barão de Mearim*, 1º José Teodoro Corrêa de A. Coutinho
2º Pedro Henriques da Gama Guimarães
- *Barão de Monção*, Jacinto José Gomes
- *Barão de Pindaré*, Antônio Pedro da Costa Ferreira
- *Barão de São Bento*, Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho
- *Barão de Santa Rosa*, Joaquim Raimundo Nunes Belfort
- *Barão de Tromai*, Luís Antonio de Oliveira Junior
- *Visconde de São Luís do Maranhão*, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves
- *Visconde de Vieira da Silva*, Luís Antônio Vieira da Silva.

(Este, filho de pais maranhenses, nasceu no Ceará por circunstâncias fortuitas, vindo para o Maranhão em tenra idade onde criou-se, educou-se e teve os primeiros estudos).

Dentre estes titulares maranhenses natos, possuíram brasão: o Visconde de Alcântara e os barões: de Coroatá (título em Portugal e Brasil); Gurupi (que foi visconde por Portugal); Jaguari; Matoso; Mearim, (primeiro do título); Pindaré; São Bento e Santa Rosa.

Não foram porém estes os únicos maranhenses com direito a uso de brasão.

Quanto aos titulares não-maranhenses mas de algum modo vinculados ao Maranhão, citaremos:

o Duque de Caxias; os marqueses de Santa Cruz; Tamandaré; Paranaguá; Sapucaí; Maranhão;

os condes de São Salvador; D'Escragnolle; Itacolomi; Pôrto Seguro; os viscondes de Inhaúma; Araguaia; Itaguaí do Norte; Saint'Amand; Serro Frio e os barões de Bagé (1º e 2º), Abiaí, Paquetá, Souza, São Marcos, Moll e Groç-bois, Launay.